

The coat of arms of Brazil is centered in the background. It features a central five-pointed star with a blue field containing white stars, surrounded by a wreath of coffee and tobacco branches. Below the star is a banner with the text 'REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL' and the date '15 de Novembro de 1889'.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2005 - 2006

Florianópolis, março de 2006.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Composição

Presidente

Des. Gaspar Rubik

Vice-Presidente

Corregedor Regional Eleitoral

Des. Orli de Ataíde Rodrigues

Juízes Efetivos

Juiz Osni Cardoso Filho

Juiz Henry Petry Junior

Juiz José Isaac Pilati

Juiz Márcio Luiz Fogaça Vicari

Juiz Newton Varella Júnior

Juízes Substitutos

Des. José Trindade dos Santos

Juiz Oscar Juvêncio Borges Neto

Juíza Eliana Paggiarin Marinho

Juiz Giancarlo Castelan

Juiz Volnei Celso Tomazini

Juiz José Inácio Schaefer

Procurador Regional Eleitoral

Dr. Carlos Antonio Fernandes de Oliveira

Procurador Regional Eleitoral Substituto

Dr. Mauricio Gotardo Gerum

Tribunal Regional Eleitoral

Presidência

Assessora Jurídica da Presidência

Ana Eloise de Carvalho Flôres

Assessora Especial da Presidência

Nelzyr Silva Müller

Coordenadora do Gabinete da Presidência

Ana Patrícia Tancredo Gonçalves

Corregedoria Regional Eleitoral

Coordenadora de Atividades Correicionais

Renata Beatriz de Fávère

Diretor-Geral

Norberto Ulysséa Ungaretti Júnior

Assessora (Recursos Humanos)

Kátia Cristina Kolb Schiefler Sombrio

Assessora (Licitações e Contratos)

Márcia Mendonça Ruhland

Coordenadora de Controle Interno

Renata Sílvia Rocha

Secretária Judiciária

Clycie Damo Bertoli

Coordenadora de Registros e Informações Processuais

Rosana Spiller Fernandes

Coordenador de Jurisprudência e Documentação

Rodrigo Camargo Piva

Secretária de Administração e Orçamento

Denise Goulart Schlichmann

Coordenadora de Material e Patrimônio

Silvana Rudolfo

Coordenador de Apoio Administrativo

Rafael Alexandre Machado

Coordenador de Orçamento e Finanças

Salésio Bauer

Secretária de Recursos Humanos

Ilênia Schaeffer Sell

Coordenadora de Pessoal

Sônia Maria Campos

Coordenadora de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Lúcia Meyer Kotzias

Secretário de Informática e Eleições

Gonsalo André Agostini Ribeiro

Coordenador de Informática

Augusto César Campos

Coordenador de Eleições

Eduardo Cardoso

SUMÁRIO	
APRESENTAÇÃO	11
PRESIDÊNCIA	14
DECISÕES DA PRESIDÊNCIA	14
EXPEDIENTES DIVERSOS	15
MEMBROS DO TRIBUNAL	15
PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA	16
SESSÕES E JULGAMENTOS REALIZADOS	17
RESOLUÇÕES NORMATIVAS	17
REFERENDO 2005	19
PLANEJAMENTO DAS ELEIÇÕES 2006	20
SESSENTA ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL	20
INAUGURAÇÃO DA GALERIA DE FOTOS DE VICE- PRESIDENTES E CORREGEDORES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA.	22
DESTAQUE NA ÁREA JUDICIÁRIA	23
DESTAQUE NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	24
DESTAQUE NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO DESTAQUE DA SECRETARIA DE INFORMÁTICA E ELEIÇÕES	25
COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS	31
REGISTROS, EM ATA, DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS	34
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS OFICIAIS	35
AGRADECIMENTOS	40
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO-GERAL	
EXERCÍCIO 2005	45
DIREÇÃO-GERAL	56
SECRETARIA JUDICIÁRIA	85
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	98
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO	116
SECRETARIA DE INFORMÁTICA E ELEIÇÕES	136

APRESENTAÇÃO

Senhores Juízes, Senhor Procurador Regional Eleitoral, em cumprimento ao contido no art. 20, XXVIII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Resolução TRES n. 7.357/2003), cabe-me apresentar-lhes o relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados durante minha gestão na Presidência desta Corte.

Busquei cumprir cada meta que externei em meu discurso de posse. Penso que, em sua maior parte, consegui atingir os objetivos a que me propus.

Integra o relatório, além das sínteses elaboradas por esta Presidência, o relato detalhado das atividades desenvolvidas pela Direção-Geral e pelas Secretarias Judiciária, de Administração, de Recursos Humanos e de Informática, bem como pelas Assessorias e pela Coordenadoria de Controle Interno.

Em que pese não se terem realizado eleições durante o meu mandato, o trabalho foi intenso e ininterrupto, visto que as atividades judicantes desta Corte nesse período voltaram-se – como é fato público e notório – ao julgamento de uma pleora de pedidos de cassação de prefeitos e vice-prefeitos, alguns culminando até em determinação da realização de novas eleições, levando à necessidade de reorganização e redimensionamento das atividades administrativas já planejadas, como foi o caso de Mafra (com aproximadamente 38.000 eleitores aptos, distribuídos em 113 seções eleitorais, e quatro candidatos ao cargo de prefeito e quatro ao de vice-

¹ Sendo o período restante da gestão destinado à elaboração e à reprodução deste Relatório

prefeito) e Ouro Verde (com cerca de 1.700 eleitores aptos, distribuídos em quatro seções eleitorais, dois candidatos a prefeito e dois a vice-prefeito).

O Tribunal direcionou seus esforços, ainda, ao planejamento e à execução das atividades preparatórias ao Referendo 2005, que exigiu o envolvimento de grande parte dos recursos humanos e materiais disponíveis, prejudicando, até certo ponto, o planejamento do pleito de 2006, que somente pôde ser retomado após findo aquele processo eleitoral.

Não se descuroou, também, dos projetos administrativos, visando à melhoria das condições de trabalho dos Juizes e dos servidores, de sorte que – sem prejuízo das atividades já referidas – inúmeras outras foram desenvolvidas com esse intuito.

Merecem destaque: 1) a aquisição de espaço físico para as zonas eleitorais do Estado, considerando a gravidade da questão imobiliária na Justiça Eleitoral de primeiro grau, que é bastante delicada – mais agravada, agora, com a ampliação do quadro de juizes estaduais a exigir a desocupação dos espaços outrora ocupados por esses cartórios, o que nos foi cobrado quase ao ocaso do ano findo –, tendo as demandas emergenciais sido supridas a partir do redirecionamento de recursos inicialmente destinados para a edificação do depósito de urnas e do almoxarifado central em São José, mas que não foi possível pela falta da instituição do Plano Diretor da área – fatos alheios à vontade deste Tribunal –, impossibilitando a aprovação dos projetos de construção; 2) a ampliação da sede deste Tribunal, com a aquisição do edifício localizado imediatamente ao lado da Sede deste Tribunal, com área de 1.990,89m², por necessidade de ampliação do espaço físico para abrigar todos os servidores da Corte, cujo número aumentou consideravelmente com o recente concurso realizado; 3) a reforma do Ático do edifício-sede deste Tribunal, para ser utilizado como refeitório durante o período eleitoral; 4) a obtenção de créditos orçamentários adicionais –de expressiva monta–, expandindo-se os recursos inicialmente destinados à realização de investimentos; 5) a elaboração de inúmeras decisões e alterações de regulamentações internas, na área de recursos humanos, que trouxeram benefícios aos servidores; 6) o pagamento da URV devida aos chefes de cartório de todo o Estado; 7) o pagamento dos valores decorrentes da mudança do cálculo do serviço extraordinário, referente ao período de setembro de 1999 a julho de 2004; dentre outras realizações, todas detalhadas no texto a seguir.

Vi frustrado, por razões que não cabem aqui declinar, um projeto que considero arrojado – meta, quem sabe irrealizável de um sonhador com um futuro –denominado Eleitor o Futuro, de iniciativa do ex-Corregedor-Geral Eleitoral, meu respeitado amigo Ministro Peçanha Martins, cujo objetivo, como disse em meu discurso de posse, seria a retomada, pela sociedade, dos valores morais hoje tão esquecidos, que cederam lugar a tantos casos escabrosos, que tão amiúde vemos nos noticiários.

A par disso, tenho certo que minha Administração foi direcionada, primordialmente, para o homem. Daí a importância de fazer o registro da homenagem que fizemos por ocasião da Comemoração do 60º aniversário da Corte Eleitoral catarinense, com a entrega de honrarias a um ex-Presidente, a um ex-Diretor Geral e a um servidor da Casa, como também a um Chefe de Cartório de uma Zona Eleitoral do interior. Igual relevo teve a solenidade destinada a homenagear os Desembargadores que exerceram, por motivos vários, tão-só a Vice-Presidência deste Tribunal, alguns concomitantemente à Corregedoria Regional Eleitoral, não galgando a Presidência, que foi, para mim, motivo de especial gaudio.

Florianópolis, março de 2006.

Des. Gaspar Rubik
Presidente

1 PRESIDÊNCIA

1.1 DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

1.1.1 ADMINISTRATIVAS

Além dos despachos de mero expediente em documentos e em processos – quer administrativos, quer judiciais –, foram proferidas pela Presidência decisões em processos administrativos das mais variadas matérias, tais como:

- Aposentadoria: 1;
- Alteração de proventos e pensões: 2;
- Averbação de tempo de serviço: 1;
- Licença para o trato de assuntos particulares: 2;
- Progressão funcional: 10;
- Assuntos diversos de interesse dos servidores e consultas da SRH: 35;
- Designação de Juízes Eleitorais: 8;
- Designação e dispensa de Auxiliares Eleitorais: 25;
- Designação e dispensa de Chefes de Cartório: 12.

Constituíram-se diversos grupos de trabalho, integrados por servidores, para estudar matérias de interesse da Administração, a fim de rever e aprimorar atos normativos internos e elaborar minutas de portarias

e de resoluções, sendo um desses grupos, em caráter permanente, para a revisão e atualização do Regimento Interno deste Tribunal.

1.1.2 JUDICIAIS

Foram subscritos por este Presidente 69 despachos em juízo de admissibilidade de recursos especiais e 9 em recursos ordinários, além de terem sido proferidos diversos votos de desempate em processos que demandaram calorosos e salutares debates na Corte.

1.2 EXPEDIENTES DIVERSOS

Foram protocolizados neste Tribunal 14.435 documentos; expedidos 2.081 ofícios, 21 ofícios-circulares, 817 portarias da Presidência, 24 portarias da Vice-Presidência e 731 portarias da Direção-Geral.

1.3 MEMBROS DO TRIBUNAL

ELEIÇÃO E POSSE: em virtude do término do biênio do então Presidente desta Corte, Desembargador Carlos Prudêncio, foi eleito Presidente na sessão de 1º de março de 2005, oportunidade em que o Desembargador Pedro Manoel Abreu foi eleito Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, tendo a sessão solene de posse sido realizada no dia 22 de março de 2005.

DOUTOR HILTON CUNHA JÚNIOR: Juiz Efetivo deste Tribunal, na categoria Juiz de Direito, despediu-se na sessão do dia 6 de abril de 2005, tendo em vista o término do seu primeiro biênio.

DOUTOR SAUL STEIL: a 13 de abril de 2005, tomou posse no cargo de Juiz Substituto, categoria Juiz de Direito.

DOUTOR PAULO ROBERTO CAMARGO COSTA: em 20 de abril de 2005, tomou posse, para integrar esta Corte no cargo de Juiz Efetivo da categoria Juiz de Direito.

DESEMBARGADOR JOSÉ TRINDADE DOS SANTOS: tomou posse em 10 de maio, eleito que fora para integrar este Tribunal no cargo de Juiz Substituto da categoria Desembargador.

DOUTOR GIANCARLO CASTELAN: em 25 de julho de 2005, tomou posse no cargo de Juiz Substituto na categoria Jurista.

DOUTOR JOSÉ ISAAC PILATI: tomou posse, na sessão de 27 de julho de 2005, passando a integrar a Corte no cargo de Juiz Efetivo na categoria Jurista.

DOUTOR MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI: na mesma data, foi empossado no cargo de Juiz Efetivo na categoria Jurista.

DOUTOR PAULO ROBERTO CAMARGO COSTA: Juiz Efetivo deste Tribunal, na categoria Juiz de Direito, despediu-se na sessão de 30 de setembro de 2005, tendo em vista a sua recente indicação para assumir o cargo de Juiz Substituto de Segundo Grau perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

DOUTOR SAUL STEIL: encerrou sua participação como Juiz Substituto da categoria Juiz de Direito a 31 de outubro de 2005, haja vista ter assumido a titularidade da 12ª Zona Eleitoral.

DOUTOR PAULO ROBERTO SARTORATO: Juiz Substituto deste Tribunal, na categoria Juiz de Direito, despediu-se em 30 de novembro de 2005.

DOUTOR NEWTON VARELLA JÚNIOR: em 11 de dezembro de 2005, despediu-se como Juiz Substituto da categoria Juiz de Direito, em face de ter assumido como Juiz Efetivo na categoria Juiz de Direito.

DOUTOR NEWTON VARELLA JÚNIOR: a 12 de dezembro de 2005, tomou posse no cargo de Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito.

DOUTOR VOLNEI CELSO TOMAZINI: em 16 de janeiro de 2006, tomou posse no cargo de Juiz Substituto deste Tribunal, na categoria Juiz de Direito.

DESEMBARGADOR PEDRO MANOEL ABREU: encerrou sua participação como Juiz Efetivo da categoria Desembargador em 31 de janeiro de 2006, tendo em vista a sua posse, no dia 1º de fevereiro de 2006, na Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

1.4 PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA

Dentre as 119 portarias expedidas pela Presidência, merecem destaque as 7 de caráter normativo que se fizeram necessárias para adequar procedimentos internos, atualizar regulamentações defasadas, garantir direitos e vantagens aos servidores e assegurar a regularidade dos serviços eleitorais, quais sejam:

- Portaria P n. 255/2005, de 20 de julho de 2005: estabeleceu que os limites para a realização do serviço extraordinário pelos servidores lotados na sede do Tribunal e nos Cartórios Eleitorais, no interregno de 25 de julho a 31 de outubro de 2005, inclusive, fossem de 128 (cento e vinte oito) horas/mês;
- Portaria P n. 378/2005, de 23 de setembro de 2005: definiu as Zonas Eleitorais que teriam preenchidos os cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária e Técnico Judiciário – Área Administrativa em 2005 e 2006, obedecido o escalonamento previsto nos Anexos I e II da Resolução TSE n. 21.832/2004;
- Portaria P n. 382/2005, de 30 de setembro de 2005: transferiu o feriado de 12 de outubro – Dia de Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional) – para o dia 31 do referido mês;
- Portaria P n. 533/2005, de 21 de outubro de 2005: dispôs sobre o benefício da gratificação natalina e estabeleceu normas para o seu pagamento;
- Portaria P n. 573/2005, de 24 de novembro de 2005: dispôs sobre a delegação de competências ao Diretor-Geral e aos Secretários do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 574/2005, de 24 de novembro de 2005: delegou ao Diretor-Geral a designação dos ocupantes das funções comissionadas de Chefe de Cartório Eleitoral, níveis FC-4 e FC-1;
- Portaria P n. 607/2005, de 6 de dezembro de 2005: definiu o valor do auxílio-alimentação no âmbito da Secretaria deste Tribunal em R\$ 453,42 (quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e dois centavos).

1.5 SESSÕES E JULGAMENTOS REALIZADOS

1.5.1 JUDICIAIS

Foram realizadas, no período, 122 sessões, tendo sido autuados 318 processos, dos quais 280 foram distribuídos aos membros do TRES e os demais, agravos de instrumento, foram dirigidos ao TSE; 19 resoluções (12 normativas) e 514 acórdãos. Além disso, os membros do Tribunal Regional Eleitoral proferiram 36 decisões monocráticas.

Toda a movimentação processual está inserida no Relatório de Atividades da Direção-Geral, mais especificamente na parte relativa à Secretaria Judiciária, que o integra.

1.5.2 ADMINISTRATIVAS

Foram realizadas, no período a que se refere este relatório, 46 sessões administrativas, via de regra, após as judiciais, nas quais se debateram temas administrativos relevantes, como se verá em item próprio.

1.6 RESOLUÇÕES NORMATIVAS

As 12 resoluções normativas que o Tribunal entendeu necessárias para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais e administrativos no âmbito de sua competência foram as seguintes:

- Resolução n. 7.446, de 20 de abril de 2005: estabeleceu dia e hora para realização das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.447, de 16 de maio de 2005: dispôs sobre a Medalha do Mérito Eleitoral, seu conselho e deu outras providências;
- Resolução n. 7.448, de 16 de maio de 2005: criou o Certificado de Honra ao Mérito Eleitoral e deu outras providências;
- Resolução n. 7.451, de 13 de junho de 2005: alterou a Resolução n. 7.248, de 7 de março de 2001;
- Resolução n. 7.452, de 29 de agosto de 2005: dispôs sobre a competência dos Juizes Eleitorais para o referendo de 23 de outubro de 2005, nos municípios dotados de mais de uma Zona Eleitoral;

- Resolução n. 7.453, de 5 de setembro de 2005: dispôs sobre a transferência de responsabilidade de processos judiciais, procedimentos administrativos, livros, pastas, bens patrimoniais e outros documentos e materiais entre os ocupantes da função de Chefe de Cartório;
- Resolução n. 7.454, de 3 de outubro de 2005: estabeleceu o Regimento Interno da Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.457, de 5 de dezembro de 2005: definiu critérios para o exercício da jurisdição eleitoral em primeiro grau na Circunscrição de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.458, de 14 de novembro de 2005: dispôs acerca das atribuições e responsabilidades dos servidores lotados nas Zonas Eleitorais;
- Resolução n. 7.459, de 16 de janeiro de 2006: definiu, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, as áreas de atividade, as especialidades, os respectivos quantitativos e a lotação dos cargos efetivos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário criados pela Lei n. 11.202, de 29 de novembro de 2005;
- Resolução n. 7.460, de 30 de janeiro de 2006: regulamentou a reavaliação médica periódica dos servidores deste Tribunal aposentados por invalidez e dos inativos e pensionistas acometidos por doença grave especificada em lei, que obtiveram a isenção do Imposto de Renda incidente sobre os proventos e sobre os valores percebidos a título de pensão;
- Resolução n. 7.461, de 20 de fevereiro de 2006: regulamentou a licença para capacitação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

1.7 REFERENDO 2005

O planejamento das atividades para o Referendo 2005, realizado pela equipe do Tribunal, contemplou a relação das atividades e as datas para sua execução, bem como as relações (predecessoras e sucessoras) entre elas, com o objetivo de guiar a execução, no tempo certo, de todas as atividades relevantes para o evento, tanto as das diversas áreas do Tribunal, quanto as dos cartórios eleitorais. Procedeu-se, a partir daí, ao levantamento dos serviços necessários à sua realização.

Destaca-se que foi necessária a adequação de todos os locais utilizados pelos servidores e eleitores durante o pleito (locais de votação, armazenamento de urnas, centrais de suporte, locais de transmissão e totalização, serviço 148, etc.), além de todo o apoio administrativo indispensável para satisfazer às necessidades das unidades do TRES

(telefonia móvel e fixa, locação de carros, serviços de expedição e de reprografia, fornecimento de alimentação, etc.).

Foram realizados eventos internos voltados especificamente à preparação do Referendo 2005: treinamento dirigido aos Chefes de Cartório Eleitoral (147 participantes); XIII Encontro de Juizes Eleitorais (93 participantes) e treinamento dos Gerentes Regionais (40 participantes).

Registra-se a ampliação da bem sucedida operação de coleta de disquetes e do material dos mesários, realizada nos municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Blumenau, Bombinhas, Cocal do Sul, Corupá, Criciúma, Florianópolis, Forquilha, Garuva, Governador Celso Ramos, Içara, Itajaí, Itapema, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Morro da Fumaça, Navegantes, Nova Veneza, Palhoça, Paulo Lopes, Porto Belo, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, São Pedro de Alcântara, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

Nas Eleições Municipais 2004, a atividade de criação de rotas para a distribuição de urnas e posterior coleta de urnas e disquetes foi desempenhada de forma quase manual, daí ter sido sentida a necessidade do desenvolvimento de um sistema informatizado para realizar tal tarefa, para ser utilizado pelas zonas eleitorais por meio de navegador *web* e com base de dados centralizada em servidor do Tribunal, visando ao aperfeiçoamento da sistemática.

Foram encaminhadas 14.546 urnas eletrônicas para as zonas eleitorais, a fim de atender a 11.290 seções eleitorais e 209 urnas destinadas ao recebimento de justificativas eleitorais, assegurando-se um percentual médio de 21% de urnas de contingência.

1.8 PLANEJAMENTO DAS ELEIÇÕES 2006

A Seção de Planejamento e Acompanhamento das Eleições está realizando o planejamento para as Eleições 2006 a partir dos meses de janeiro e fevereiro e contempla a relação das atividades, as datas para a execução e as relações (predecessoras e sucessoras) entre elas, cujo objetivo é guiar a execução, no tempo certo, de todas as atividades necessárias ao evento.

O trabalho inicial constitui-se na revisão dos processos elencados nos planejamentos das Eleições 2004 e do Referendo sobre o comércio de armas de fogo e munições. Várias atividades foram retiradas e outras acrescentadas, aperfeiçoando o projeto original. No momento, estão sendo realizadas entrevistas com os titulares das unidades da Secretaria do Tribunal, para que as atividades passem pelo crivo dos que, mais tarde, estarão a cargo de executá-las. Tais entrevistas buscam a sintonia entre o planejamento

– aí incluídas todas as tarefas e seus pormenores – e a execução das Eleições 2006.

1.9 SESSENTA ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

No momento histórico em que inúmeras instituições nacionais e internacionais renderam suas justas homenagens à Justiça Eleitoral brasileira e catarinense, em comemoração aos 60 anos da sua instalação, este Tribunal decidiu encampar a idéia.

Assim é que, na sessão de 9 de maio de 2005, propus que a comemoração fosse feita com a concessão de Medalha do Mérito Eleitoral de Santa Catarina. Para isso, foi necessária a alteração do teor da Resolução TRESA n. 6.864, de 8.3.1995, que criou a Medalha do Mérito Eleitoral Santa Catarina, e da Resolução TRESA n. 6.865, de 8.3.1995, que criou o Conselho da Medalha do Mérito Eleitoral de Santa Catarina, que passarem a prever as seguintes modificações: que até três pessoas sejam agraciadas; que o Conselho se reúna ordinariamente uma vez ao ano e extraordinariamente quantas vezes forem necessárias; e aprovação do novo modelo e dimensões da medalha.

Em 23 de maio, os Juizes do Tribunal, juntamente com o Procurador Regional Eleitoral, reunidos em Conselho para a escolha dos nomes a serem agraciados com a Medalha do Mérito Eleitoral sobre a qual dispõe a Resolução n. 7.447/2005, à unanimidade, indicaram o Desembargador Marcílio João da Silva Medeiros, o mais antigo dos Presidentes da Corte vivos, cujo biênio se deu no auge da ditadura militar no Brasil, de 1968 a 1970; o Doutor Saulo Vieira, decano dos advogados que atuam nesta Corte, e que sempre fez uso da palavra em nome da Ordem dos Advogados do Brasil e dos partidos políticos, para, na sessão solene do dia 17 de junho, receberem a medalha.

Na mesma sessão, o Tribunal, ainda reunido em Conselho aprovou, à unanimidade, os nomes de Claire Jerry Franke Wolf, a mais antiga chefe de Cartório em atividade, que exerce tal função na 25ª Zona Eleitoral há 34 anos, e Hugo Santana Fernandes, servidor inativo deste Tribunal, que, mesmo na inatividade, tem contribuído para a apuração das eleições em Santa Catarina, para receberem o Certificado de Honra ao Mérito Eleitoral, instituído pela Resolução n. 7.448/2005.

1.9.1 MEDALHA DO MÉRITO ELEITORAL

Com o objetivo de homenagear pessoas ou entidades que tenham dado expressiva contribuição à Justiça Eleitoral catarinense, o TRESA, em

1995, na gestão do Des. Francisco Xavier Medeiros Vieira, criou a Medalha do Mérito Eleitoral.

Em dez anos de existência, esta foi a primeira vez que efetivamente se concedeu a medalha, por iniciativa desta Presidência. A escolha dos agraciados foi realizada pelo Conselho da Medalha do Mérito Eleitoral, formado pelos integrantes da Corte e pelo Procurador Regional Eleitoral.

Na oportunidade, foram homenageados:

- Des. Marcílio João da Silva Medeiros – Presidente do TRESA de 4.3.1968 a 27.4.1970. Presidiu o Tribunal durante a ditadura militar. Por sua conduta, é considerado um exemplo a ser seguido. Sua postura é referência entre os magistrados de todo o Brasil;
- Dr. Márcio Luiz Guimarães Collaço – Diretor-Geral do TRESA por 34 anos. Foi responsável pela modernização da infra-estrutura do Tribunal. Em sua gestão foram adquiridos os primeiros equipamentos de informática e implantado projeto pioneiro para a apuração eletrônica das eleições de 1968, além da aquisição da primeira sede própria e da efetivação do primeiro pleito totalmente informatizado, realizado no distrito de Cocal em 1991;
- Dr. Saulo Vieira – Um dos operantes do Direito que há mais tempo milita na Corte Eleitoral, com vasto saber jurídico sobre a matéria.

1.9.2 CERTIFICADO DE HONRA AO MÉRITO ELEITORAL

Foi criado, também, durante a minha gestão, o Certificado de Honra ao Mérito Eleitoral, com o objetivo de destacar pessoas que prestaram relevantes serviços à Justiça Eleitoral. A distinção, por indicação desta Presidência, em 2005, foi concedida a:

- Hugo Santana Fernandes - Servidor inativo que ainda continua colaborando no processo produtivo dos pleitos eleitorais;
- Claire Jerry Franke Wolf - Chefe de Cartório mais antiga, lotada na 25ª Zona Eleitoral - Porto União, em atividade desde 1971 até os dias atuais;

1.10 INAUGURAÇÃO DA GALERIA DE FOTOS DE VICE-PRESIDENTES E CORREGEDORES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina promoveu sessão solene na noite do dia 9 de março de 2006, para homenagear os Desembargadores que integraram o pleno da Corte, exercendo as funções de Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, e que, por alguma circunstância, não assumiram a presidência, motivo pelo qual não figuravam, até então, na galeria de fotos.

Foram descerradas e afixadas, junto à Galeria de ex-Presidentes do Tribunal, as fotografias dos Desembargadores que exerceram a Vice-Presidência, Urbano Müller Salles (in memoriam) e José do Patrocínio Gallotti (in memoriam), bem como dos Vice-Presidentes e Corregedores Regionais Eleitorais, Desembargadores Arno Pedro Hoeschl (in memoriam), Maurillo da Costa Coimbra (in memoriam), Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz, Ivo Sell, Nelson Konrad (in memoriam), Genésio Nollí (in memoriam) e Pedro Manoel Abreu.

Estiveram presentes os Desembargadores homenageados Pedro Manoel Abreu e Ivo Sell e familiares, bem como parentes dos demais Desembargadores que integrarão a Galeria de Fotos, entre os quais os Ministros Paulo Gallotti e Hélio de Mello Mosimann, ambos do Superior Tribunal de Justiça, e demais familiares e convidados. O Des. Jorge Mussi, ex-Presidente do próprio Tribunal Regional Eleitoral e recentemente indicado para concorrer a uma vaga para Ministro do STJ, também prestigiou o evento.

Agora se preencheu um vazio e se homenagearam essas pessoas, que tanto serviram e honraram a Justiça Eleitoral catarinense, exemplo para suas congêneres no País.

1.11 DESTAQUES NA ÁREA JUDICIÁRIA

O ano de 2005 – em que não houve pleito para cargos eletivos – apresentou elevada movimentação processual, ocorrendo um aumento de mais de 50% do número de processos em relação ao ano de 2003, último ano não-eleitoral.

Esse aumento deveu-se ao grande volume de trabalho decorrente das Eleições Municipais de 2004, cujo passivo foi formado, principalmente, pelas representações e reclamações com base na Lei Complementar n. 64/

1990, bem como por demandas judiciais fundamentadas em dispositivos legais que ensejavam a cassação de prefeitos eleitos.

Tais processos, de sensibilidade social notória, dinamizaram a jurisprudência eleitoral e fizeram com que as discussões plenárias muitas vezes se prolongassem por horas após o término do expediente.

Alem disso, o TRESA vivenciou uma situação atípica no exercício de 2005, no que concerne à distribuição de processos entre seus membros. Em decorrência da vacância de dois juizes titulares, a distribuição dos feitos foi concentrada entre apenas quatro juizes titulares e um substituto, ocasionando um descompasso na divisão equitativa de feitos.

1.11.1 PUBLICAÇÕES OFICIAIS

O Sistema de Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções permanece como um dos serviços mais consultados pelos usuários. Isso comprova a utilidade do projeto de digitalização desenvolvido pela Secretaria Judiciária em parceria com a Secretaria de Informática e Eleições, o qual hoje permite que o inteiro teor dos julgamentos seja instantaneamente divulgado por meio da rede mundial de computadores.

Evidencia-se, também, a publicação do Manual Referendo 2005, compilado e editorado pela mesma Secretaria, reunindo as normas regulamentadoras daquela consulta popular acerca da proibição, ou não, do comércio de armas de fogo e de munição no Brasil, realizada em outubro de 2005. Essa edição consagrou uma bem sucedida parceria do TRESA com a Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP) e com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). Sua tiragem, de 1.000 exemplares, foi distribuída aos cartórios, juizes e promotores eleitorais, assim como a servidores e membros desta Casa, a advogados e a partidos políticos.

Além dessas, foram lançados: RESENHA ELEITORAL - *Nova Série*, v. 11, n. 2, e v. 12, n. 1; Regimentos Internos do TRESA e Manual de Legislação Eleitoral Consolidada.

Sobressai, por fim, o trabalho intitulado “Normas Administrativas – Índice Temático”, que consiste em ampla compilação das normas internas do Tribunal. Trata-se de um sistema de busca rápida no inteiro teor das normas internas (v.g. resoluções, portarias e ordens de serviço da Presidência, Vice-Presidência e Direção-Geral) que regulamentam diversos assuntos catalogados e indexados em ordem alfabética, disponível aos usuários na página eletrônica do TRESA, no menu Legislação e Jurisprudência.

1.11.2 AMPLIAÇÃO DO PROJETO DE DIGITALIZAÇÃO DE JULGADOS

Em 2005 foram acrescentados, após análise e indexação, 291 acórdãos e 7 resoluções, totalizando aproximadamente 11.000 os registros atualmente disponíveis nas páginas eletrônicas do TRES e do TSE, o que possibilita a divulgação *on line* da jurisprudência catarinense em todo o Território Nacional.

No tocante aos dados gerais do projeto de digitalização de acórdãos, resoluções, portarias da Presidência, da Vice-Presidência e da Direção-Geral, bem como das ordens de serviço, tendo sido digitalizados, em 2005, 3.070 itens, sendo eles: 492 acórdãos; 15 resoluções; 726 portarias da Presidência; 164 portarias da Vice-Presidência; 1619 portarias da Direção-Geral; e 54 ordens de Serviço.

1.12 DESTAQUES NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

1.12.1 CONCURSO PÚBLICO

As atividades da Secretaria de Recursos Humanos durante a gestão de 2005, a par das atribuições rotineiras, estiveram especialmente voltadas para a realização do maior concurso público já efetuado pelo Tribunal.

Assim, desde o mês de janeiro do referido ano, uma comissão trabalhou na elaboração do edital do concurso, que veio a ser publicado no mês de fevereiro de 2005. As inscrições foram abertas a 28 de março, encerrando-se em 11 de abril do mesmo ano, tendo atingido o expressivo número de aproximadamente 47.000 candidatos, oriundos dos mais diversos pontos do País.

As provas foram realizadas em 19 de junho de 2005, tendo o resultado sido homologado na sessão administrativa de 18 de julho e publicado no Diário Oficial da União do dia 21 do mesmo mês, procedendo-se logo após, já no mês de agosto, à nomeação, à posse e ao treinamento dos candidatos aprovados para o pólo 1 (sede do Tribunal).

Em outubro, em cumprimento aos termos do edital do concurso, propiciou-se aos candidatos classificados para os demais pólos a opção pela

zona eleitoral de preferência, seguida da nomeação e finalmente da posse de 131 novos servidores lotados nas zonas eleitorais definidas.

À cerimônia de posse, seguiu-se um treinamento intensivo coordenado pela Secretaria de Recursos Humanos e ministrado pelas Secretarias de Informática e Eleições, Judiciária, de Administração e Orçamento, de Recursos Humanos e pela Corregedoria Eleitoral, no período de 21 a 25 de novembro.

Os candidatos aprovados para os pólos 2 a 11, cujas vagas se destinaram aos 102 cartórios eleitorais em Santa Catarina, tomaram posse no dia 21 de novembro, respeitado o escalonamento previsto na Lei n. 10.842/2004, que remeteu para o exercício 2006 o provimento de 31 vagas de Analista Judiciário e de 31 vagas de Técnico Judiciário, totalizando 204 cargos providos. Isso ocorreu no início do mês de março do corrente ano.

Com a edição da Lei n. 11.202, de 29 de novembro de 2005, que criou e extinguiu cargos e funções para o TSE e para os TRES, foram destinados para Santa Catarina 30 cargos de Analista Judiciário e 65 de Técnico Judiciário. No início de março, foram nomeados e empossados 71 servidores (20 Analistas e 51 Técnicos).

No total, foram nomeados e empossados, em minha gestão, 292 novos servidores (134 Analistas e 158 Técnicos).

1.13 DESTAQUES NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Dentre as atividades do ano de 2005, destacam-se: a preparação da infra-estrutura de serviços e materiais para a realização do Referendo; empenho de recursos orçamentários para a aquisição de imóveis para abrigar os cartórios de 11 zonas eleitorais, sediadas nos municípios de Joinville (19ª ZE, 76ª ZE, 95ª ZE e 96ª ZE); Lages (21ª ZE, 93ª ZE e 104ª ZE); Brusque (5ª ZE e 86ª ZE); e Rio do Sul (26ª ZE e 102ª ZE) e empenho de recursos orçamentários para a aquisição de edifício anexo ao Tribunal.

1.13.1 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CARTÓRIOS ELEITORAIS

Tendo em vista a fragilidade da questão imobiliária dos cartórios eleitorais – que se agravou a partir da retomada de vários imóveis cedidos para essa finalidade –, da qual tomei conhecimento já no início de 2005, este Tribunal passou a gestionar junto ao Tribunal Superior Eleitoral, visan-

do à aquisição, a médio e longo prazo, de imóveis próprios para alocar todas as zonas eleitorais deste Estado.

No exercício de 2005, desenvolveram-se todos os esforços para suprir as demandas emergenciais de instalações imobiliárias, estando já reconhecida a dispensa de licitação para a aquisição de imóveis para as zonas eleitorais de Joinville, Lages, Brusque, Rio do Sul, Concórdia, Joaçaba e Santo Amaro da Imperatriz e concluídos os respectivos procedimentos, sendo que as aquisições dos imóveis recaíram sobre aqueles indicados pelos Juízes Eleitorais.

Importa lembrar que parte dos recursos que asseguraram a aquisição dos imóveis em comento teve origem no oferecimento, como fonte de recursos para obtenção de crédito especial, do montante de R\$ 2.146.000,00 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil reais), inicialmente disponibilizado a este Tribunal para edificação do depósito de urnas e do almoxarifado central em São José.

Vale ressaltar que foram destinados a este Tribunal recursos em montante muito superior àqueles inicialmente destinados para a obra em São José, totalizando os recursos obtidos para suprir demandas imobiliárias o valor de R\$ 4.760.000,00 (quatro milhões, setecentos e sessenta mil reais), com um incremento de 121,8% da dotação orçamentária inicialmente destinada.

Finalmente, na solenidade ocorrida no dia 24 de março do corrente ano – à qual se fizeram presentes o Procurador Geral da Fazenda Nacional, Dr. Vandré Augusto Burigo, que em nome da União subscreveu os contratos, e os proprietários dos imóveis – maior concretude pôde-se sentir quanto à implantação do processo antes mencionado. É que, após toda a tramitação exigida por lei, foram assinados os contratos de compra e venda de imóveis para os 4 cartórios eleitorais de Joinville, para os 3 cartórios eleitorais de Lages, para os 2 cartórios eleitorais de Rio do Sul e para os 2 cartórios eleitorais sediados em Brusque, totalizando 16 novas Zonas Eleitorais a contar com imóvel próprio, o que representa 15,69% das necessidades imobiliárias para suprir a totalidade de 102 Zonas Eleitorais catarinenses.

A política ora implementada por certo terá continuidade nas gestões futuras da Justiça Eleitoral Catarinense, haja vista o benefício advindo de tais aquisições e, conseqüentemente, da desocupação dos espaços dos Fóruns que nos abrigaram durante tantos anos e que hoje possuem necessidade desses espaços físicos outrora cedidos.

É imperioso, ainda, destacar o esforço orçamentário para a aquisição de imóveis para as Zonas Eleitorais de Concórdia, Joaçaba e Santo Amaro da Imperatriz. Em tais Zonas, em que pese ter sido obtido o crédito para também lá adquirir imóveis próprios, a limitação daqueles mercados

imobiliários impossibilitou obter-se, a tempo, imóveis adequados à instalação dos cartórios eleitorais. Outrossim, tais créditos orçamentários, por terem sido concedidos já no limiar do exercício de 2005, estão sendo reabertos pelo Congresso Nacional, permanecendo aqueles Juízes Eleitorais à procura de imóveis que supram as necessidades de suas Zonas Eleitorais.

Encontra-se, ainda, em processo bastante adiantado a cessão de imóvel de propriedade da União para abrigar os dois cartórios eleitorais de Criciúma. Tem-se notícia de que o procedimento tramita na Secretaria de Patrimônio da União já em fase final, sem problemas, o que permite concluir que em breve mais duas Zonas Eleitorais irão dispor também de imóvel próprio.

1.13.2 AMPLIAÇÃO DA SEDE DESTA TRIBUNAL

Também foi sentida – já a partir da expectativa do aumento considerável do número de servidores, quando ainda tramitava o projeto de lei visando esse fim – a imperiosa necessidade de ampliação da sede deste Tribunal.

Cabe destacar que o edifício sobre o qual recaiu a escolha da Administração localiza-se exatamente ao lado da sede desta Corte, na Rua Esteves Júnior, n. 80. A proximidade facilitará a instalação das unidades cujo espaço físico hoje é restrito, situação agravada pelo grande aumento do número de servidores, haja vista a criação de novos cargos efetivos, cujo provimento evidencia ainda mais a necessidade de ampliação da capacidade atualmente existente.

Trata-se de imóvel de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, com área de 1.990,89m², dividida em seis pavimentos, avaliado pela Caixa Econômica Federal em R\$ 2.149.800,00 (dois milhões, cento e quarenta e nove mil e oitocentos reais), cujo contrato foi assinado na mesma solenidade mencionada no item anterior, ocorrida no dia 24 de março do corrente ano, com as presenças do Procurador Geral da Fazenda Nacional, Dr. Vandré Augusto Burigo, que em nome da União subscreveu os contratos, e do Secretário Adjunto de Administração do Estado de Santa Catarina, Dr. Constâncio Krümel, representante do Secretário da referida pasta, que, em nome do Governo do Estado, proprietário dos imóveis, firmou o documento, assinando eu na condição de testemunha.

Registro, aqui, agradecimento muito penhorado ao Secretário de Administração do Governo do Estado de Santa Catarina, Dr. Marcos Vieira. Graças à sensibilidade do digno Secretário é que foi possível a aquisição do prédio em referência, que hoje abriga a Secretaria de Segurança Pública de nosso Estado. Foi mediante a sua atuação pessoal que a questão chegou à deliberação do Exmo. Sr. Governador do Estado e que foi encaminhado projeto

de lei específico para autorização da venda. No acompanhamento deste projeto junto à Assembléia Legislativa a atuação do Sr. Secretário foi também essencial.

Esta aquisição será indiscutivelmente de enorme valia, uma vez que o prédio que este Tribunal ocupa está absolutamente sufocado e a alternativa de adquirir prédio distante da sede traria divisões de estrutura indesejáveis e conseqüente transtorno para os trabalhos.

Ainda em razão da necessidade de adequação do citado imóvel, já foram processadas licitações com vistas à contratação de projetos arquitetônicos e complementares – incluindo a sua execução –, assim como à aquisição de materiais para a realização da obra.

1.13.3 REFORMA DO ÁTICO

Foi contratada a elaboração de projeto arquitetônico, lumínico e de mobiliário para reformar o Ático do edifício-sede, incluindo a aplicação de pisos apropriados para facilitar a manutenção e limpeza daquela área, além de ampliar os espaços úteis para viabilizar a prestação futura de serviços de alimentação aos servidores.

Foi também contratada a execução da obra de adequação, que se iniciou em dezembro de 2005 e cuja inauguração ocorreu em 24 de março do corrente, com um coquetel oferecido pela Associação dos Servidores da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, numa demonstração da importância do referido espaço para os servidores, não apenas como refeitório, mas como uma área que pode ser utilizada para confraternizações, ampliando o salutar convívio já existente no ambiente de trabalho desta Casa.

1.13.4 OUTROS DESTAQUES

Merecem ser destacadas, ainda, outras atividades que, durante a minha gestão, foram iniciadas, dentre as quais: a execução de obra de adequação dos setores de protocolo, expedição, transporte e manutenção, de forma a otimizar a execução de tais serviços; a atualização do projeto de detecção de incêndio e alarme, cuja realização está prevista para o exercício de 2006; isolamento acústico entre os andares, nos locais próximos às janelas da frente e fundos do edifício-sede e a substituição de todo o piso dos andares de garagem S1 e S2 e das escadas internas por outro de maior durabilidade e fácil manutenção.

Importante, também, registrar que se adquiriram equipamentos e sistemas com vistas à segurança do edifício-sede, viabilizando a implementação de controle de acesso, inclusive de detecção de metais.

Atendendo às necessidades há muito existentes na Justiça Eleitoral de primeiro grau, para dotá-las de melhores condições para o atendimento aos eleitores e de adequada infra-estrutura, foi realizada a entrega de mobiliário a todas as zonas eleitorais do Estado.

Foi, ainda, implementado Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre este Tribunal e os Tribunais Regionais Eleitorais do Paraná e do Rio Grande do Sul, visando ao gerenciamento de contratações comuns, resultando no planejamento e na padronização das contratações, de forma a otimizar os seus resultados, reduzir os custos operacionais e ampliar a economia de escala, sempre por meio de pregões processados eletronicamente.

1.13.4 RECURSOS FINANCEIROS

Gerenciados pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Administração e Orçamento, os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União (1º.1.2005 a 31.12.2005), bem como suas suplementações e provisões constituíram o montante de R\$ 69.430.387,88 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e trinta mil, trezentos e oitenta e sete reais e oitenta e oito centavos). Por conta desses créditos foram empenhadas e efetuadas despesas no total de R\$ 65.701.560,41 (sessenta e cinco milhões, setecentos e um mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e um centavos).

Foram também recebidas e concedidas provisões, durante o exercício de 2005, nos valores de R\$ 4.016.888,88 (quatro milhões, dezesseis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos) e de R\$ 11.621,86 (onze mil, seiscentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos), respectivamente. Destes, R\$ 7.267,86 (sete mil, duzentos e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos) foram concedidos ao TSE para o pagamento de serviços telefônicos contratados para este Tribunal, e R\$ 4.354,00 (quatro mil e trezentos e cinquenta e quatro reais) com vistas à aquisição de material de expediente para este Tribunal pelo TRE/PR, conforme acordo firmado entre as partes.

Ficou inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 6.266.617,83 (seis milhões, duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e dezessete reais e oitenta e três centavos), sendo destes R\$ 5.912.873,89 (cinco milhões, novecentos e doze mil, oitocentos e setenta e três reais e oitenta e nove centavos) valores não-processados e R\$ 353.743,94 (trezentos e cinquenta e três mil, setecentos e quarenta e três reais e noventa e quatro centavos) processados, ou seja, apropriados.

Foi aberto crédito especial de R\$ 4.760.000,00 (quatro milhões setecentos e sessenta mil reais) destinado à aquisição de imóveis para o anexo do edifício-sede e para os cartórios eleitorais das cidades de Brusque, Joinville, Lages e Rio do Sul. Por conta desse crédito foram empenhadas e efetuadas despesas no montante de R\$ 3.690.318,85 (três milhões, seiscentos e noventa mil trezentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos), valor este inscrito em Restos a Pagar.

Ressalta-se que todo o detalhamento técnico-contábil está no relatório da Coordenadoria de Orçamento e Finanças da Secretaria deste Tribunal, que integra o presente.

1.13.5 OBTENÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS E RESPECTIVAS REALIZAÇÕES

1.13.5.1 PAGAMENTO DE PESSOAL

Este Tribunal solicitou e recebeu suplementação orçamentária, para o pagamento de pessoal, no valor de R\$ 3.087.644,00 (três milhões, oitenta e sete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), sendo R\$ 2.387.644,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais) destinados ao pagamento de Pessoal Ativo, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o recolhimento de Obrigações Patronais decorrente do pagamento de Pessoal Ativo e R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para o pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas Civis.

Da suplementação recebida para o pagamento de Pessoal Ativo, o valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) foi utilizado para o pagamento da URV devida a chefes de cartório.

1.13.5.2 PAGAMENTO DE ATRASADOS RELATIVOS À MUDANÇA DE CÁLCULO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Este Tribunal recebeu provisão adicional, na Ação de Pleitos Eleitorais, no valor de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), para o pagamento dos valores decorrentes da mudança do cálculo do serviço extraordinário, referente ao período de setembro de 1999 a julho de 2004.

1.13.5.3 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Foi obtido, ainda, crédito adicional especial para a aquisição do imóvel anexo à sede deste Tribunal e de imóveis para cartórios eleitorais, conforme a seguir especificado, em montante bastante expressivo, que totaliza R\$ 4.760.000,00 (quatro milhões, setecentos e sessenta mil reais): Anexo do Edifício sede do TRESA, no valor de R\$ 2.500.000,00; Cartórios Eleitorais de Concórdia, no valor de R\$ 400.000,00; Cartórios Eleitorais de Joaçaba, no valor de R\$ 210.000,00; Cartórios Eleitorais de Joinville, no valor de R\$ 660.000,00; Cartórios Eleitorais de Lages, no valor de R\$ 250.000,00; Cartórios Eleitorais de Rio do Sul, no valor de R\$ 300.000,00; Cartório Eleitoral de Santo Amaro da Imperatriz, no valor de R\$ 175.000,00 e Cartórios Eleitorais de Brusque, no valor de R\$ 265.000,00.

1.14 DESTAQUES DA SECRETARIA DE INFORMÁTICA E ELEIÇÕES

1.14.1 PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO REFERENDO 2005

A Secretaria de Informática e Eleições é a unidade responsável pelo planejamento das atividades para o referido evento, o qual contemplou a relação das atividades e as datas para sua execução, bem como as relações entre elas, visando nortear a execução, no tempo certo, de todas as que foram planejadas.

Foram cadastradas cerca de trezentas atividades (não incluídas as tarefas) das diversas áreas do Tribunal, consideradas, também, as dos cartórios eleitorais, tendo-se procedido, primeiramente, à revisão das atividades anteriormente levantadas; depois, ao acompanhamento da execução do planejado, com atualizações semanais, subsidiadas por informações prestadas pelas diversas unidades da Secretaria deste Tribunal, até a conclusão do Projeto Referendo 2005.

1.14.2 PORTAIS DE INFORMAÇÃO

Foram desenvolvidos os seguintes portais de informação:

- 60 anos da Justiça Eleitoral: portal temático para o referido evento, consolidando principalmente informações sobre o histórico da instituição, os agraciados e os prêmios;
- índice temático das normas administrativas: em parceria com a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação da Secretaria Judiciária, foi criado um índice temático das normas administrativas deste Tribunal, também em estilo de portal, com conteúdo e *design* próprios;
- notícias TRESA: em conjunto com a Seção de Comunicação Social, foi idealizado o serviço Notícias TRESA, com o objetivo de manter os servidores da Casa informados sobre as atividades de âmbito eleitoral e prover acesso *on line* a jornais e associações de imprensa;
- referendo: portal específico, na Intranet, que abrigou todas as notícias, instruções e materiais divididos em grupos de interesse, ajudando a filtrar o excesso de informação àqueles que não necessitavam de todo o conteúdo do portal. Além disso, foram disponibilizados diversos sistemas de apoio *on line*, incluindo: controle da habilitação e instalação das linhas telefônicas fixas, atualização dos endereços dos locais de suporte e armazenamento de urnas, seleção dos técnicos de urna, avaliação dos recursos humanos, mesário voluntário, acompanhamento dos chamados abertos no suporte, ocorrências com as urnas eletrônicas, encerramento dos Centros de Processamento de Dados;
- central 148: dois sistemas distintos: portal informativo na Intranet, suprimindo os atendentes com informações padronizadas, que visam a esclarecer as dúvidas dos eleitores que ligam para a Central; e sistema de registro de chamadas que gera uma estatística numérica *on line* e gráficos da situação dos atendimentos classificados por assunto;
- *site* da Intranet: reorganização do seu conteúdo para remover o excesso de *links*, principalmente das páginas Serviços, Eleições, Zonas Eleitorais e Legislação e Jurisprudência.

1.14.3 NOVAS ELEIÇÕES – MAFRA/OURO VERDE

Em cumprimento a decisões do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, foram organizadas novas eleições nos municípios de:

Mafra: realizada conforme a Resolução TRESA n. 7.436, de 7.12.2004, em cumprimento ao Acórdão TRESA n. 19.784, de 1º.12.2004. A totalização ocorreu na sede do cartório eleitoral, no Fórum do município de Mafra/SC, contando com aproximadamente 38.000 eleitores aptos, distribuídos em 113 seções eleitorais, e quatro candidatos ao cargo de prefeito e quatro ao de vice-prefeito;

Ouro Verde: realizada conforme a Resolução TRESA n. 7.440, de 28.12.2004, em cumprimento à deliberação tomada na sessão extraordinária de 22.12.2004 (Ata n. 8.339). A totalização ocorreu no Colégio Estadual Celestino José do Nascimento, no município de Ouro Verde/SC, pertencente à circunscrição da 71ª Zona Eleitoral, sediada no município de Abelardo Luz/SC. A eleição contou com aproximadamente 1.700 eleitores aptos, distribuídos em quatro seções eleitorais, tendo concorrido dois candidatos a prefeito e dois ao cargo de vice-prefeito.

1.14.4 ELEIÇÕES DA COMUNIDADE (NÃO-OFICIAIS)

Dando continuidade ao programa de difusão e popularização das urnas eletrônicas, este TRE deu suporte técnico e de pessoal a inúmeras eleições informatizadas visando à constituição de estruturas administrativas de entidades organizadas, públicas ou privadas, que prestem serviços à comunidade, conforme autorizam a Resolução TRESA n. 7.010/1996 e a Resolução TSE n. 19.877/1997, mediante a cessão de urnas eletrônicas e respectivos programas.

No ano de 2005 foram realizados dezesseis eventos dessa natureza, envolvendo 143.817 eleitores.

1.14.5 SISTEMA DE HISTÓRICO DE ELEIÇÕES (HISTELEI)

A partir de 1998, a atualização do HistElei está automatizada (transferência direta a partir do sistema de totalização). Entretanto, para as eleições anteriores é necessário levantar os dados históricos das eleições e, após a sua digitação e conferência, inseri-los no referido aplicativo para posterior publicação na Intranet e Internet. O sistema encontra-se com os dados das eleições de 1982 a 2004 atualizados, constituindo ferramenta de enorme utilidade pública, comprovada pelo quantitativo de consultas à Internet/Intranet.

No ano de 2005, o banco do HistElei recebeu os dados das eleições de 1982 e 1986 da seguinte forma: 1982 – Eleição Municipal – Resultado por município; 1982 – Eleição Estadual/Federal – Resultado final no Estado; e 1986 – Eleição Estadual/Federal – Resultado por município.

Importante registrar que os resultados do último pleito estão disponíveis na página principal do TRESA na Internet e serão incorporados ao HistElei futuramente.

1.15 COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

No decorrer de minha gestão, para deliberar acerca de aspectos atinentes ao processo eleitoral e a assuntos administrativos diversos de interesse da Justiça Eleitoral, realizaram-se o XXX e o XXXI Encontros do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, aos quais compareci:

- em Palmas/TO, nos dias 3 e 4 de junho de 2005, sob a Presidência do Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro, Presidente do TRE do Amapá, com a presença dos Ministros Costa Porto, Fernando Neves da Silva e Carlos Velloso. Na ocasião comemorou-se a outorga da Medalha do Mérito Eleitoral do Tocantins, sendo entregue a comenda aos Senhores Norberto Leite; Coronel Raimundo Bonfim Azevedo Coelho, Rubém Paulo Carvalho Patury Filho, Tenente Coronel Ronaldo Pierre Cavalcanti Ludgren, Juiz Ivan Straatmann, Dr. Nilomar dos Santos Farias, Dr. Carlos Alberto Vilhena, Desembargador João Alves da Costa, Desembargadora Dalva Delfino Magalhães, Juiz João Batista Gomes Moreira, Desembargador Aloísio Palmeira, Ministro Fernando Neves e Ministro Carlos Velloso. Em seguida, o Desembargador Álvaro Lazzarini fez a entrega de uma placa ao Desembargador José Neves em homenagem aos relevantes serviços prestados ao Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais;
- em Maceió/AL, de 8 a 10 de dezembro de 2005, sob a Presidência do Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro, Presidente do TRE do Amapá. Em 10 de dezembro, durante o XXXI Encontro, ocasião em que foi aprovada a Carta de Maceió, pela qual se decidiu: "O Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, reunido em Maceió, Alagoas, no período de oito a dez de dezembro do ano de 2005, pela deliberação da unanimidade dos seus membros, RESOLVE: 1 – afirmar ser do interesse nacional a reforma política, demonstrando, por outro lado, preocupação com as pretendidas alterações na Constituição Federal, especialmente no que se refere ao disposto em seu art. 16; 2 – reconhecer a necessidade de encontrar meios de estimular a participação de eleitores nas mesas receptoras de votos, sem prejuízo do estabelecimento de multas mais significativas; 3 – externar que não são contrários às mudanças nas Corregedorias, mas que a reestruturação deve ser global, proporcionando um crescimento harmônico das Secretarias dos Regionais, e que compete a cada Tribunal a estruturação de seus órgãos, porquanto dotados de autonomia administrativa; 4 – declarar a urgência de estabelecer-se um procedimento processual célere para julgamento da infração capitulada no art. 41-A da Lei n. 9.504/97 e das causas propostas com fundamento na Lei Complementar n. 64/90, de forma que os processos sejam julgados dentro de prazo razoável; 5 – ressaltar a importância de garantir-se o voto do preso provisório, dotando os estabelecimentos prisionais de seções eleitorais, desde que atendidos os requisitos previstos em lei".

1.16 REGISTROS, EM ATA, DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS

1.16.1 JUDICIAIS

Em 4 de abril, registrei a lamentável perda do Papa João Paulo II, destacando que a morte do Pontífice, que tanto se empenhou pela paz, ocorrera no fim de semana anterior. Fez-se um minuto de silêncio e lançaram-se em ata votos de profundo pesar pela morte desse homem respeitado e pranteado pelo mundo inteiro. Feita a moção, e não havendo quem quisesse discutir, considerou-se o aval de todos para o voto de profundo pesar.

Na sessão de 30 de setembro, foi distribuído aos Juizes e ao Procurador Regional Eleitoral o manual *Referendo* 2005, que reuniu a legislação alusiva ao Referendo que se realizaria no dia 23 de outubro, editado pelo Tribunal em parceria com a Associação Catarinense do Ministério Público e com a Associação dos Magistrados Catarinenses.

Na mesma data, o Juiz Paulo Roberto Camargo Costa pediu a palavra para agradecer os momentos de agradável convívio com os integrantes da Corte e servidores, especialmente ao apoio prestado por sua assessoria, tendo em vista ser aquela a última sessão no Tribunal, em razão de sua recente indicação para assumir o cargo de Juiz Substituto de 2º Grau perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. No mesmo sentido, manifestaram-se os demais Juizes e o Procurador, desejando-lhe sucesso e realizações e ressaltando que o afastamento do Juiz Paulo Roberto representa uma grande perda a esta Casa, mas que certamente o Tribunal de Justiça será engrandecido com tal designação.

Em 21 de outubro, o Juiz Osni Cardoso Filho pediu a palavra para saudar os Advogados Amir José Finocchiaro Sarti e José Luiz Borges Germano da Silva, ex-Desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, os quais honravam o Tribunal com suas presenças na sessão, o que foi por mim endossado e pelos demais integrantes do Pleno.

A sessão de 23 de outubro – data do referendo – foi aberta às 8h e os trabalhos foram suspensos às 8h12min, permanecendo aberta até serem retomados, às 21h40min, com a presença de todos os Juizes e do Procurador Regional Eleitoral Substituto, a fim de homologar o seguinte resultado do Referendo 2005: de um total de 3.222.220 votos válidos (97,69%), 76,64% dos eleitores votaram NÃO e 23,36% votaram SIM. A seguir, enalteceu-se o trabalho realizado, com agilidade e competência, pelos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral, assim como pelos juizes e promotores, o que foi endossado por todos os membros da Corte.

Em 24 de outubro, o Juiz Pedro Manoel Abreu, na condição de Presidente da Comissão Apuradora, apresentou à Corte o relatório geral de apuração do Referendo do dia 23 de outubro de 2005, sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munição no Brasil, e a 7 de novembro, apresentou o relatório final do resultado daquela consulta popular, que foi aprovado pela Corte, à unanimidade.

Em 18 de novembro, solicitei ao Secretário da Sessão a atualização e distribuição, na próxima sessão administrativa, da tabela de processos conclusos que versavam sobre eventual cassação de registro ou diploma de candidatos, encarecendo aos membros da Corte a inclusão em pauta, na medida do possível, de tais processos, a fim de evitar o acúmulo de julgamentos em 2006.

Em 24 de novembro, dei ciência à Corte da Portaria DG n. 575/2005, pela qual – em observância à Lei n. 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, regulamentada pela Resolução TSE n. 21.832, de 22 de junho de 2004, a partir de 28 de novembro de 2005 – foram dispensados os Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais do Estado, nas quais tomaram posse dois servidores efetivos.

A 7 de dezembro, os Juízes Orli de Ataíde Rodrigues, Henry Petry Junior, José Isaac Pilati, Márcio Luiz Fogaça Vicari e Newton Varella Júnior, assim como o Procurador Regional Eleitoral, Carlos Antonio Fernandes de Oliveira, cumprimentaram o Juiz Pedro Manoel Abreu por sua eleição para a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, tendo Sua Excelência agradecido as manifestações.

Na sessão do dia 12 de dezembro de 2005, ocorreu a posse do Juiz Newton Varella Júnior como Juiz Efetivo deste Tribunal, na categoria Juiz de Direito.

Em 30 de janeiro do corrente ano, o Juiz Pedro Manoel Abreu compareceu ao início da sessão, a fim de apresentar formalmente o seu pedido de dispensa das funções de Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, em cumprimento ao art. 4º, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal, tendo em vista estar assumindo no dia 1º de fevereiro de 2006 o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e, também, para apresentar o relatório de gestão da Corregedoria. O pedido de dispensa foi aprovado, à unanimidade, pela Corte, convocando-se o Juiz Orli de Ataíde Rodrigues para exercer as respectivas funções, como substituto, a partir desta data. Manifestaram-se o Procurador Regional Eleitoral e os demais Juízes no intuito de cumprimentar o Juiz Pedro Abreu pelo excelente trabalho realizado no TRESA, como Juiz e como Corregedor Regional Eleitoral, pela eficiência e competência com que desempenhou suas funções, desejando-lhe sucesso em sua nova empreitada, o que foi integralmente por mim endossado, acrescentando que a passagem do Juiz Abreu deixou uma marca indelével nesta Casa.

1.16.2 ADMINISTRATIVAS

Na sessão de 20 de abril de 2005, reiterei o pedido para que os Juízes priorizassem o julgamento dos processos em que houvesse pedido de cassação de eleitos.

Na mesma sessão, fui eleito novo Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina.

Em 9 de maio de 2005, foi apresentada proposta de que a comissão já criada para tratar das reformas no Regimento Interno do TRESA altere a disposição do art. 14 com relação às férias coletivas, para que se adapte à Emenda Constitucional n. 45. O Tribunal, à unanimidade, acolheu a proposta e, em consequência, deliberou por realizar sessões ordinárias no mês de julho do mesmo ano.

Na mesma sessão, comuniquei a visita do Ministro-Presidente do Superior Tribunal Eleitoral do Paraguai, que veio ao Tribunal para tratar de questões relacionadas à cessão de urnas eletrônicas utilizadas nas eleições de 1996 e 1998.

Na sessão de 4 de julho, dei ciência à Corte do Ofício subscrito pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Carlos Veloso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, convidando este Presidente e o Secretário de Informática e Eleições deste Regional para acompanharmos, como observadores, as eleições que seriam realizadas em Assunção, Paraguai, nos dias 17 e 18 de julho de 2005.

Em 11 de julho, foi distribuído aos membros da Corte o periódico Resenha Eleitoral – Volume 11 – número 2.

A 18 de julho, foi apreciado o Procedimento Administrativo SRH n. 850/2004 – Concurso Público para provimento de cargos efetivos de Analista e de Técnico Judiciários criados pela Lei n. 10.842/2004. O Tribunal, à unanimidade, homologou o resultado do concurso.

Na sessão de 25 de julho, o Tribunal aprovou o encaminhamento de expediente ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, solicitando a suspensão das movimentações por promoções, remoções e férias dos magistrados de primeiro grau, no período de 25 de julho a 31 de outubro de 2005, em face das atividades atinentes ao referendo de 23 de outubro daquele ano.

Na mesma sessão, foi aprovada a proposta de ampliação do número de eleitores por Seção, de agregação automática de Seções Eleitorais e de redução do número de mesários para o Referendo de 2005, conforme

expediente encaminhado naquela data pelo Secretário de Informática e Eleições desta Casa.

Em 29 de agosto, foram distribuídas aos membros da Corte as publicações *Pesquisa eleitoral*, *Contas de campanha eleitoral* e *Captação de sufrágio*, do Tribunal Superior Eleitoral.

Em 5 de setembro de 2005, foi julgado o Procedimento Administrativo n. 389/10/2004–CMP/SCEC, que trata da aquisição de imóvel visando à ampliação da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. O Tribunal aprovou, à unanimidade, a proposição desta Presidência, a fim de autorizar que a Direção-Geral buscasse junto ao Tribunal Superior Eleitoral recursos orçamentários suficientes à realização de despesas com a aquisição e reforma de imóvel de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, localizado imediatamente ao lado do edifício-sede deste Tribunal.

A 19 de setembro de 2005, o Senhor Corregedor apresentou à Corte breve relatório do Encontro de Corregedores da Justiça Eleitoral, realizado em Brasília na semana anterior, assim como fez distribuir ao Pleno cópia da “Carta de Brasília”, elaborada naquele evento, solicitando que o assunto nela versado fosse divulgado na imprensa pelo setor competente.

Na sessão de 10 de outubro de 2005, foram distribuídos aos Juízes e ao Procurador exemplares do Regimento Interno da Corregedoria Regional Eleitoral, aprovado na sessão do dia 3 daquele mês, assim como a publicação *Mandato Eletivo*, editada pelo TSE.

Na mesma sessão, fiz distribuir à Corte quadro de processos que tratam de cassação de registro de candidatos relativos ao pleito municipal de 2004, em tramitação neste Tribunal.

Ainda neste dia, o Senhor Corregedor deu ciência à Corte do Ofício n. 3396.7/GABS/SSP, de 7 de outubro de 2005, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, subscrito pelo Secretário Ronaldo José Benedet, informando que não seria editada portaria proibindo a venda de bebidas alcoólicas e a realização de eventos festivos para o Referendo 2005.

Na sessão de 21 de novembro, o Tribunal analisou o projeto de revisão da estrutura orgânica da Corregedoria Regional Eleitoral, em atendimento a despacho do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e, concomitantemente, apreciou a estrutura orgânica do TRESA proposta pela Direção-Geral. Foi destacado que, em 17 de dezembro de 2004, o então Presidente do TSE encaminhou Projeto de Lei à Câmara dos Deputados, criando cargos efetivos e comissionados, bem como algumas funções para as estruturas do TSE e dos TRES e extinguindo outras (Projeto de Lei n. 55/05), que restou aprovado. Para o TRESA foram destinados 30 cargos efetivos de Analista Judiciário e 65 cargos efetivos de Técnico Judiciário. Além disso,

foram criados os seguintes cargos em comissão: 1 CJ-3, 3 CJ-2 e 11 CJ-1. Foram também criadas 55 funções comissionadas nível 6, ao mesmo tempo em que foram extintas 28 funções comissionadas nível 5 e 5 funções comissionadas nível 4.

Na mesma sessão, propus fosse consignado em ata voto de louvor ao servidor Renato de Ávila Pacheco, que teve trabalhos premiados no 5º Seminário de Informática da Justiça Eleitoral, o que foi aprovado à unanimidade.

Em 5 de dezembro, comuniquei aos Juízes do Tribunal o recebimento do Ofício n. 25/2005-GJ, de 28.11.2005, subscrito pelo Juiz Saul Steil, requerendo sua dispensa do cargo de Juiz Substituto deste Tribunal, em razão de sua designação para exercer a titularidade do Juízo Eleitoral da 12ª Zona - Florianópolis.

Na data de 16 de dezembro de 2005, foi apresentado o pedido de reconsideração formulado pelo Juiz Pedro Manoel Abreu da proposta aprovada, à unanimidade, pelo Tribunal, na sessão administrativa de 21 de novembro de 2005, quanto à adoção pelo TRESA da estrutura orgânica sugerida pelos Diretores-Gerais dos Regionais integrantes do Grupo 3, no sentido de acolher a proposta das Corregedorias Regionais e criar a Secretaria da Corregedoria. O Tribunal, por maioria – tendo sido eu, que votei pela manutenção da estrutura aprovada em 21 de novembro de 2005, vencido –, deferiu o pedido de reconsideração do Juiz-Corregedor. Foi acolhida, ainda, a proposição do Juiz Pedro Manoel Abreu de delegar à Presidência a deliberação sobre a transformação da Assessoria de Planejamento, definida na proposta de 21 de novembro como função comissionada nível CJ-3, para reestruturar as demais Secretarias do TRESA.

Na sessão de 23 de janeiro de 2006, foi distribuída aos membros da Corte a revista RESENHA ELEITORAL - *Nova Série*, volume 12, número 1, publicação semestral do TRESA, bem como o mapa estatístico dos processos distribuídos no mês de dezembro de 2005.

Em 30 de janeiro do corrente, foi distribuído aos Juízes e ao Procurador Regional Eleitoral relação de feitos em tramitação, por relator, que tratam sobre eventual cassação de registro ou diploma, bem como mapa estatístico das decisões proferidas e dos processos distribuídos neste Tribunal em 2005. Na sequência, dirigi apelo, mais uma vez, aos Juízes no sentido de que sejam pautados os processos que versassem sobre cassação de registro ou diploma, tendo em vista o pleito que se avizinha, evitando-se, assim, o acúmulo de julgamentos.

1.17 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS OFICIAIS

Compareci:

- em 11 de abril de 2005, à audiência com o Governador do Estado de Santa Catarina em exercício, Dr. Eduardo Pinho Moreira, no Gabinete da Presidência;
- em 15 de abril de 2005, à solenidade de posse do Doutor Pedro Sérgio Steil no cargo de Procurador-Geral de Justiça, no Teatro Alvaro de Carvalho;
- em 28 e 29 de abril de 2005, à Reunião de Secretários de Orçamento e Finanças e de Administração da Justiça Eleitoral, no Majestic Palace Hotel;
- em 5 de maio de 2005, à audiência com o Ministro Marco Aurélio Mello, no Tribunal Superior Eleitoral;
- em 6 de maio de 2005, à audiência com o Desembargador Luiz Carlos de Castro Lugon, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre;
- a 9 de maio de 2005, à audiência com o Ministro Rafael Dendia, Presidente do Tribunal Superior da Justiça Eleitoral do Paraguai, no gabinete da Presidência;
- em 10 de maio de 2005, à solenidade alusiva ao aniversário de criação da Base Aérea, na Base Aérea de Florianópolis;
- a 19 de maio de 2005, à audiência com o Prefeito de São José, Fernando Elias, na Prefeitura de São José, para dar continuidade às tratativas sobre a deliberação relativa à modificação do Plano Diretor daquela cidade, visando possibilitar a aprovação do projeto de construção do almoxarifado central e dos Cartórios Eleitorais;
- em 31 de maio de 2005, à Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul;
- em 2 de junho de 2005, à Sessão Solene Comemorativa dos 60 anos de criação do Tribunal Superior Eleitoral, na Sala de Sessões do TSE;
- nos dias 3 e 4 de junho de 2005, à XXX Reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, em Palmas, no Tocantins;
- em 27 de junho de 2005, à posse dos Juizes Federais Eliana Paggiarin Marinho e Osni Cardoso Filho nos cargos de Diretora e Vice-Diretor do Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, no auditório da Justiça Federal;
- de 13 a 18 de julho de 2005, em Assunção, no Paraguai, acompanhando as eleições como observador internacional;

- em 28 de julho de 2005, à solenidade de inauguração da Procuradoria Federal em Santa Catarina;
- a 29 de julho de 2005, à solenidade de inauguração do edifício-sede da Subseção Judiciária Federal de Itajaí;
- em 1º de outubro de 2005, à reunião com os Juizes Eleitorais do Estado, na sala de múltiplo uso deste TRE;
- em 10 de outubro de 2005, à sessão solene de entrega da Insígnia da Ordem Catarinense do Mérito Judiciário do Trabalho, na sala de sessões do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina;
- nos dias 27 e 28 de outubro de 2005, ao II Seminário da Justiça Eleitoral, no Hotel Jatiúca, em Maceió, Alagoas;
- de 10 a 12 de novembro de 2005, ao V Seminário de Informática da Justiça Eleitoral, em Curitiba, no Paraná;
- nos dias 1º e 2 de dezembro de 2005, ao I Ciclo de Palestras da Ouvidoria Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, em Brasília;
- de 8 a 10 de dezembro de 2005, ao XXXI Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, em Maceió;
- entre os dias 17 e 20 de fevereiro de 2006 participei, como observador, das eleições internas para presidente e membros da Junta de Governo da Associação Nacional Republicana, ocorridas em Assunção, Paraguai;
- no dia 2 de março de 2006, à posse dos novos servidores do Tribunal Regional Eleitoral – Sede, na sala de sessões;
- em 6 de março de 2006, à posse dos novos servidores do Tribunal Regional Eleitoral – Zonas Eleitorais, na sala de múltiplo uso.

1.18 AGRADECIMENTOS

Devo consignar neste relatório os meus mais sinceros e profundos agradecimentos aos Juizes Efetivos e Substitutos deste Tribunal; aos Juizes Eleitorais de todo o Estado e à Procuradoria Regional Eleitoral, extensivos aos Promotores Eleitorais, por toda a colaboração que a mim foi prestada durante o período de minha gestão nesta Presidência, contribuindo na tarefa de bem administrar este Tribunal e de realizar com eficiência o Referendo 2005.

Devo externar especial agradecimento aos servidores, do mais ao menos graduado, pela sua já reconhecida competência, dedicação ao trabalho, operosidade, elevado senso de responsabilidade e, enfim, pela imprescindível colaboração durante meu mandato, e o faço na pessoa do Diretor-Geral, Norberto Ungaretti Júnior, timoneiro firme e competente na condução das

atividades, tanto da Secretaria do Tribunal, juntamente com as equipes das Secretarias Judiciária, de Recursos Humanos, de Administração e Orçamento e de Informática e Eleições, quanto das Zonas Eleitorais.

Fica, também, registrado o agradecimento aos Mesários, Escrutinadores, integrantes de Junta Apuradora de Contingência ou de Secretaria, assim como aos demais colaboradores diretos e indiretos em atividades de apoio ao Referendo 2005, pois tenho a convicção de que cada qual deu o melhor de si, visando ao sucesso do pleito.

Às entidades públicas e privadas que prestaram sua importante parcela de colaboração para a realização da consulta popular, sem a qual, certamente, as dificuldades seriam maiores; assim como à valiosa parceria da mídia – escrita, falada e televisionada –, que foi eficiente no trabalho de informar e esclarecer o eleitor, contribuindo para o exercício do voto livre e consciente, ficam, também, meus agradecimentos.

Também os dirigentes partidários e os advogados aqui atuantes que, na sua grande maioria, agiram com ética e respeito à Justiça Eleitoral, numa evidente demonstração da maturidade política atingida em nosso Estado, merecem ser lembrados nessa ocasião.

Finalmente, àqueles que, inconscientemente, tenha deixado de citar, transmito, do fundo de meu imo, minha gratidão por toda a contribuição que deram durante minha breve passagem pela Presidência desta respeitável Corte.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO-GERAL EXERCÍCIO DE 2005



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO DE 2005

Considerações Iniciais

Senhor Presidente,

Apraz-me, não só por um reclamo moral e ético, mas, em atendimento ao disposto no inciso X do art. 3º da Resolução TRES n. 7.368, de 16.3.2004 (RISTRESC), encaminhar a Vossa Excelência o relatório das atividades desenvolvidas pela Secretaria deste Tribunal no decorrer do exercício de 2005.

O ano ímpar – para o qual não estão previstas eleições oficiais – não espelha um período de pouco trabalho para a Justiça Eleitoral. É preciso consignar, entretanto, que ele não detém um ritmo intenso, como ocorre no ano par.

A Administração aproveita, então, para desenvolver projetos, alguns inovadores, outros previamente pensados e que são inviáveis de serem desenvolvidos em ano de eleição, durante o qual os servidores, se dedicam a projetos maiores, mais complexos, envolvendo a realização das eleições.

Em 2005 um dos propósitos idealizados por Vossa Excelência, registrado, inclusive, no seu discurso de posse, foi o Projeto “Eleitor e Político do Futuro”, que visava à promoção de ações junto à rede estadual de ensino e dirigia-se a um público específico, qual seja, meninos e meninas na faixa etária de 12 a 15 anos. O intuito era o de conscientizá-los acerca da importância do voto e passar-lhes noções de cidadania.

Por razões já consabidas, esse projeto, infelizmente, não foi executado. A Administração – cuja atuação em 2005 esteve voltada principalmente à preparação do Referendo (concebido para a manifestação do eleitorado acerca da manutenção ou rejeição da proibição da comercialização, em todo o território nacional, de armas de fogo e munição), que compreendeu ações típicas de uma eleição, e, da mesma forma, ao planejamento e execução do maior concurso público já efetivado por este Tribunal – não foi possível desenvolvê-lo a contento, fato que não permitiria implementá-lo com segurança e eficiência.

Embora o registro possibilite que a não-execução do projeto seja considerada como uma dívida desta Administração para com Vossa Excelência, por outro lado, permite, sem dúvida, a disseminação da idéia e, quiçá, a colheita de bons frutos futuramente.

De se destacar, por outro lado, a aquisição do imóvel localizado ao lado direito do edifício-sede deste Tribunal. Com a saturação do espaço físico desta Casa – situação que virá a se agravar com o ingresso de 59 (cinquenta e nove) servidores num futuro muito próximo –, mostra-se oportuno salientar a felicidade por se ter logrado êxito na compra de um edifício situado em local privilegiado. Com a transferência de algumas unidades administrativas deste Tribunal para o novo prédio, não se enfrentarão, com certeza, os dissabores decorrentes da distância física, seja da Administração com os servidores, seja dos próprios servidores.

Merece realce a atitude de Vossa Excelência, um Administrador com mandato de um ano apenas, que, tomando a frente nas negociações, teve a responsabilidade de não ter uma visão imediatista ou comodista. Sim, porque os lauréis pela inauguração da obra serão recebidos em gestão futura.

Em 2005 muitas ações foram realizadas, algumas de maior complexidade, outras menos enredadas, mas, todas, de suma importância para o cumprimento da missão institucional desta Casa. Não é o caso de esquadrihar todas as atividades desenvolvidas no período, uma vez que as Unidades que integram a Secretaria deste Tribunal já o fizeram, consoante se pode apreender da leitura deste Relatório.

É oportuno, porém, consignar que as ações retratadas neste Relatório revelam uma atuação em que Juízes do Pleno e Procurador Regional Eleitoral, Magistrados, Promotores, Servidores, Colaboradores, em um exercício diário de dedicação e respeito ao bem público, agiram de forma dedicada, ilibada, consciente de seu papel junto a esta Justiça Especializada.

Alguns pontos, contudo, entendo que devam ser salientados:

Novas eleições nos municípios de Mafra e Ouro Verde

Foram realizadas novas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito nos municípios de Mafra e Ouro Verde, nos dias 9.1.2005 e 20.2.2005, respectivamente.

Mafra

Aproximadamente 38.000 eleitores estiveram aptos a votar, os quais foram distribuídos em 113 Seções Eleitorais.

Concorreram ao pleito 4 candidatos ao cargo de Prefeito Municipal de Mafra, cidade sede da 22ª Zona Eleitoral.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RESOLUÇÃO N. 7.436

Instruções para a realização de nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no Município de Mafra e fixação do respectivo Calendário Eleitoral.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30, incisos IV e XVII, do Código Eleitoral e pelo art. 19, incisos VI, XI e XXVIII, do seu Regimento Interno (Resolução TRESA n. 7.357, de 17.12.2003),

- considerando a decisão proferida no Acórdão TRESA n. 19.784, de 1º de dezembro de 2004; e

- em cumprimento à deliberação tomada na sessão administrativa de 2 de dezembro de 2004 (Ata n. 8.328),

RESOLVE:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Mafra dar-se-á de acordo com o disposto nesta Resolução.

Art. 2º A eleição utilizará sistema eletrônico de votação e de totalização dos votos e será realizada no dia 9 de janeiro de 2005 – domingo.

Parágrafo único. Estarão aptos a votar os eleitores constantes do Cadastro Eleitoral em 1º de dezembro de 2004.

Art. 3º Os prazos para a prática de atos eleitorais, no interregno entre as convenções partidárias e a véspera da diplomação, ficam reduzidos à terça parte de sua duração, desde que superiores a 3 (três) dias, arredondando-se para mais a fração igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco) e para menos a inferior, conforme estipulado no Calendário Eleitoral anexo.

Parágrafo único. Os prazos referidos no *caput* são contínuos e peremptórios, a partir do registro de candidatura.

Art. 4º Poderá participar da eleição o partido que, até 9 de janeiro de 2004, tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral e tenha, até a data

Ouro Verde

A eleição contou com aproximadamente 1.700 eleitores aptos a votar, distribuídos em 4 Seções Eleitorais. Concorreram 2 candidatos ao cargo de Prefeito Municipal de Ouro Verde, cidade integrante da 71ª Zona Eleitoral, cuja sede é Abelardo Luz.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RESOLUÇÃO N. 7.440

Instruções para a realização de nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no Município de Ouro Verde e fixação do respectivo Calendário Eleitoral.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30, incisos IV e XVII, do Código Eleitoral e pelo art. 19, incisos VI, XI e XXVIII, do seu Regimento Interno (Resolução TRESA n. 7.357, de 17.12.2003),

- considerando a decisão proferida em 17 de dezembro de 2004, pelo Juízo da 71ª Zona Eleitoral - Abelardo Luz, nos autos do Processo n. 46/2004; e

- em cumprimento à deliberação tomada na sessão extraordinária de 22 de dezembro de 2004 (Ata n. 8.339),

RESOLVE:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Ouro Verde dar-se-á de acordo com o disposto nesta Resolução.

Art. 2º A eleição utilizará sistema eletrônico de votação e de totalização dos votos e será realizada no dia 20 de fevereiro de 2005 – domingo.

Parágrafo único. Estarão aptos a votar os eleitores constantes do Cadastro Eleitoral em 22 de dezembro de 2004.

Art. 3º Os prazos para a prática de atos eleitorais, no interregno entre as convenções partidárias e a véspera da diplomação, ficam reduzidos à terça parte de sua duração, desde que superiores a 3 (três) dias, arredondando-se para mais a fração igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco) e para menos a inferior, conforme estipulado no Calendário Eleitoral anexo.

Parágrafo único. Os prazos referidos no *caput* são contínuos e peremptórios, a partir do registro de candidatura.



No interregno entre 28 de março e 11 de abril de 2005, acudiram ao chamado para participar do Concurso Público TRESA n. 1/2005 aproximadamente 47.000 (quarenta e sete mil) candidatos, oriundos dos mais diversos Estados brasileiros. Tratou-se, inquestionavelmente, do maior concurso realizado por esta Casa.

Realizadas as provas no dia 19 de junho, homologou-se o resultado, em sessão administrativa, no dia 18 de julho (publicação no DOU de 21.7.2005).

Data da posse	Número de servidores	Lotação
25 de agosto	14	Pólo 1 (Sede do TRESA)
26 de setembro	2	Pólo 1 (Sede do TRESA)
21 de novembro	131	Pólos 2 a 11

Os servidores que tomaram posse em 21 de novembro participaram de um treinamento básico, de quarenta horas, na sede deste Tribunal, com o objetivo de receberem informações necessárias para o desempenho de suas atribuições nos Cartórios Eleitorais do Interior.

Em obediência ao escalonamento ditado pela Lei n. 10.842, de 20.2.2004, sobejaram 31 cargos de Analista Judiciário e 31 cargos de Técnico Judiciário para serem providos em 2006.

Foi criado um *site* específico para a divulgação do edital, de notas oficiais, dos resultados parciais e finais e, ainda, para oferecer aos candidatos orientações, comunicados, compilação das perguntas mais frequentes e inteiro teor de documentos, dentre outras informações.

Reunião de Secretários de Orçamento e Finanças e de Administração da Justiça Eleitoral

Nos dias 28 e 29 de abril, no Hotel Majestic Palace Hotel, reuniram-se os Secretários de Orçamento e Finanças e de Administração da Justiça Eleitoral. Para tanto, criou-se um portal com material da reunião, guia turístico e de hospedagem, agenda cultural, programação do evento e área para *download* de materiais (apresentações, *software*, projetos, etc.).



No dia 17 de junho de 2005, no Auditório do Centro Administrativo do Governo Estadual, o TRESA reuniu-se em sessão solene comemorativa dos 60 anos da Justiça Eleitoral, presidida pelo Exmo. Sr. Des. Gaspar Rubik, na qual foram entregues as Medalhas do Mérito Eleitoral, outorgadas aos ilustres Srs. Des. Marcílio João da Silva Medeiros, Márcio Luiz Guimarães Collaço e Saulo Vieira, bem como os Certificados de Honra ao Mérito Eleitoral, com que foram agraciados os servidores Hugo Santana Fernandes e Claire Jerry Franke Wolf.

A história da Justiça Eleitoral catarinense, as mensagens elaboradas especialmente para o evento pelos Desembargadores Presidente e Corregedor Regional Eleitoral e pelo Doutor Procurador Regional Eleitoral, assim como a galeria de imagens da sessão solene estão disponíveis na *intranet* e *internet* deste Tribunal, em portal temático criado especialmente para a divulgação dessas informações.

Publicação do manual Referendo 2005

O manual Referendo 2005 - cuja edição consagra uma bem sucedida parceria do TRESA com a Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP) e com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) - reuniu as normas regulamentadoras do referendo acerca da proibição, ou não, do comércio de armas de fogo e de munição no Brasil, realizado em outubro de 2005. Sua tiragem, de 1.000 exemplares, foi distribuída aos Cartórios, Juízes e Promotores Eleitorais, assim como a servidores e membros desta Casa, a advogados e a partidos políticos.

Fornecimento de Kit Alimentação a todos os Colaboradores da Justiça Eleitoral durante os trabalhos do Referendo

Em 2005 foram distribuídos aos mesários, aos escrutinadores e aos colaboradores da Justiça Eleitoral, pela primeira vez, em caráter experimental kits alimentação, com o intuito de estabelecer uma análise mais detalhada sobre a sua aplicabilidade.

Foram enviados para os 293 municípios catarinenses e realizada uma pesquisa de satisfação.





O segundo referendo realizado no Brasil – e o primeiro do mundo em que a população foi consultada sobre o desarmamento - aconteceu no dia 23 de outubro de 2005, quando o eleitorado brasileiro respondeu, utilizando-se de votação eletrônica, se o comércio de armas e munições deve continuar existindo no País ou, ao contrário, se esse comércio deve acabar.

Disputaram duas frentes parlamentares:

- Pelo Direito da Legítima Defesa; e
- Por um Brasil Sem Armas

A pergunta inserida na urna eletrônica foi a seguinte:

“O Comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”

1 = NÃO 2 = SIM”

No País, 59.109.265 eleitores (63,94%) decidiram pelo NÃO e 33.333.045 eleitores (36,06%) manifestaram preferência pelo SIM.

Em Santa Catarina, 3.298.549 eleitores (82,01%) compareceram às urnas e 723.621 eleitores (17,99%) abstiveram-se. Votaram a favor do SIM 752.678 eleitores (23,36%), e 2.469.542 eleitores (76,64%) decidiram pelo NÃO.

Criou-se um portal, na *intranet*, para abrigar todas as notícias, instruções e materiais, divididos em grupos de interesse, o que permitiu filtrar o excesso de informação àqueles cujo interesse estava voltado a um assunto específico. Foram, também, disponibilizados diversos sistemas de apoio *on-line*, incluindo o controle de habilitação e instalação das linhas telefônicas fixas, atualização de endereços dos locais de suporte e armazenamento de urnas, seleção dos técnicos de urna, avaliação dos recursos humanos, programa mesário voluntário, acompanhamento dos chamados abertos no suporte, ocorrências com as urnas eletrônicas, encerramentos dos CPDs, etc.

Com o intuito de conservar a excelência dos trabalhos prestados à comunidade, manteve-se o serviço realizado através da Central de Atendimento aos Eleitores – 148, tendo sido disponibilizados aos servidores

responsáveis pelo atendimento ao público dois sistemas distintos, quais sejam, um portal informativo na *intranet* para proporcionar aos atendentes informações padronizadas a serem aproveitadas no esclarecimento das dúvidas dos eleitores que ligaram para a Central, e o sistema de registro de chamadas, que gera uma estatística numérica *on-line* e gráficos da situação dos atendimentos classificados por assunto.



Em 28 de novembro de 2005, a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação da Secretaria Judiciária disponibilizou, na *intranet*, em estilo de portal, o Índice Temático de normas administrativas expedidas pela Presidência e pela Direção-Geral deste Tribunal.

Trata-se de um sistema de busca rápida ao inteiro teor de atos normativos internos (resoluções, portarias, ordens de serviço, etc.), que regulamentam diversos assuntos catalogados e indexados em ordem alfabética, o qual é sistematicamente atualizado.

Aquisição de mobiliário para os Cartórios Eleitorais

Desde sempre, a Justiça Eleitoral de primeiro grau catarinense esteve hospedada, na maioria das vezes, nas dependências dos Fóruns do Estado. Em 2005, as duas principais ações deflagradas para proporcionar melhor ambiente de trabalho para os Magistrados e servidores foram o empenho de recursos orçamentários para a aquisição de imóveis, para abrigar onze Cartórios Eleitorais, nos municípios de Joinville, Lages, Brusque e Rio do Sul e a entrega de mobiliário a todas as Zonas Eleitorais do Estado, possibilitando o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos catarinenses e um ambiente de infra-estrutura capaz de proporcionar mais eficiência aos servidores, no desempenho das suas atividades.



Licitações conjuntas com os Tribunais Regionais do Paraná e do Rio Grande do Sul

Sob o gerenciamento deste Tribunal, foram instauradas quatro licitações conjuntas com os demais Tribunais Eleitorais da Região Sul, em decorrência de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre os Regionais do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, em junho de 2005, dois para a aquisição de materiais para utilização no Referendo realizado no mês de outubro e dois para registro de preços (de suprimentos de informática e de cadeiras).

Encerro essas considerações iniciais expressando minhas homenagens e meu profundo reconhecimento pela confiança depositada em minha pessoa pelo Desembargador Gaspar Rubik, eminente Presidente deste Sodalício, cujo inestimável e irrestrito apoio serviu de alicerce para o êxito dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria durante o ano transato.

Apresento penhorados agradecimentos aos Juizes do Tribunal, Desembargador Pedro Manoel Abreu, Desembargador Orli de Ataíde Rodrigues, Desembargador José Trindade dos Santos, Doutor Osni Cardoso Filho, Doutor Henry Goy Petry Junior, Doutor José Isaac Pilati, Doutor Márcio Luiz Fogaça Vicari e Doutor Newton Varella Júnior, e, ainda, Doutora Eliana Paggiarin Marinho, Doutor Oscar Juvêncio Borges Neto, Doutor Giancarlo Castelan, ao Procurador Regional Eleitoral, Doutor Carlos Antonio Fernandes de Oliveira, e ao seu substituto, Doutor Maurício Gotardo Gerum.

De incontável valia foram, também, os préstimos recebidos dos Juizes e Promotores Eleitorais, Chefes de Cartório e servidores requisitados para prestar serviços a esta Justiça Especializada.

Julgando ter cumprido com o meu dever, cumpre-me destacar a dedicação, responsabilidade e criatividade dos servidores da Secretaria deste Tribunal, aos quais dirijo também meus agradecimentos, pelo incondicional apoio dado, além da participação decisiva de nossos colaboradores e parceiros, essenciais para o êxito das tarefas empreendidas por esta Secretaria ao longo do último ano de trabalho.

À consideração superior.

Florianópolis, janeiro de 2006.

NORBERTO UNGARETTI JUNIOR
Diretor-Geral

1 DIREÇÃO-GERAL

1.1 ASSESSORIAS DA DIREÇÃO-GERAL

A manifestação que ofereça subsídios legais para os julgamentos ou sugira soluções jurídicas cabíveis nos procedimentos administrativos submetidos ao crivo das unidades de assessoramento da Direção-Geral por determinação da Presidência, da Direção-Geral ou da Secretaria de Administração e Orçamento, ou naqueles em que a legislação dispõe ser obrigatória a emissão de parecer pelo órgão jurídico da Instituição, constitui a atribuição precípua dessas assessorias, conforme se pode depreender dos arts. 10 e 12 da Resolução TRES n. 7.368, de 16.3.2004 – Regimento Interno da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral (RISTRESC).

As atividades das Assessorias da Direção-Geral mostraram-se expressivas no exercício de 2005. Na busca de elucidação das matérias enviadas para análise, recorreu-se aos entendimentos esposados pelos doutrinadores e pelos Tribunais pátrios a respeito da legislação incidente sobre os temas questionados, cuja conclusão, ainda que não vinculante, pode servir de supedâneo para a decisão tomada pela Secretaria de Administração e Orçamento ou pelo Diretor-Geral, competentes que são para dar termo a determinados feitos que tramitam nesta Casa. E, de uma forma mais abrangente, a manifestação dessas unidades, acostada aos autos, pôde colaborar, igualmente, para o convencimento pessoal do Desembargador Presidente desta Corte Eleitoral, quando de decisão em procedimentos administrativos de sua competência.

No exercício em comento, as servidoras em exercício nas Assessorias da Direção-Geral integraram diversos grupos de trabalho criados para proceder a estudos visando à atualização permanente do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, adequando-o ao ordenamento jurídico em vigor, em especial à Emenda Constitucional n. 45 (Portaria P n. 176, de 27.5.2005); para proceder a estudos com o intuito de padronizar e uniformizar o trâmite dos procedimentos administrativos, no âmbito da Secretaria deste

Tribunal (Portaria DG n. 59, de 3.3.2005); para compilar, ordenar e atualizar atos normativos internos que disciplinem matérias relativas aos servidores (Portaria DG n. 95, de 30.3.2005). Insta salientar, ainda, a participação de uma servidora na comissão editorial da Resenha Eleitoral - *Nova Série* (Portaria DG n. 199, de 2.6.2004) e de outra na comissão designada para avaliar as justificativas dos usuários que utilizem a Internet ultrapassando os limites estabelecidos ou em desconformidade com a Res. TRES n. 7.285/2002 (Portaria DG n. 143, de 27.4.2004), bem como a participação de todas as servidoras que integram essa unidade, por ocasião do Referendo 2005, no 148 - Atendimento ao Eleitor, no período de 14 a 23 de outubro de 2005.

Destacam-se a seguir, em breves linhas, as matérias que mereceram exame, no exercício de 2005:

1.1.1 Assessoria da Direção-Geral – Licitações e Contratos (ASS-LIC)

Na esfera administrativa e financeira, no decorrer do período supramencionado, essa Assessoria – em obediência ao preconizado no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 – apreciou o conteúdo de todas as minutas de editais relativas a licitações nas modalidades convite, tomada de preços e pregão. Definiu a minuta padrão do pregão eletrônico e a do registro de preços, inclusive aquela elaborada em parceria com os Tribunais Eleitorais do Paraná e do Rio Grande do Sul, mediante convênio de cooperação técnica.

Também foram objeto de análise dessa unidade técnica as minutas de contratos, termos aditivos, convênios e termos de rescisão que tiveram andamento nesta Corte. Sabiamente, o dispositivo legal determina a obrigatoriedade da prévia análise das minutas por órgão jurídico, a fim de se evitar tardia apuração de defeitos. Analisaram-se, ainda, as planilhas de custo e formação de preço, exigidas nas contratações de serviços de vigilância, de limpeza e conservação, conforme o que dispõe a Resolução TSE n. 19.820/1997.

A ASS-LIC incumbiu-se, igualmente, do exame das alterações contratuais (acréscimo e redução), com respaldo no art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/1993.

A unidade incumbiu-se, também, de analisar as diversas situações de dispensa de inexigibilidade de licitação, as quais vêm disciplinadas, respectivamente, nos arts. 24 e 25 da Lei de Licitações, constituindo-se em hipóteses nas quais não se utiliza um processo licitatório formal, mas se adotam procedimentos diversos, permeados de formalidades outras, sempre em observância ao texto legal e aos princípios que norteiam a atuação administrativa, em especial àqueles constantes no ordenamento jurídico

específico. Pretendeu-se sempre auxiliar a administração na tarefa de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes. Dentre as hipóteses de dispensa de licitação que tramitaram pela ASS-LIC, cumpre salientar:

- dispensas por emergência, embasadas no inciso IV do art. 24, supramencionado – quando houve comprovação do setor responsável de que poderiam ocorrer prejuízos às atividades do Tribunal, em caso de ausência do serviço;
- dispensas enquadradas no inciso V do art. 24, nos casos em que foi realizada licitação anterior, sendo que a ela não acudiram interessados e que de sua repetição adviriam prejuízos para a Administração;
- dispensas embasadas no inciso X do art. 24, visando à compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração.

A respeito, evidenciam-se as aquisições de imóveis para a instalação dos cartórios eleitorais de Lages, Santo Amaro da Imperatriz, Joinville, Brusque e Rio do Sul. No tocante a esses processos, foram analisadas tanto as hipóteses de dispensa quanto a aceitabilidade da documentação e das propostas apresentadas. Com precisão, pôde-se afirmar a presença dos três requisitos necessários à contratação direta requerida, quais sejam: a necessidade de imóvel para desempenho das atividades administrativas, a adequação de um determinado imóvel para satisfação do interesse público específico, e a compatibilidade do preço com os parâmetros de mercado.

Ressalta-se, ainda, a análise da dispensa de licitação para a aquisição de imóvel adequado à ampliação da nova sede deste Tribunal.

Por sua vez, foram estas as hipóteses mais freqüentemente analisadas de situações em que não se exigiram licitações:

- processos quanto a aquisições e renovações de assinaturas dos diversos periódicos utilizados para atualização e aperfeiçoamento dos profissionais deste órgão, bem como para que os setores competentes pudessem acompanhar a edição da legislação e as publicações efetuadas pelo Tribunal – art. 25, *caput*, e inciso I;
- processos versando sobre aquisição de materiais fornecidos exclusivamente por empresa que comprova tal situação – art. 25, inciso I.

Relativamente aos contratos já firmados entre este Tribunal e empresas particulares, mereceram estudos mais minuciosos as situações que ensejaram rescisões (art. 78, XII – Projeto Arquitetônico São José – indenização no que tange aos serviços já executados e aos prejuízos comprovados – e art. 78, VI – Xerox – subcontratação – indenização serviço

realizado), prorrogações de prazo de vigência, reajustes, reequilíbrios econômico-financeiros, reduções e acréscimos de quantitativos de objetos e incidentes contratuais, como atraso na entrega dos bens e na execução dos serviços e o descumprimento de cláusulas contratuais, ensejando, na grande maioria das vezes, a sugestão de aplicação de penalidades contratual e legalmente previstas.

Também foram matérias de estudo impugnação ao edital, anulação de procedimento licitatório e revogação de parte do objeto a ser contratado.

Em diversas oportunidades, outros setores consultaram a Assessoria. Destacam-se as seguintes:

- contratação (prestação de serviços ou aquisição de bens) de empresas com documentação vencida, quando o motivo ensejador decorreu de greve no órgão expedidor de tal declaração;
- norma legal aplicável para retenção de tributos e contribuições referentes a pagamentos efetuados pelo TRESA;
- documentação e propostas apresentadas por empresas a contratar;
- aplicação de multas (quando do inadimplemento contratual);
- defesa prévia (multa por atraso na entrega);
- configuração de responsabilidade civil da empresa Ático Engenharia e Construções Ltda. (aplicação das penalidades contratuais cabíveis);
- informação à Procuradora-Chefe da União em Santa Catarina, acerca da empresa Ático Engenharia e Construções Ltda.;
- solicitação do Colégio Santo Antônio para pagamento das despesas extraordinárias com a realização das Eleições 2004.

Além dos relatados, foram submetidos à análise jurídica processos referentes a:

- possibilidade de aceitar-se produto diverso do originalmente ofertado;
- possibilidade de pagamento de inscrição de servidor em curso e do posterior ressarcimento, tendo em vista que a empresa organizadora do evento não aceita pagamento mediante apresentação de nota de empenho;
- solicitação de entrega de material com o conseqüente pagamento de 70% do valor contratado, ficando o restante do pagamento (mão-de-obra) para o término do serviço;

- comunicação acerca da quebra do painel de controle do sistema de climatização instalado sob a responsabilidade da empresa Ático Engenharia e Construções Ltda;
- alterações nas minutas-padrão relativas a editais;
- retenção do ISS sobre os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT;
- alteração da razão social de empresa contratada;
- venda e transferência de empresa contratada por este Tribunal (aditamento contratual);
- retenção da garantia, após a execução do objeto contratado;
- alteração nos termos do acordo celebrado com a UNIMED: retenções que deverão ser efetuadas, base de cálculo e percentuais a serem aplicados;
- aplicação de multa de 10% à UNIMED, pela inexecução parcial do contrato;
- retenção do valor de R\$ 20.734,96 (vinte mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos) – de empresa contratada por este Tribunal –, referente a penhora determinada pelo 3º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Alegre/RS;
- transferência das apólices da HSBC Seguros (Brasil) S.A. para a HSBC Seguros de Automóveis e Bens (Brasil) S.A., a ser adquirida pela HDI Seguros S.A.;
- possibilidade de aceitar-se produto diverso do originalmente ofertado, inclusive quanto à marca cotada, e de prorrogar o prazo de entrega de produtos, sem penalidades contratuais;
- materiais inativos e inservíveis;
- desfazimento de bens;
- avaliação da alienação de bens por servidores do Quadro de Pessoal deste Tribunal;
- não-localização de empresa, em razão da necessidade de reparos em móveis por ela fornecidos;
- adequação da Resolução TRESA n. 7.432/2004 às normas de aplicação de suprimentos de fundos expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional;

- propostas de bancos e sociedades de previdência privada para fornecimento de crédito pessoal, concessão de empréstimos, seguro de vida, pecúlio, planos de benefícios assemelhados e/ou complementares aos da Previdência Social, mediante consignação em folha de pagamento aos servidores deste Tribunal;
- início de vigência do Contrato n. 79/2005, tendo em vista a divergência constatada entre o contrato e o projeto básico (desnecessidade de lavratura de termo aditivo);
- contrato concernente à cessão em regime de comodato e de adesão;
- fundamentação legal em que devem ser enquadradas as despesas relativas ao uso de código de operadora de telefonia cujo contrato foi rescindido;
- supressão do adicional de assiduidade das minutas de edital e das planilhas anexas aos instrumentos convocatórios referentes à contratação de serviços de asseio e conservação;
- obrigatoriedade de celebração de contrato com a empresa Xerox Comércio e Indústria Ltda. para que esse órgão adquira 2.000 (duas mil) resmas de papel A4, utilizando-se da ata de registro de preços celebrada pelo Banco do Brasil S/A, na qual a Xerox foi classificada para o respectivo item;
- desaparecimento de celular de propriedade da estagiária lotada na Coordenadoria do Gabinete da Presidência;
- viabilidade de ressarcimento de despesas na utilização de veículos particulares para o transporte gratuito de eleitores;
- pedido de ressarcimento de despesas relativas à utilização das instalações de colégio particular nos trabalhos referentes às eleições;
- danos causados a urnas eletrônicas no depósito da CONAB;
- desaparecimento de caixas de microcomputador do depósito de urnas eletrônicas da CONAB;
- possibilidade de prosseguir-se a elaboração dos projetos conforme estipulado no Contrato TRES n. 5/2005, ainda que sem a existência de Plano Diretor para a área em que se situa o terreno pertencente a este e. Tribunal e sobre a possibilidade de se proceder ao pagamento da parcela correspondente à primeira etapa do cronograma estipulado no referido contrato;
- análise de impugnação ao edital do Pregão n. 19/2005, cujo objeto é a contratação de empresa para prestar serviço telefônico móvel pessoal;

- análise de recursos impetrados em licitações, contra decisões de Comissão de Licitação ou do Pregoeiro;
- análise e parecer acerca dos documentos apresentados a título de caução pela empresa Sul Brasil Segurança Privada Ltda.

Destaca-se, por fim, a alimentação de banco de dados com legislação, jurisprudência, doutrina e decisões e acórdãos do Tribunal de Contas da União, acerca de assuntos pertinentes à área de licitação e contratos.

1.1.2 Assessoria da Direção-Geral – Recursos Humanos (ASS-RH)

No exercício de 2005, essa Assessoria emitiu pareceres em procedimentos administrativos oriundos da Secretaria de Recursos Humanos, autuados em face da apresentação de requerimentos formulados por servidores ativos – lotados na sede do Tribunal ou nos Cartórios Eleitorais – , inativos e/ou pensionistas; servidores requisitados e, ainda, por pessoas alheias ao Quadro de Pessoal, visando à concessão de direitos, vantagens e/ou benefícios que pretendiam ver deferidos pela Administração deste Tribunal.

Acresçam-se a esses os procedimentos originários de formulações de consultas, pedidos de informações e de propostas de minutas de regulamentações internas.

Arrolam-se, a seguir, matérias que foram submetidas ao exame da ASS-RH no período em comento, o que se faz por meio de tópicos, visando a melhor sintetizá-las.

Relacionadas com os servidores ativos do Quadro de Pessoal lotados na sede do Tribunal:

- licença para tratar de interesses particulares – concessão;
- comprovação de união estável;
- designação de companheiro para fins de habilitação à pensão;
- averbação de tempo de contribuição relativo ao lapso temporal laborado perante órgãos públicos federais, estaduais, e em atividade privada, vinculada à Previdência Social;

- averbação de tempo de contribuição, trabalhado em entidades integrantes da administração pública federal indireta – empresas públicas ou sociedades de economia mista de servidores – submetidos ao regime estatutário federal em qualquer período entre 12.12.90 e 10.12.97, para todos os efeitos legais;
- pedido de revisão de averbação de tempo de serviço, com fulcro em decisão exarada pelo Tribunal de Contas da União, para incluir lapso temporal laborado em entidade da administração pública federal indireta também para efeito de anuênios e licença-prêmio por assiduidade e/ou licença para capacitação;
- licença para capacitação – concessão; interrupção;
- incorporação de parcelas de quintos em razão do efetivo exercício de função comissionada em outro Tribunal Regional Eleitoral e pagamento de valores pretéritos não percebidos, corrigidos monetariamente;
- incorporação de parcelas de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e de cargos em comissão, nos moldes estabelecidos pelos arts. 62-A da Lei n. 8.112, de 11.12.1990, e 3º e 10 da Lei n. 8.911, de 14.7.1994, e ocorrência de reconstituição desses dois últimos dispositivos, em face do advento da Medida Provisória n. 2.225-41, de 4.9.2001;
- incorporação de parcelas de quintos desde a vigência da Lei n. 8.112/1990 até a égide da Lei n. 8.911/1994. Requerimento pleiteando o pagamento administrativo de valores concedidos por decisão judicial. Pedido de reconsideração;
- regime especial de cumprimento de jornada de trabalho – cumprimento de jornada de trabalho especial de vinte horas sem compensação ou, alternativamente, a dispensa da jornada referente ao período em que efetivamente estarão realizando estágio supervisionado do curso de graduação em direito, tudo na forma da Resolução TCU n. 165/2003;
- licença por motivo de doença em pessoa da família – concessão;
- Programa de Assistência à Saúde – requerimento visando ao ressarcimento, por este Tribunal, da cota de participação assumida pelo cônjuge, beneficiário de plano de saúde oferecido pelo Estado de Santa Catarina, relativamente a despesas médicas efetuadas em alguns meses dos anos de 2002 a 2004;
- inclusão de dependente para fins de dedução de Imposto de Renda;
- remoção – alteração de lotação de servidor, da sede deste Tribunal para cartório eleitoral do Interior;

- gratificação natalina – cumprimento de decisão emanada do Tribunal de Contas da União. Recolhimento de valores atinentes à incidência da contribuição previdenciária sobre tal gratificação, relativamente ao ano de 1999. Ausência de determinação para se fazer incidir correção monetária sobre tais valores.

Relacionadas com os servidores ativos do Quadro de Pessoal, lotados em cartório eleitoral:

- comprovação de união estável;
- designação de companheiro/companheira para fins de habilitação à pensão;
- averbação de tempo de contribuição relativo ao lapso temporal laborado em órgão público federal;
- inclusão de dependente para fins de dedução de Imposto de Renda.

Relacionadas com os servidores inativos e pensionistas do Quadro de Pessoal deste Tribunal:

- pensão – requerimento, em face de óbito de ex-servidor;
- auxílio-funeral – concessão à família do servidor falecido;
- pensão – reversão de quota-parte da pensão temporária em favor de beneficiária de pensão vitalícia, em face da perda da qualidade de beneficiário (maioridade).

Relacionadas com os servidores requisitados ou em exercício provisório na sede do Tribunal:

- perda do interesse da Administração na permanência do servidor. Retorno ao órgão de origem. Pedido de reconsideração;
- serviço extraordinário – aplicação do divisor 200 para o cálculo. Extensão do Acórdão TRESC n. 19.781/2004 para servidor requisitado.

Relacionadas com os servidores requisitados para os cartórios eleitorais:

- diárias;
- afastamento de servidora requisitada das funções de Escrivã Eleitoral, solicitado por Juiz Eleitoral.

Pareceres exarados em decorrência de consultas formuladas pela Secretaria de Recursos Humanos:

- aplicação do divisor 200 para o cálculo do adicional de serviço extraordinário retribuído na forma de dia/hora em haver, para gozo oportuno, em decorrência dos Acórdãos TRESA n. 1.781/2004 e n. 19.912/2005;
- Programa de Estágio – possibilidade de recontração de estagiário, em face do término do período de vinte e quatro meses e da matrícula em curso de graduação diverso do constante no primeiro termo de compromisso. Suspensão do estágio em hipótese não prevista na Resolução TRESA n. 7.038/1997;
- PSSS – base de cálculo a ser considerada para o desconto previdenciário dos servidores que ingressaram no Quadro de Pessoal do Tribunal após ter sido proferido o Acórdão TRESA n. 16.294/2000; daqueles que foram ou vierem a ser nomeados para cargos efetivos deste Tribunal diferentes daqueles que ocupavam na época da prolatação do referido aresto e, ainda, daqueles que, em momento posterior ao referido acórdão, passaram para a inatividade ou vierem a se tornar inativos futuramente;
- pagamentos administrativos efetuados em atraso aos servidores – interpretação a ser dada a tal expressão, inserida na decisão proferida pela Presidência nos autos do Processo n. 206, Classe XIV e, ainda, isenção de contribuição previdenciária e de Imposto de Renda sobre os tais pagamentos;
- pagamentos administrativos efetuados em atraso aos servidores – incidência de juros de mora. Extensão da Resolução TSE n. 22.107/2005;
- pagamento cumulativo de VPNI e Função Comissionada – proventos de aposentadoria e pensão (decisões do TCU).

Pareceres emitidos em procedimentos administrativos que envolveram temas relacionados com os Juizes Eleitorais:

- solicitação de pagamento de diárias;
- consulta a respeito da aplicação da Resolução TRESA n. 7.336, de 19.8.2000 – critério de antiguidade para o rodízio;
- pagamento à pensionista de Juiz Eleitoral falecido, mediante alvará judicial, de valores relativos à URV não recebidos em vida.

Pareceres emitidos em procedimentos administrativos que envolveram temas relacionados com as Zonas Eleitorais:

- requisição de servidor que ocupa cargo de Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado, Enfermagem – para atuar junto a cartório eleitoral do Interior;
- designação de servidor não pertencente ao Quadro de Pessoal desta Casa para a Chefia de Cartório (FC-1) criada pela Lei n. 10.842/2004.

Pareceres exarados em procedimentos administrativos nos quais figuraram como interessados instituições diversas ou pessoas alheias ao Quadro de Pessoal deste Tribunal:

- consulta formulada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina a respeito da concessão em dobro, a servidores, dos dias de dispensa do serviço obtidos em razão da convocação para auxiliar nos trabalhos de prestação de contas dos diretórios partidários e participar da revisão do eleitoral de municípios;
- requerimento formulado por servidora do TRT da 12ª Região pleiteando a sua nomeação para cargo efetivo integrante do Quadro de Pessoal desta Casa, em face de êxito no concurso público realizado no ano de 1989 por este Tribunal, ou, alternativamente, a sua redistribuição para este Órgão;
- pagamento administrativo, a ex-servidor do Quadro de Pessoal desta Casa, de valores atrasados (juros de mora);

- requerimento pleiteando exercício provisório neste Tribunal.

Pareceres exarados em procedimentos administrativos autuados em função das sugestões do Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria DG n. 95, de 30.3.2005, para compilar, ordenar e atualizar os atos normativos internos que disciplinam matérias relacionadas com direitos, deveres e/ou vantagens dos servidores, com enfoque na inserção de regras abrangendo a situação funcional dos servidores que ingressaram no Quadro de Pessoal deste Tribunal, por concurso público, realizado para preenchimento dos cargos efetivos criados pela Lei n. 10.842/2004:

- procedimentos dirigidos aos atos de desligamento de cargo efetivo, exoneração de cargo em comissão, dispensa de função comissionada, retorno ao órgão de origem nos casos de cessão, exercício provisório ou requisição para a sede do TRESA e para os cartórios eleitorais, bem como às rotinas atinentes ao término de estágio curricular;
- diárias e transportes;
- vale-transporte;
- processo administrativo disciplinar;
- jornada de trabalho e horário de expediente no âmbito deste Tribunal e controle de frequência dos servidores lotados nos cartórios eleitorais do Interior;
- férias;
- prestação de serviço extraordinário pelos servidores lotados nos cartórios eleitorais;
- prestação de serviço extraordinário pelos servidores lotados na sede do Tribunal;
- gestão do acervo documental do Arquivo do Tribunal;
- auxílio-alimentação;
- assistência pré-escolar;

- procedimentos para a cobrança de valores decorrentes de ligações particulares efetuadas por servidores ocupantes de cargos efetivos, detentores de função comissionada ou cargo em comissão, sem vínculo com o TRESA, servidores requisitados ou em exercício provisório na sede do Tribunal e nos cartórios da Capital, bem como por estagiários e técnicos contratados;
- uso do espaço destinado a estacionamento de automóveis no edifício-sede deste Tribunal;
- atividades que justifiquem a permanência de servidores após o horário de expediente e o fornecimento de lanches;
- participação de servidores nas ações de capacitação e desenvolvimento oferecidas por este Tribunal;
- procedimentos sobre consignação em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Quadro de Pessoal deste Tribunal;
- avaliação de desempenho durante o período de estágio probatório;
- avaliação de eventos internos e externos patrocinados pelo Tribunal;
- utilização de crachá;
- jornada de trabalho;
- procedimentos de segurança;
- licença para capacitação;
- licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

Outras matérias oferecidas a exame da ASS-RH:

- apresentação de proposta de alteração da regulamentação interna vigente:
 - Resolução TRESA n. 7.324/2002 (acidente em serviço);
 - Ordem de Serviço DG n. 001/2001 (controle do acervo e atendimento aos usuários da Seção de Biblioteca da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação);
 - Portaria P n. 257/2004 (delegação de poderes da Presidência para a Direção-Geral);
 - Resolução TRESA n. 7.018/2002 e Portaria P n. 302/2002 (Programa de Assistência à Saúde).

- apresentação de proposta de edição de regulamentação interna:
 - concessão da gratificação natalina e procedimentos para o seu pagamento;
 - reserva de vaga às pessoas portadoras de deficiência aprovadas em concurso público realizado pelo Tribunal e procedimentos relativos a sua avaliação para fins de ingresso no serviço público e no decorrer do estágio probatório.

De salutar importância para a ASS-RH a plena e exitosa utilização de sua base de dados ASSESSORA - disponibilizada pelo *software* Lotus Notes e devidamente aperfeiçoada no decorrer do ano transato -, contendo quantidade considerável de material pertinente às áreas assessoradas, estando apta à formulação de consultas, inclusive para outras unidades da Secretaria, obtendo-se segura e célere recuperação da informação procurada.

1.2 COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO (COCIN)

À Coordenadoria de Controle Interno, no cumprimento de seus objetivos fundamentais (CF, art. 74), coube: a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados da gestão orçamentária, da financeira, da operacional e da patrimonial, visando à racionalização da execução da despesa, à eficiência, eficácia e efetividade dos atos de gestão, apoiando o controle externo no exercício de sua função institucional.

Obedecendo à legislação eleitoral em vigor, examinaram-se, também, as prestações de contas anuais dos órgãos estaduais dos partidos políticos, assim como de candidatos, remanescentes do pleito eleitoral de 2002, emitindo-se pareceres avaliando sua regularidade.

O desenvolvimento dos trabalhos da Coordenadoria de Controle Interno, em 2005, pode ser descrito pela execução das atividades a seguir especificadas.

1.2.1 Atividades da Seção de Auditoria:

- a. interpretação da legislação, em processos administrativos pertinentes à área de licitações e de contratos administrativos, com emissão de pareceres acerca da regularidade dos procedimentos efetuados pela administração;

- b. elaboração de papéis de trabalho, aplicação de programas de auditoria na avaliação de procedimentos em processos licitatórios destinados a aquisições ou a contratações com terceiros, emitindo-se pareceres relacionados a convites, tomadas de preços, registros de preços e pregões;
- c. análise de contratos e de outros procedimentos relativos a aquisições e à administração do patrimônio, relacionados com ressarcimento de despesas, consultas, exame de contratos e incidentes de execução contratual, celebração de convênios, pagamento de diárias a servidores lotados nos cartórios eleitorais, pagamento de diligências de oficiais de justiça;
- d. interpretação das normas de Direito Financeiro e exame do enquadramento de dispensas ou inexigibilidades de processos licitatórios;
- e. orientação permanente na elaboração de editais e dos contratos deles decorrentes, avaliando prorrogações contratuais e reavaliações estipuladas legalmente;
- f. interpretação da legislação em processos administrativos pertinentes à área de recursos humanos do Tribunal, com a emissão de pareceres relacionados aos seguintes tópicos:
 - averbação de tempo de contribuição e de tempo de serviço;
 - regulamentação: pagamento de férias, estágio probatório, serviço extraordinário prestado pelos servidores dos cartórios eleitorais, auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, procedimento administrativo disciplinar, política de capacitação, licença por motivo de afastamento do cônjuge, atos de desligamento e participação de servidor em ações de capacitação e desenvolvimento;
 - requerimento de nomeação no cargo de analista judiciário referente ao concurso TRESA 1989;
 - aplicação da isenção da contribuição previdenciária e de Imposto de Renda nos pagamentos efetuados em atraso;
 - manifestação acerca da incidência da atualização monetária na contribuição para a Seguridade Social sobre a integralidade da gratificação natalina (exercício de 1999);
 - pedido de reconsideração de decisão administrativa que determinou a regularização dos benefícios recebidos por servidor, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União que trata da opção prevista no § 2º do art. 14 da Lei n. 9.421/1996;
 - consultas;
 - concurso público;
 - pedido, prestação e pagamento de serviço extraordinário;
 - consignações em folha de pagamento;
 - licença para tratar de assuntos particulares;
 - licença para capacitação;
 - pagamento de diárias;

- isenção de Imposto de Renda;
 - reconhecimento de união estável;
 - inclusão de dependentes para fins de Imposto de Renda e pensão;
 - procedimentos relativos à concessão, a servidores do TRESA, de licença para tratamento de saúde;
 - requerimento de auxílio-funeral;
 - recursos administrativos;
 - alteração da Ordem de Serviço DG n. 3/2003;
 - alteração da Portaria P n. 302/2002;
 - estudos visando a regulamentar a avaliação do servidor portador de deficiência para fins de ingresso no serviço público e durante o estágio probatório neste Tribunal;
 - estudos acerca do pagamento do auxílio-funeral;
 - extensão do divisor de 200 horas para o cálculo do serviço extraordinário convertido em dia/hora em haver para gozo oportuno, conforme Acórdão TRESA n. 19.781/2004;
 - requisição de servidor;
 - afastamento de servidor;
 - avaliação da Resolução TRESA n. 7.324/2002 e sua adequação à nova estrutura organizacional da Secretaria deste Tribunal;
 - recontração de estagiário;
 - concessão de benefícios da Resolução TRESA n. 7.318/2001 em virtude de despesas com plano de saúde oferecido pelo Estado de Santa Catarina;
 - pagamento administrativo da incorporação da vantagem prevista no § 2º do art. 62 da Lei n. 8.112/1990, regulamentada pela Lei n. 8.911/1994;
- g. informatização da legislação, do entendimento jurisprudencial e da doutrina atinentes às áreas administrativa e financeira, propiciando consulta rápida e atualização permanente;
- h. análise e emissão do correspondente parecer no processo de prestação de contas dos vales-alimentação, utilizados pela 71ª Zona Eleitoral – Abelardo Luz, quando da realização do pleito municipal de 20 de fevereiro de 2005;
- i. análise e emissão dos correspondentes pareceres nos processos de aquisição de imóvel para a instalação do edifício anexo a sede deste Tribunal, e de alguns cartórios eleitorais do Interior do Estado;
- j. elaboração da tomada de contas anual referente ao exercício de 2004;
- k. execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria – Exercício de 2005, nas seguintes áreas:
- Secretaria de Administração e Orçamento: procedimento pós-licitatório; procedimento pós-dispensa de licitação; procedimento pós-inexigibilidade de licitação; procedimento de

- aquisição e de contratações diretas; procedimentos de contratação – para verificação dos empenhos a liquidar passíveis de inscrição em Restos a Pagar; controle patrimonial; controle de estoque – armazenamento/distribuição; controle da execução dos contratos de fornecimento e prestação de serviços;
 - Secretaria de Recursos Humanos: folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, requisitados, pensionistas, juizes, promotores e chefes de cartório – jornada diária e extraordinária;
 - Cartórios Eleitorais: controle patrimonial e serviço extraordinário dos servidores lotados nos cartórios eleitorais.
- l. emissão de parecer no processo do inventário dos bens móveis dos cartórios eleitorais;
- m. verificação da exatidão e da suficiência dos dados relativos a admissão e desligamento de pessoal e a concessão de aposentadorias e pensões, submetendo os resultados à apreciação e julgamento do Tribunal de Contas da União, para fins de registro;
- n. acompanhamento do atendimento de diligências propostas pelo Tribunal de Contas da União.

1.2.2 Atividades da Seção de Análise Contábil:

- a. acompanhamento e fiscalização dos procedimentos contábeis executados pela Unidade Gestora 070020 – Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, de forma contínua e abrangente procedendo-se à (ao):
- verificação dos relatórios mensais do Almoxarifado e de movimentação de bens móveis;
 - atualização do rol de responsáveis;
 - anulação dos empenhos a liquidar em desacordo com a legislação vigente;
 - desfazimento de bens permanentes;
 - registro da conformidade contábil realizada após o efetivo pagamento da despesa;
 - verificação de inconsistências e de irregularidades para posterior regularização;
 - conciliação dos adiantamentos concedidos;
 - verificação da compatibilidade entre o saldo da conta Bens Dominais e o efetivo registro no Sistema de Administração Patrimonial (SPIU);
 - verificação da compatibilidade entre a conta Disponibilidades por Fonte de Recursos e o total da movimentação orçamentário-financeira vinculada à execução do orçamento do exercício;
 - verificação da correlação e igualdade das contas de compensações ativas e passivas;

- análise, conciliação, ajuste e correção monetária, quando legalmente previsto dos Demonstrativos Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Composição das Disponibilidades Financeiras), verificando-se:
 - a existência de valores registrados com o título de Outros Ingressos do lado da receita ou Outros Dispendios do lado da despesa, gerados automaticamente pelo sistema quando do registro contábil de contas financeiras, promovendo a sua regularização;
 - se os valores apresentados no Balanço Financeiro a título de receitas e de despesas são idênticos aos constantes no Demonstrativo das Variações Patrimoniais;
 - a igualdade entre o ativo e o passivo do Balanço Patrimonial, inclusive as contas de compensação;
 - possíveis saldos invertidos, conferindo sua origem e promovendo sua regularização;
 - a existência de contas contábeis com saldos irrisórios, ou valores expressivos em Outros e Outras;
 - se a diferença entre o ativo e o passivo financeiro equivalem ao saldo da conta Disponibilidade por Fonte de Recursos somado ao limite de Restos a Pagar recebido, deduzido do limite de Restos a Pagar concedido, excluindo-se as receitas pendentes e incluindo-se as despesas pendentes se existirem;
- a igualdade entre as variações ativas e passivas;
- b. análise dos suprimentos de fundos concedidos, visando avaliar a regularidade de sua aplicação;
- c. análise da documentação comprobatória das despesas empenhadas e emissão de pareceres em procedimentos de pagamento, visando ao exercício do controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- d. conferência mensal dos relatórios de movimentação dos bens móveis e do material em estoque e sua comparação com os registros contábeis efetuados no Sistema de Administração Financeira (SIAFI);
- e. validação diária dos registros contábeis efetuados pela Coordenadoria Orçamentária e Financeira no Sistema de Administração Financeira (SIAFI);
- f. realização da conformidade contábil mensal dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa;
- g. análise de procedimentos licitatórios;

- h. em conformidade com a Resolução TSE n. 19.820/1997, análise das planilhas de custos referentes à contratação de empresas especializadas em serviços de telefonia, limpeza/conservação ou vigilância, com o intuito de verificar seu adimplemento e a correta aplicação da fórmula de reajuste, observando-se o montante "A", que corresponde ao valor em moeda corrente nacional do custo da remuneração da mão-de-obra utilizada na execução dos serviços, acrescida dos respectivos encargos sociais legais, obrigatórios e incidentes sobre os serviços contratados, bem como o montante "B", que é o valor, em moeda corrente nacional, correspondente aos demais itens componentes do custo direto inicial e demais insumos de aplicação direta no objeto do contrato, conforme a natureza dos serviços contratados;
- i. consultas feitas a órgãos públicos, destinadas a esclarecer dúvidas fiscais, tributárias, financeiras ou previdenciárias, em especial à Receita Federal, à Fazenda Estadual ou à Prefeitura Municipal de Florianópolis;
- j. atualização monetária de contratos de fornecimento e prestação de serviço continuado;
- k. análise contábil dos processos de prestação de contas anual de partidos políticos;
- l. realização dos procedimentos de encerramento do exercício contábil relativamente ao exercício financeiro de 2005, em conformidade com as normas inseridas no item 02.03.18 do Manual SIAFI (1/35);
- m. elaboração de papéis de trabalho para aplicação em programas de auditoria;
- n. elaboração de papéis de trabalho para aplicação na análise dos procedimentos de pagamento;
- o. interpretação de normas de caráter orçamentário, financeiro, patrimonial, fiscal ou previdenciário;
- p. execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria – Exercício de 2004, nas seguintes áreas:
 - controle físico e contábil da movimentação dos estoques, observando-se recepção, conferência, armazenamento, conservação, expedição e distribuição;
 - auditoria do inventário físico, observando-se a correlação entre a existência física dos bens patrimoniais e o registro dos termos de responsabilidade;
- q. análise e posterior anulação dos empenhos a liquidar em desacordo com a legislação vigente.

1.2.3 Atividades de exame de prestações de contas dos partidos políticos e candidatos:

- a. emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas prestadas pelos órgãos estaduais dos partidos políticos ao Tribunal Regional Eleitoral;
- b. orientação, concomitante às análises mencionadas, a partidos políticos e cartórios eleitorais, buscando dirimir dúvidas existentes e viabilizar a regularização das contas;
- c. encaminhamento de informações às zonas eleitorais do Estado acerca da distribuição de recursos do Fundo Partidário aos diretórios municipais dos partidos pelos respectivos órgãos estaduais, com vistas à instrução dos processos de prestação anual de contas dos entes partidários beneficiados;
- d. orientação a zonas eleitorais e a partidos políticos, buscando dirimir dúvidas pertinentes à matéria;
- e. acompanhamento e circularização às zonas eleitorais das normas legais vigentes e do entendimento jurisprudencial firmado pelos Tribunais Eleitorais, Superior e TRESA;
- f. organização e produção de manual técnico sobre arrecadação, aplicação de recursos e prestação anual de contas (em meio físico e via Internet – *homepage* do TRESA) para disponibilizar a este Tribunal, aos cartórios eleitorais, aos partidos políticos, aos candidatos e à sociedade;
- g. orientação a partidos políticos e a candidatos acerca das normas eleitorais pertinentes à arrecadação e à aplicação de recursos de campanha referentes às eleições passadas, bem como à prestação de contas à Justiça Eleitoral, buscando dirimir dúvidas existentes e viabilizar a regularização das suas contas;
- h. emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas de campanha eleitoral prestadas à Justiça Eleitoral por candidatos e por comitês financeiros, relativas a pleitos eleitorais anteriores.

2 SECRETARIA JUDICIÁRIA

Compõem a Secretaria Judiciária as Seções de Assessoramento aos Juízes, responsáveis pelo suporte, em matéria jurídico-eleitoral e constitucional-administrativa, aos membros integrantes do Colegiado; a Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (CRIP), responsável pelas Seções de Controle de Processos, de Partidos Políticos e de Atividades Cartorárias; a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD), que engloba as atividades das Seções de Legislação, Doutrina e Jurisprudência e de Biblioteca; e o novo Núcleo de Apoio Judiciário-Administrativo, organizado no Gabinete da Secretaria, o qual abrange tanto as atividades de suporte às sessões plenárias de julgamento, como as de taquigrafia e de revisão de acórdãos e resoluções.

Necessário destacar que o ano de 2005 – em que não houve pleito para cargos eletivos – apresentou elevada movimentação processual, ocorrendo um aumento de mais de 50% do número de processos em relação ao ano de 2003, último ano não-eleitoral.

Esse aumento se deve ao grande volume de trabalho decorrente das Eleições Municipais de 2004, cujo passivo foi formado, principalmente, pelas representações e reclamações com base na Lei Complementar n. 64/1990, bem como por demandas judiciais fundamentadas em dispositivos legais que ensejavam a cassação de prefeitos eleitos.

Tais processos, de sensibilidade social notória, dinamizaram a jurisprudência eleitoral e fizeram com que as discussões plenárias muitas vezes se prolongassem por horas após o término do expediente.

Além disso o TRESA vivenciou uma situação atípica no exercício de 2005 no que concerne à distribuição de processos entre seus membros. Em decorrência da vacância de dois cargos de juizes titulares, a distribuição dos feitos foi concentrada entre apenas quatro juizes titulares e um substituto, ocasionando um descompasso na divisão equitativa de feitos.

Outro fator que importa destacar é o fato de a organização, a preparação e o registro das sessões administrativas terem sido absorvidos por essa Secretaria. Tal fato gerou um aumento considerável dos serviços desenvolvidos, tendo sido necessário o incremento do quadro de servidores no setor de Apoio à Secretaria das Seções.

2.1 COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO (CJD)

De acordo com as atribuições previstas no Regimento Interno da Secretaria do TRESA, as atividades da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD) estão principalmente relacionadas com a disseminação/atualização de informações e com o gerenciamento de documentos.

Cabe destaque para as seguintes: a) produzir e distribuir compêndios de legislação e manuais; b) disponibilizar materiais nas páginas eletrônicas do Tribunal; c) avaliar o conteúdo jurídico de informações eleitorais tornadas públicas; d) prestar suporte em legislação e jurisprudência aos membros, servidores e cartórios eleitorais do Estado.

Registre-se, ademais, o ótimo aproveitamento do material divulgado em rede pela CJD, haja vista o elevado número de consultas feitas por usuários internos e externos, proporcionando inúmeras facilidades a todos aqueles que lidam direta ou indiretamente com o Direito Eleitoral, além de municiar os cartórios eleitorais com as informações necessárias ao bom andamento dos seus trabalhos.

A seu turno, o Sistema de Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções permanece como um dos serviços mais consultados pelos usuários. Isso comprova a utilidade do projeto de digitalização desenvolvido pela CJD em parceria com a Secretaria de Informática e Eleições, o qual hoje permite que o inteiro teor dos julgamentos seja instantaneamente divulgado através da rede mundial de computadores.

Evidencia-se, também, a publicação do manual Referendo 2005, compilado e editorado pela CJD, reunindo as normas regulamentadoras do referendo acerca da proibição, ou não, do comércio de armas de fogo e de munição no Brasil, realizado em outubro de 2005. Essa edição consagra uma bem sucedida parceria do TRESA com a Associação Catarinense do Ministério

Público (ACMP) e com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). Sua tiragem, de 1.000 exemplares, foi distribuída aos cartórios, juizes e promotores eleitorais, assim como a servidores e membros desta Casa, a advogados e a partidos políticos.

Além do supracitado manual, a CJD coordenou os procedimentos relativos à elaboração e ao lançamento de diversas publicações do Tribunal, a saber:

- RESENHA ELEITORAL - *Nova Série*, v. 11, n. 2, e v. 12, n. 1;
- Regimentos Internos do TRESA;
- Manual de Legislação Eleitoral Consolidada.

Visando suprir os cartórios eleitorais do Estado com material bibliográfico, a CJD solicitou a aquisição de um Código de Processo Civil e de um Código de Processo Penal Anotado para cada uma das zonas eleitorais.

Neste ano, a CJD concretizou, por intermédio da Secretaria de Informática e Eleições, a compra de novo sistema de gerenciamento e de automação do acervo da Biblioteca – o ALEPH – programa esse que vem sendo utilizado pelo TSE, a ser instalado no início de 2006. Tal ferramenta proporcionará um grande avanço no atendimento dos usuários da Biblioteca, por permitir a indexação de todos os periódicos e a sua padronização com a Biblioteca do TSE e, no futuro, a integração de todas as bibliotecas da Justiça Eleitoral.

Sobressai, por fim, o trabalho intitulado “Normas Administrativas – Índice Temático”, que consiste em ampla compilação das normas internas do Tribunal. Trata-se de um sistema de busca rápida no inteiro teor das normas internas (v.g. resoluções, portarias e ordens de serviço da Presidência, Vice-Presidência e Direção-Geral) que regulamentam diversos assuntos catalogados e indexados em ordem alfabética. Tal atividade é resultante do esforço ao longo de dois anos, dos servidores da Seção de Legislação, Doutrina e Jurisprudência e encontra-se disponível aos usuários na página eletrônica do TRESA, no menu Legislação e Jurisprudência.

2.1.1 Seção de Legislação, Doutrina e Jurisprudência

Incumbe à Seção de Legislação, Doutrina e Jurisprudência a difusão de informações aos membros e servidores desta Corte, juizes e promotores eleitorais e chefes de cartório de todo o Estado, bem como a alimentação da base de jurisprudência do Tribunal (SJUR). Tal sistema visa à recuperação dos julgados, sendo que em 2005 foram acrescentados, após análise e indexação, 291 acórdãos e 7 resoluções, totalizando aproximadamente 11.000 os registros atualmente disponíveis nas páginas eletrônicas do TRESA e do

TSE, o que possibilita a divulgação *on-line* da jurisprudência catarinense em todo o Território Nacional.

A Seção encarregou-se de informar aos membros e aos servidores do Tribunal as atualizações da legislação e da jurisprudência eleitorais. Isso foi feito principalmente, por meio da intranet e da organização de pastas anuais de legislação, nas quais são anexadas normas de interesse do serviço.

Nessa esteira, foram realizadas dezenas de pesquisas jurisprudenciais e doutrinárias sobre matéria eleitoral, constitucional ou administrativa, em atendimento a solicitações das áreas técnicas desta Casa, dos cartórios eleitorais, de advogados, de outros Regionais e do público em geral.

A fim de subsidiar os operadores do Direito Eleitoral, foram acrescentados ou atualizados nas páginas eletrônicas do Tribunal (intranet/internet) os seguintes documentos:

a. Legislação:

- Constituição Federal;
- Constituição do Estado de Santa Catarina;
- Código de Processo Civil;
- Código de Processo Penal.

b. Normas eleitorais:

- Referendo 2005;
- Normas Partidárias;
- Competências e atribuições: juiz e promotor eleitorais e chefe de cartório;
- Resoluções Administrativas TRESC.

c. Normas administrativas:

- Cadastro Eleitoral.

d. Regimentos:

- Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Complementando as opções, a Coordenadoria mantém um terminal de consultas destinado exclusivamente aos usuários externos, o que possibilitou a pesquisa jurisprudencial pelos próprios interessados.

No tocante aos dados gerais do projeto de digitalização de acórdãos, resoluções, portarias da Presidência, da Vice-Presidência e da Direção-Geral, bem como das ordens de serviço, até o momento foram digitalizados e revisados:

- acórdãos: 16.439 (1957 – 2005)

- resoluções: 7.532 (1945 – 2005)
 - portarias da Presidência: 4.234 (1993 – 2005)
 - portarias da Vice-Presidência: 164 (1994 – 2004)
 - portarias da Direção-Geral: 4.899 (1993 – 2005)
 - ordens de serviço: 82 (1994 – 2003)
- total de documentos digitalizados: 33.350
- estimativa de páginas digitalizadas (total): 71.400
- Sendo que, só em 2005, foram digitalizados:

- acórdãos: 492
- resoluções: 15
- portarias da Presidência: 726
- portarias da Vice-Presidência: 164
- portarias da Direção-Geral: 1.619
- ordens de serviço: 54

Total: 3.070

Efetuiu-se, outrossim, o acompanhamento diário do processo legislativo – na Câmara e no Senado Federal – e do judicial, em órgãos do Poder Judiciário (TSE, STF e STJ), divulgando-se as matérias de interesse da Justiça Eleitoral, assim como o acompanhamento das decisões publicadas na Imprensa Oficial.

2.1.2 Seção de Biblioteca

A Seção de Biblioteca centraliza a aquisição de livros e as assinaturas e renovações de CD-ROMs, revistas, periódicos e similares, por sua iniciativa ou em atendimento a solicitações formuladas pelos diversos setores do Tribunal, acompanhando o andamento dos respectivos procedimentos perante a Secretaria de Administração e Orçamento. Assim, foram providenciadas as seguintes aquisições e renovações neste exercício:

- a. Livros: foram incorporados ao acervo 176 exemplares, correspondentes a 114 aquisições e a 62 doações. A aquisição foi efetuada com base em lançamentos (pesquisa de mercado/catálogos de editoras) e em sugestões de servidores da Casa, visando à atualização do acervo, sobretudo na área do Direito.
- b. Periódicos:
- Novas assinaturas
 - *Folha de São Paulo e Notícia (mais uma assinatura);*
 - *Revista Prática Jurídica;*
 - *Revista o Pregoeiro;*
 - *Revista au Arquitetura e Urbanismo;*
 - *Linux Format DVD;*
 - *Linux Journal;*
 - *Linux Magazine;*
 - *Sysadm Magazine.*
 - Renovação de assinaturas de jornais oficiais
 - *Diário Oficial da União (Seções 1, 2 e 3);*
 - *Diário da Justiça da União (Seção 1);*
 - *Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina;*
 - *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.*
 - Renovação de assinaturas de jornais de circulação diária:
 - *Diário Catarinense;*
 - *O Estado de S. Paulo;*
 - *Folha de S. Paulo;*
 - *A Notícia;*
 - *Jornal de Santa Catarina.*
 - Renovação de assinaturas
 - *A & C Revista de Direito Administrativo e Constitucional;*
 - *Boletim Contadez;*
 - *Guia IOB Imposto de Renda Pessoa Jurídica;*

- *IDARFI – Informativo de Direito Administrativo e Responsabilidade Fiscal;*
- *Novo Guia IOB de Contabilidade;*
- *Revista Jurídica Consulex;*
- *Revista Interesse Público;*
- *Dr. Dobb's journal, Access VB SQL Advisor, Lotus Advisor, Network Computing;*
- *Revista do linux;*
- *Revistas de Informática;*
- *Revista Bonijuris;*
- *BDA – Boletim de Direito Administrativo;*
- *BLC – Boletim de Licitações e Contratos;*
- *ILC – Informativo de Licitações e Contratos;*
- *Boletins IOB;*
- *Lex – Rev do Direito Brasileiro;*
- *Lex – Legislação Federal e Marginália;*
- *LIS – Legislação Informatizada Saraiva;*
- *Repertório de Jurisprudência IOB;*
- *Revista dos Tribunais;*
- *Revista de Direito Administrativo;*
- *Revista de Processo;*
- *Revista de Direito Constitucional e Internacional;*
- *Fórum Administrativo: Direito Público;*
- *Fórum de Contratação e Gestão Pública;*
- *Veja;*
- *Revista Brasileira de Direito Público – RBDP.*

A Seção providenciou também a aquisição dos CD-ROMs Boletim de Direito Administrativo (publicações relativas ao período de julho de 1985 a dezembro de 2004) e Boletim de Licitações e Contratos (publicações relativas

ao período de novembro de 1988 a dezembro de 2004), material esse amplamente consultado por diversos setores do Tribunal.

Coube à Seção de Biblioteca providenciar a encadernação de documentos, tais como atas, acórdãos, resoluções, boletins e periódicos, visando à organização e preservação do acervo – com destaque para encadernação, em 336 volumes, da Revista Trimestral de Jurisprudência do STF. Deu-se continuidade à elaboração de sumários de periódicos para consulta na intranet.

Foi mantido em funcionamento o Clube do Livro, aberto a todos os servidores da Casa, inclusive os terceirizados. O clube dispõe, atualmente, de cerca de 700 livros e 200 fitas de vídeo, de gêneros variados.

A Seção ainda organizou o histórico da biblioteca, embasado em pesquisa nas atas das sessões do Tribunal desde sua instalação, em 1945, e em entrevista com ex-servidor da Casa que trabalhou nessa área naquela época. Esse histórico pode ser acessado nas páginas eletrônicas do TRESA.

2.1.3 Arquivo

Sendo a Seção de Biblioteca responsável pelo gerenciamento do arquivo do Tribunal, foram desenvolvidas atividades de empréstimo, atendimento a consultas, pesquisas históricas, registro e acompanhamento de transferências de novos documentos pelas diversas unidades.

a. Levantamento das atividades:

- empréstimo de documentos: 4.671;
- atendimento a consultas (usuários internos e externos): 330;
- devoluções de empréstimo: 4.340;
- documentos com trâmite na unidade (Arquivo) via SADP: 4.494;
- desarquivamento de processos: 3;
- documentos preparados para digitalização: 926;
- documentos recebidos para arquivamento: 3.710;
- documentos transferidos para suas unidades de origem: 19 caixas;
- documentos separados para descarte, segundo as tabelas de temporalidade vigentes: 105 caixas-arquivo.

b. Deu-se seguimento à reorganização de todo o acervo, com a elaboração de listagens, substituição de caixas e confecção de novas etiquetas.

A fim de proteger e conservar os documentos de guarda permanente, adotou-se a utilização de “camisas” (capas individuais), em conformidade com os princípios da arquivologia, tendo sido acondicionados 204 documentos.

Registre-se, ainda, que, por solicitação da Coordenadoria, a Direção-Geral instituiu uma comissão de descarte de documentos, presidida por servidor da CJD, com a participação de colegas de outras unidades, a fim de proceder à identificação de documentos arquivados que já tenham cumprido o prazo de guarda previsto nas tabelas de temporalidade vigentes na casa. O procedimento teve todas as suas etapas registradas no SADP, e a comissão descartou um total de 409 caixas de documentos.

Importante salientar que o Arquivo efetuou um remanejamento de caixas-arquivo para ampliar o seu espaço interno, uma vez que foram descartadas, também, cópias de processos judiciais remetidos à origem. Após a reorganização, concluiu-se, por estimativa, que os módulos ainda poderão receber transferências por apenas mais dois anos, razão pela qual foi solicitada à Direção-Geral, por meio de comunicação interna, a transferência do Arquivo para novo local.

Finalmente, cabe à Seção de Biblioteca/Arquivo administrar o Museu da Justiça Eleitoral Catarinense – Centro de Memória Desembargador Adão Bernardes, realizando o acompanhamento e a orientação de visitantes, além da seleção de documentos de caráter histórico para futura incorporação ao acervo.

2.2 COORDENADORIA DE REGISTRO E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS (CRIP)

Coube à Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (CRIP), entre suas atividades regimentais, receber, distribuir, autuar e controlar a tramitação, a realização de diligências e as publicações referentes aos processos judiciais, além de receber, anotar e disponibilizar na intranet/internet as comissões e os diretórios estaduais e municipais dos partidos políticos constituídos neste Estado.

Os mapas dos processos julgados e em tramitação durante o mês foram entregues mensalmente aos juizes do Tribunal, assim como a partir do mês de novembro o dos processos distribuídos.

A CRIP encaminhou, para publicação, atos, despachos, portarias, acórdãos e resoluções, acompanhou os prazos processuais no Diário da Justiça do Estado e prestou informações sobre os feitos em tramitação no Tribunal Regional Eleitoral e por meio do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) no Tribunal Superior Eleitoral.

Para cada sessão, a pauta de julgamentos foi elaborada, distribuída e disponibilizada no endereço da Intranet/Internet do Tribunal, conforme previsão regimental.

Também foram encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional os documentos necessários à cobrança das multas não-pagas, aplicadas pelos Juízes Eleitorais, assim como tendo sido adotados os procedimentos para aguardar o julgamento da Resolução TSE n. 18.378-RS tendo em vista a aplicação pelos Juízes Eleitorais de multas de pequeno valor, não inscritas pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

Os órgãos de direção dos partidos políticos em Santa Catarina tiveram sua constituição e alterações anotadas no Sistema de Gerenciamento e Informações Partidárias (SGIP), disponível na página Intranet/Internet do TRESC.

Todas as decisões proferidas pelo Tribunal, de interesse dos Juízes Eleitorais, foram-lhes comunicadas, assim como foram comunicadas aos interessados as referentes aquelas resoluções expedidas, tanto decorrentes de consultas, quanto administrativas.

Com as modificações promovidas pela Lei n. 10.842/2004 no âmbito da Justiça Eleitoral e a posse dos novos servidores das zonas eleitorais, esta Coordenadoria auxiliou nos treinamentos em conjunto com a Corregedoria Regional Eleitoral quanto à prática cartorária, colocando à disposição dos servidores processos em tramitação neste Tribunal, para melhor compreensão das exposições, e apresentou o Sistema de Gerenciamento e Informações Partidárias (SGIP) em uso no Tribunal e a ser utilizado pelos cartórios eleitorais para expedição de certidões relativas dos órgãos municipais dos partidos políticos.

As atividades do período compreendido entre 1º.1.2005 a 16.12.2005 são, a seguir, estatisticamente demonstradas:

- sessões atendidas: 94 judiciais e administrativas;
- processos autuados: 400;
- ofícios expedidos: 897.

3 SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Consoante as disposições regimentais da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, compete à Secretaria de Recursos Humanos “planejar, coordenar, orientar e dirigir as atividades referentes à administração de pessoal”, com a participação de duas Coordenadorias — de Pessoal e de Desenvolvimento de Recursos Humanos — e da Seção de Assistência à Saúde e Benefícios, bem como da Supervisão de Assistência Médico-Odontológica.

Registre-se, a princípio, o sempre crescente número de procedimentos administrativos que tramitam na Casa, agora, em especial, em face do ingresso de novos servidores no Quadro de Pessoal, uma vez que estão concentrados no Gabinete da Secretaria todos os trabalhos referentes à autuação e ao encaminhamento dos procedimentos administrativos da área, além de todas as comunicações dos atos processuais aos interessados e a realização das diligências necessárias e requeridas pela Presidência e pela Direção-Geral.

São, também, atribuições do Gabinete da SRH a publicação semanal do Boletim Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Bitresc), que compila as informações, enviadas por meio eletrônico pelas unidades administrativas do Tribunal, que são de interesse do corpo interno da Casa, bem como das suas em edições extraordinárias sempre que há determinação da Presidência ou da Direção-Geral.

Neste ponto, traz-se que foram publicadas 66 edições do referido informativo semanal, 10 a mais que no ano anterior, tendo em vista as edições extraordinárias que se fizeram necessárias, ao longo do ano, em razão de determinação superior.

Os boletins são afixados no mural da Secretaria de Recursos Humanos localizado no saguão de entrada do Tribunal; publicados na Intranet, o que possibilita o amplo acesso de todos os servidores desta Justiça Especializada,

e entregue pessoalmente às unidades administrativas – Presidência, Corregedoria, Procuradoria, Direção-Geral, Secretarias, Assessorias e à Coordenadoria de Controle Interno.

O referido Boletim encontra-se, no presente ano, no quinto ano de publicação, sendo matérias de publicação as resoluções administrativas do Tribunal, as portarias da Presidência, da Vice-Presidência e da Direção-Geral que tenham reflexo no corpo funcional da Casa, assim como as relativas à concessão de diárias, a designações e dispensas de funções comissionadas, designações de comissões, grupos de trabalho, além de licenças, afastamentos, férias, averbações de tempo de serviço e extratos de decisões em procedimentos administrativos de cunho relevante.

As atividades da Secretaria de Recursos Humanos durante a gestão de 2005, a par das atribuições rotineiras, estiveram especialmente voltadas para a realização do maior concurso público já efetuado pelo Tribunal.

Assim, desde o mês de janeiro do referido ano, uma comissão presidida por uma servidora integrante da unidade trabalhou, na elaboração do Edital do Concurso, o qual veio a ser publicado no mês de fevereiro. As inscrições foram abertas a 28 de março, encerrando-se em 11 de abril de 2005, tendo acusado o expressivo número de aproximadamente 47.000 candidatos, oriundos dos mais diversos pontos do país.

As provas foram realizadas em 19 de junho, sendo o resultado homologado na sessão administrativa de 18 de julho e publicado no Diário Oficial da União do dia 21 do mesmo mês, procedendo-se logo após, já no mês de agosto, a nomeação, a posse e o treinamento dos candidatos aprovados para o pólo 1 (sede do Tribunal).

Em outubro do ano transato, em cumprimento aos termos do edital do concurso, propiciou-se aos candidatos classificados para os demais pólos a opção pela zona eleitoral de preferência, seguida da nomeação e finalmente a posse de 131 novos servidores lotados nas zonas eleitorais definidas.

À cerimônia de posse, seguiu-se um treinamento intensivo coordenado pela Secretaria de Recursos Humanos e ministrado pelas Secretarias de Informática e Eleições, Judiciária, de Administração e Orçamento, de Recursos Humanos e pela Corregedoria Regional Eleitoral, no período de 21 a 25 de novembro. Finalizado o treinamento, foram os novos servidores encaminhados aos seus respectivos locais de lotação, munidos de um ofício de apresentação ao juiz eleitoral e de cópia da portaria definindo o chefe de cartório designado.

Destaca-se, ainda, como inovação nos trabalhos realizados pela Secretaria de Recursos Humanos, por meio da Coordenadoria de Pessoal, a implementação do sistema INCORP 2, que passou a ser o sistema oficial de

dados dos cartórios eleitorais, e do projeto de cadastramento *on-line* das frequências das zonas eleitorais de todo o Estado.

3.1 SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E BENEFÍCIOS

a. Programa de Assistência à Saúde (PAS)

No ano de 2005 foram desenvolvidas as seguintes atividades de rotina: conferência de faturas/notas fiscais de prestação de serviços e dos relatórios analíticos de faturamento da Unimed; elaboração e conferência de planilhas de cálculo mensais de despesas médicas Unimed (modalidade indireta, forma dirigida do PAS) e particulares (forma livre escolha do PAS), com cotas de participação dos servidores e do Tribunal; inclusão e exclusão de usuários no PAS e na Unimed; controle do relatório analítico Unimed de cobrança das taxas de inclusão/exclusão e manutenção mensais; encaminhamento de dados do programa para publicação no Bitresc.

Destacam-se, igualmente:

- elaboração de cálculos referentes ao rateio previsto no § 3º do art. 25 da Resolução TRESC n. 7.318/2002;
- rateio do saldo orçamentário do exercício de 2005, de acordo com a Portaria P n. 302/2002;
- encaminhamento de proposta de revisão dos valores que servem de parâmetro para ressarcimento das despesas da modalidade indireta, livre escolha, de que trata o art. 6º, II da Resolução TRESC n. 7.318/2002;
- revisão dos valores dos planos de saúde particulares ressarcidos durante o exercício de 2005 e elaboração de planilha para os respectivos pagamentos, conforme o disposto na Portaria P. n. 615/2005;
- revisão dos valores ressarcidos em 2005 com base no Anexo II da Portaria P n. 302/2005, conforme decisão da presidência no Procedimento Administrativo SRH n. 819/2004.

b. Auxílio-Alimentação

Atualizou-se o cadastro de beneficiários e elaborou-se planilha de reajuste do benefício, com cálculos retroativos, de acordo com a Portaria TSE n. 572/2005. Foram efetuados os cálculos para pagamento do auxílio aos servidores requisitados em exercício na Secretaria do TRESC, bem como aos substitutos dos titulares de função comissionada lotados nos cartórios eleitorais da Capital.

c. Auxílio-Transporte

Com relação ao auxílio-transporte foram cadastrados novos beneficiários e desenvolvidas outras atividades inerentes ao controle do benefício.

d. Programa de Assistência Pré-Escolar

No tocante à Assistência Pré-Escolar atualizou-se o cadastro de beneficiários. Demais disso, foram fornecidas informações à Seção de Pagamento para fins de consignação em folha de pagamento, elaboradas planilhas de reajuste do benefício, com cálculos retroativos, de acordo com as Portarias TSE n. 496/2005 e 586/2005, e realizadas outras atividades relacionadas ao benefício.

3.2 SUPERVISÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO

As atividades desenvolvidas em 2005 pela Supervisão de Atendimento Médico-Odontológico (SAMO) visaram às ações que promovessem a saúde plena, envolvendo o bem-estar biopsicossocial do corpo funcional deste Tribunal e de seus dependentes. As ações administrativas objetivaram um melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros destinados à assistência à saúde.

No referido ano, a demanda de trabalho, tanto na modalidade de atendimentos direto como indireto, multiplicou-se com a nomeação dos novos servidores para o Quadro de Pessoal deste Tribunal.

Foram prestados, ao longo de 2005, atendimentos médicos, odontológicos, psicológicos e de enfermagem, de caráter efetivo e emergencial. Foram ainda, disponibilizados, pelos profissionais de saúde e pelos responsáveis pelos serviços administrativos da Supervisão, conhecimentos técnicos aos servidores/beneficiários interessados, num total de 7.280 procedimentos.

a. Atividades Administrativas e Assistenciais

Elaborou-se a relação anual de materiais de consumo médico, odontológico e de enfermagem, assim como da aquisição desse material, para que o atendimento ao servidor se fizesse da melhor forma possível.

Foram realizadas reuniões com os servidores da Supervisão de Atendimento Médico-Odontológico para a adequação e uniformização das

normas vigentes na área da saúde e odontológica, emitidos pareceres técnicos quando solicitados, feitas auditorias nas contas médicas e odontológicas, consubstanciadas em relatórios mensais.

Em decorrência do ingresso de novos servidores, lotados nas zonas eleitorais distribuídas por todo o Estado, tornou-se necessário proceder à revisão e à reestruturação do Programa de Assistência à Saúde no que tange à assistência odontológica, de forma a adequá-la à nova realidade, apresentando-se, para tanto, o correspondente estudo técnico-administrativo.

Com a admissão dos novos servidores, estima-se que a média de licenças mensais duplicará, perfazendo aproximadamente sessenta licenças de saúde/mês, o que requer o estabelecimento de novas diretrizes, especialmente para atender às necessidades dos servidores lotados no Interior. Para tanto, procedeu-se ao levantamento da rotina de outros órgãos – Tribunal do Trabalho da 12ª Região, Tribunal Regional Federal da 4ª Região e Tribunal de Justiça de Santa Catarina –, com o intuito de buscar subsídios para uniformizar os procedimentos, tendo como ponto de partida a experiência de outros Tribunais que já enfrentam a realidade da prestação de atendimento a servidores lotados no Interior.

Procedeu-se ao controle e à anotação de todos os procedimentos na modalidade indireta, forma livre escolha (despesas particulares), consoante preconiza a Resolução TRES n. 7.318/2002, que aprovou o Programa de Assistência à Saúde.

Providenciaram-se os procedimentos necessários à realização dos exames médicos periódicos pelos servidores, dando-se especial atenção às queixas clínicas que porventura pudessem estar relacionadas com lesões por esforços repetitivos. Por ocasião dos referidos exames, foi feita a atualização vacinal. Durante os múltiplos atendimentos prestados nas diversas áreas disponibilizadas na SAMO, aos servidores e aos seus dependentes, colocou-se à sua disposição conhecimentos especializados nas áreas de cardiologia, neurologia e pediatria, bem como na de endodontia (procedimentos básicos).

Foram realizados 148 exames admissionais e, conseqüentemente, a abertura dos respectivos prontuários de saúde dos novos servidores.

3.3 COORDENADORIA DE PESSOAL (CP)

À Coordenadoria de Pessoal coube o planejamento e direcionamento das atividades desenvolvidas pelas Seções de Cadastro, de Legislação e Normas e de Pagamento, bem como pela Supervisão de Controle dos Cartórios Eleitorais, assim como o atendimento e a prestação de informações na área de pessoal aos servidores ativos, inativos e pensionistas desta Corte.

A Coordenadoria procedeu, ainda, ao treinamento dos servidores que ingressaram no Tribunal durante o ano de 2005, com relação aos temas voltados à área de pessoal e às rotinas e procedimentos da unidade.

3.3.1 Seção de Cadastro

No exercício de 2005 foram desenvolvidas as seguintes atividades pela Seção de Cadastro:

- expedição das carteiras funcionais dos servidores efetivos desta Casa e dos membros deste Regional;
- conferência das frequências dos servidores do Quadro de Pessoal e dos cartórios eleitorais do Estado, bem como dos requisitados e dos em exercício provisório na Secretaria do Tribunal;
- envio aos respectivos órgãos de origem dos ofícios de frequência dos requisitados e dos servidores em exercício provisório;
- fornecimento à Seção de Pagamento de informações com reflexos sobre o pagamento de vencimentos, vantagens e adicionais dos servidores do Quadro de Pessoal, dos requisitados e dos em exercício provisório;
- instrução dos procedimentos administrativos referentes a pessoal;
- expedição de certidões, declarações e mapas de tempo de serviço;
- preenchimento do formulário Força de Trabalho e seu posterior envio ao Tribunal Superior Eleitoral;
- controle e processamento do cálculo do serviço extraordinário prestado pelos servidores em geral;
- fornecimento de informações solicitadas por outras unidades de lotação;
- prestação de informação à Coordenadoria de Controle Interno acerca do Rol de Responsáveis deste Tribunal;
- recolhimento e arquivamento da declaração de bens e rendas dos ocupantes de funções comissionadas e dos designados para cargos em comissão;
- recolhimento, arquivamento e envio ao Tribunal de Contas da União da declaração de bens e rendas dos membros do Tribunal, na Categoria Jurista;
- organização, manutenção e atualização dos dados cadastrais dos servidores do Quadro de Pessoal, dos requisitados e dos em exercício provisório na Secretaria do Tribunal, bem como dos inativos e pensionistas;

- elaboração de ofícios e portarias referentes aos atos específicos desta Coordenadoria;
- organização, manutenção e atualização dos registros e assentamentos individuais dos servidores do Quadro de Pessoal, inclusive dos servidores que tomaram posse em novembro de 2005;
- alimentação de dados no Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH).

3.3.2 Seção de Legislação e Normas

A Seção de Legislação e Normas executou as seguintes atividades:

- realização de pesquisa permanente, atualização e indexação da legislação pátria e da jurisprudência dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União, com especial destaque à área de pessoal, de modo a melhor auxiliar outras unidades da Secretaria e a orientar os servidores ativos, inativos e pensionistas do TRESA;
- instrução, com as informações legais e normativas pertinentes, de procedimentos administrativos que tramitam na Secretaria de Recursos Humanos/Coordenadoria de Pessoal, em especial dos procedimentos de aposentadoria e pensão;
- elaboração de consultas sobre temas controversos, atinentes à área de pessoal, consubstanciadas em procedimentos administrativos autuados pela Secretaria de Recursos Humanos;
- propostas de alterações e elaboração de minutas de atos normativos internos, tais como portarias e resoluções administrativas, concernentes à área de pessoal;
- revisões e atualizações periódicas, mediante apostilamentos e portarias, dos procedimentos de aposentadoria ou de pensão;
- acompanhamento da movimentação processual de todos os atos concessórios e retificatórios de aposentadoria ou pensão encaminhados ao Tribunal de Contas da União, pendentes de apreciação por aquela Corte, procedendo-se à atualização permanente das informações processuais, via Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac/TCU);
- acompanhamento das publicações ocorridas no *Diário Oficial da União*, com especial enfoque na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e nos processos de aposentadoria ou de pensão em trâmite naquela Corte;

- encaminhamento de informações detalhadas à Seção de Pagamento da Coordenadoria de Pessoal acerca das decisões proferidas pela Presidência ou Direção-Geral em procedimentos administrativos com repercussão financeira sobre os vencimentos/proventos dos servidores ativos, inativos e pensionistas desta Secretaria, para a adoção das providências pertinentes, assim como das alterações ocorridas em procedimentos de aposentadoria e pensão;
- encaminhamento das decisões da Presidência desta Corte no que se refere a diligências e determinações do Tribunal de Contas da União relacionadas à área de pessoal;
- cálculo do tempo total de contribuição dos servidores do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para fins de concessão de aposentadoria, realizando atendimento individual aos servidores interessados, com vistas ao esclarecimento de dúvidas acerca das regras de aposentadoria vigentes e ao tempo de contribuição para a concessão do referido benefício, à luz das reformas constitucionais recentes;
- alimentação, com dados relativos a averbações de tempo de contribuição de servidores e a procedimentos de aposentadoria ou pensão, do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH);
- recadastramento anual dos servidores inativos e dos pensionistas deste Tribunal, bem como de outros órgãos, por solicitação formal.

3.3.3 Seção de Pagamento

Destacam-se as seguintes atividades executadas no exercício de 2005:

- elaboração das tabelas remuneratórias;
- emissão de relatório e esclarecimentos para cumprimento de auditoria da Coordenadoria de Controle Interno;
- emissão de relatório e esclarecimentos para cumprimento de auditoria do Tribunal de Contas da União;
- elaboração e entrega das declarações referentes à declaração de Imposto de Renda retido na fonte (DIRF) e à relação anual de informações sociais (RAIS) das respectivas folhas de pagamento;
- previsões orçamentárias;

- manutenção dos sistemas de processamento de dados das folhas de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como dos juizes deste Tribunal, juizes, promotores, chefes de cartório eleitoral e requisitados;
- execução e conferência de cálculos pertinentes às folhas de pagamentos;
- cálculo e pagamento de serviço extraordinário, substituição e férias;
- pagamento mensal da remuneração para todos os servidores ativos, inativos ou pensionistas e gratificações dos juizes do TRESA;
- pagamento mensal da gratificação aos juizes, promotores e chefes de cartório das zonas eleitorais que integram o Estado;
- pagamento mensal aos estagiários da Secretaria do Tribunal;
- emissão de relatórios específicos;
- cálculo de atrasados;
- confecção de ofícios diversos, certidões e declarações referentes aos pagamentos;
- informações nos procedimentos administrativos em cumprimento às diligências pertinentes à Seção;
- cadastramento de 130 novos servidores, bem como a inclusão dos dados financeiros para fins de folha de pagamento.

3.3.4 Supervisão de Controle dos Cartórios Eleitorais

Foram desenvolvidas as atividades a seguir elencadas pela Supervisão de Controle dos Cartórios Eleitorais, no exercício em comento:

- implementação do INCORP 2, que passou a ser o sistema oficial de dados dos cartórios eleitorais;
- implementação do projeto de cadastramento *on-line* das frequências dos servidores lotados nas zonas eleitorais;
- instrução dos procedimentos administrativos relativos aos servidores dos cartórios eleitorais do Interior do Estado;
- informações referentes a consultas sobre: a aplicação da Resolução TRESA n. 7.336/2003 (designações de juizes eleitorais), designações de auxiliares eleitorais e de chefes de cartório;

- confecção de certidões e declarações referentes aos dados cadastrais e períodos de atuação nas funções eleitorais dos membros, juízes, promotores, escrivães, chefes de cartório e auxiliares eleitorais;
- controle do rodízio dos juízes eleitorais;
- confecção de portarias de dispensa e designação de juízes (com a respectiva publicação no *DJSC*), bem como as de chefes de cartório requisitados;
- controle dos biênios dos juízes do TRESP. Formalização de todos os procedimentos necessários até a lavratura do termo de posse;
- conferência e cálculo das horas referentes ao serviço extraordinário dos auxiliares eleitorais, em conformidade com a Portaria P n. 396/2004;
- atualização e manutenção do banco de dados destinado ao cadastro e controle funcional de membros da Corte, de juízes e de promotores, chefes de cartório e auxiliares eleitorais;
- envio de informações à Seção de Pagamento para confecção da folha mensal dos auxiliares, juízes e promotores dos cartórios eleitorais;
- atualização de sistema do Tribunal Superior Eleitoral destinado ao controle da nominata dos juízes eleitorais e dos membros dos Tribunais.

3.4 COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (CDRH)

As ações da Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, durante o exercício de 2005, estiveram voltadas principalmente à capacitação dos servidores do Quadro de Pessoal e à realização do concurso público para provimento dos cargos criados pela Lei n. 10.842/2004.

No dia 25 de agosto todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas oferecidas no pólo 1 tomaram posse, sendo lotados nas unidades administrativas da sede do Tribunal.

Os candidatos aprovados para os pólos 2 a 11, cujas vagas se destinaram aos 102 cartórios eleitorais em Santa Catarina, tomaram posse no dia 21 de novembro, respeitado o escalonamento previsto na Lei n. 10.842/2004, que remeteu para 2006 o provimento de 31 vagas de Analista Judiciário e de 31 vagas de Técnico Judiciário.

A esses servidores foi oferecido, imediatamente após a posse, treinamento básico de 40 horas com o objetivo de prepará-los para o desempenho das suas atribuições nos cartórios eleitorais.

As ações voltadas à qualidade de vida no trabalho tiveram continuidade – por meio do programa de ginástica laboral, com aulas diárias de 15 minutos em sete unidades da Casa – tendo como objetivo principal a prevenção de doenças osteomusculares, pela minimização dos impactos do sedentarismo, e promovendo maior integração entre os servidores, a melhoria do bem estar e a diminuição do estresse.

Em complementação a esse programa, foi criada na Intranet uma página específica sobre qualidade de vida no trabalho, para divulgação de artigos abordando temas como Ansiedade, Depressão, Ergonomia, LER e DORT, entre outros.

As ações de capacitação levadas a efeito nesse exercício procuraram dar cumprimento ao Plano Anual de Capacitação – 2005, tendo sido priorizados os servidores com direito a movimentação funcional no decorrer do ano, em atendimento ao disposto na Resolução TRESP n. 7.391, de 12 de maio de 2004, que instituiu a Política de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, e na Resolução TSE n. 21.251, de 15 de outubro de 2002, que dispõe sobre o desenvolvimento, na carreira, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo dos Tribunais Eleitorais.

A esses e aos demais servidores foram ofertados os treinamentos solicitados no Levantamento de Necessidades de Capacitação 2005, condicionada sua participação à disponibilidade orçamentária e à autorização da Direção-Geral.

Serão detalhadas, a seguir, as principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos no exercício de 2005, implementadas pela Seção de Planejamento e Treinamento e pela Seção de Recrutamento, Seleção e Avaliação Funcional.

3.4.1 Seção de Recrutamento, Seleção e Avaliação Funcional

a. Admissão e desligamento de servidores concursados

Foram nomeados, em virtude de aprovação em concurso público realizado neste ano, 147 novos servidores: 72 Analistas Judiciários e 75 Técnicos Judiciários.

Para exercer atividades na sede do Tribunal foram nomeados 3 servidores para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária; 1 para o cargo de Analista Judiciário – Área Administrativa; 2 para o cargo de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado Análise de Sistemas; e 10 para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa.

Para ter exercício nos cartórios eleitorais, foram nomeados 66 servidores para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária; e 65 para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa.

Solicitaram vacância 2 servidores pelo fato de terem assumido como Analistas Judiciários neste Tribunal, e foram exonerados, a pedido, 2 servidores. Desistiram de assumir 4 candidatos.

b. Estágio Probatório

Com base na Resolução TRE-SC n. 7.332/2003, que dispõe sobre a avaliação do desempenho durante o período de estágio probatório dos servidores do Quadro de Pessoal desta Casa, foram avaliados 6 servidores.

Ainda, adquiriram estabilidade 9 servidores.

c. Acompanhamento e Avaliação Funcional

A Presidência da Casa, com base na Resolução TSE n. 21.251/2002, que dispõe sobre o desenvolvimento, nas carreiras, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo dos Tribunais Eleitorais, concedeu progressão funcional a 13 servidores, todos com efeitos financeiros retroativos ao primeiro dia subsequente à data em que completaram o interstício.

d. Programa de Estágio

Em 2005, os procedimentos de seleção de estagiários, regulamentados pela Portaria P n. 401/2003, permaneceram suspensos (Portaria P n. 22, de 7 de janeiro de 2005, com efeitos até 31 de dezembro de 2005).

Naquele período, houve uma rotatividade grande de estagiários na Casa. Alguns, pela conclusão do estágio; outros, por conclusão do curso, intercâmbio no período de férias ou oportunidade de emprego. Foram desligados 33 estagiários e até dezembro de 2005 esta Casa contava com 45 estagiários.

e. Requisição de Servidores

Em 2005 foram requisitados 9 servidores. Desses, 4 assumiram suas funções na Secretaria deste Tribunal e 2 encontram-se lotados nas zonas eleitorais desta circunscrição. Há três pedidos de requisição pendentes.

Procedeu-se, ainda, à solicitação de 21 prorrogações de requisição de servidores que prestam serviços nesta Justiça especializada, das quais 16 foram concedidas pelos respectivos órgãos de origem. Cinco foram indeferidas, sendo uma delas transformada em exercício provisório.

3.4.2 Seção de Planejamento e Treinamento

Foram organizados, nesse período, os seguintes cursos/eventos internos (organizados pela CDRH, realizados ou não nas dependências do TRES, ministrados por instrutores internos ou por terceiros contratados, e destinados à habilitação, à atualização ou ao aperfeiçoamento dos servidores): Adobe Page Maker – versão 6.5 (9 servidores); Concessão de Aposentadoria, Pensão e todos os Cálculos de Proventos e Demais Benefícios do Servidor Público – Atualizados (13 servidores); Curso Prático de Legislação de Pessoal – Atualização do RJU e Lei n. 8.112 (23 servidores); Ciclo Integral da Contratação Pública (21 servidores); Protocolo e Cerimonial (9 servidores); Atualização em Língua Portuguesa – Módulo I (26 servidores); Atualização em Língua Portuguesa – Módulo II (28 servidores); Atualização em Processo Penal (19 servidores).

Foram realizados, também, eventos internos voltados especificamente à preparação do Referendo 2005: Treinamento dirigido aos Chefes de Cartório Eleitoral (147 participantes); XIII Encontro de Juizes Eleitorais (93 participantes); Treinamento dos Gerentes Regionais (40 participantes).

Além disso, foi providenciada a participação de servidores em cursos/eventos externos (organizados por pessoa física ou jurídica especialmente contratada para esse fim, destinados à habilitação, à atualização ou ao aperfeiçoamento dos servidores), a saber:

Introdução ao ArcGIS 9 (1 servidor); Gerenciamento de Conteúdo com Software Livre (2 servidores); Linux Administração de Sistemas (3 servidores); Linux Administração de Redes (2 servidores); Linux Implementação de Serviços (2 servidores); Seminário Nacional – Aspectos Polêmicos das Licitações e Contratos da Administração Pública (6 servidores); Licitações e Contratos Administrativos / Formação e Habilitação de Pregoeiros (1 servidor); Iluminação de Ambientes Residenciais e Comerciais (1 servidor); Gerenciamento de Obras (1 servidor); Gestão de Conteúdo WEB (5 servidores); Curso Integrado de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil

no Serviço Público sob a égide da LRF (2 servidores); Retenção de Impostos e Contribuições Sociais nas Contratações de Serviços (2 servidores); Gestão de Compras na Administração Pública (6 servidores); Programação em Java (3 servidores); Capacitação de RH na Adm. Pública com Ênfase em Liderança, Motivação e Desenvolvimento de Chefias (1 servidor); Licitação para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia (3 servidor); GEFIP / SEFIP (1 participante); Gerenciamento de Obras (1 servidor); Gestão de Auditoria em Planos Odontológicos (1 servidor); IV Congresso Brasileiro de Insuficiência Cardíaca (1 servidor); Academia do Java (1 servidor); VI Fórum Internacional de Software Livre (3 servidores); Grandes Temas de Direito Público – Seminário Sobre Licitações Públicas (5 servidores); Gestão de Atendimento ao Público (1 servidor); Desenvolvimento Gerencial (1 servidor); Primavera Enterprise Versão Básico (2 servidores); Curso Avançado de Iluminação (1 servidor); II Congresso Internacional de Especialidades Pediátricas (1 servidor); 8º Congresso Brasileiro em Clínica Médica e Medicina de Urgência (1 servidor); Técnicas de Audiência em Sindicância e Processo Disciplinar (4 servidores); II Jornada de Ergonomia na Escola Politécnica da USP (2 servidores); Programação e Execução Orçamentária, Financeira e Contábil no Serviço Público (1 servidor); PABX – Operação e Configuração (1 servidor); XXIV Painel de Biblioteconomia em Santa Catarina (2 servidores); 60º Congresso Brasileiro de Cardiologia (1 servidor); Recursos Administrativos e Competência em Matéria Licitatória (9 servidores); Seminário Pregão e Sistema de Registro de Preços (2 servidores); CPR – Contas a Pagar e a Receber Subsistema SIAFI (2 servidores); Seminário de Serviços Gerais – como estruturar e controlar visando otimização (1 servidor); Curso de Aposentadorias e Pensões no Serviço Público (5 servidores); Dreamweaver (1 servidor); XIX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo (7 servidores); Como licitar e fiscalizar os contratos de terceirização de serviços na Administração Pública (1 servidor); Atualização do RJU e Lei n. 8.112/90 (3 servidores); DBA10g1 Fundamentos 1 (1 servidor); Palestra: Viver melhor, conviver melhor, trabalhar melhor (7 servidores); I Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública (3 servidores); Planejamento e Gestão de Materiais e Almoxarifado na Administração Pública (4 servidores); Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça (1 servidor).

Foi também viabilizada pela CDRH a participação de servidores da Secretaria nos seguintes cursos/eventos promovidos pelo TSE:

Reunião do Grupo dos Sistemas de Totalização (1 servidor); Seminário da Justiça Eleitoral (4 servidores); Reunião dos Secretários de Informática da Justiça Eleitoral - Referendo e Eleições 2006 (2 servidores); Sistema de Prestação de Contas de Partidos Políticos – SPCP (2 servidores); Reunião com os Diretores-Gerais do TRE/PR e TSE (1 servidor); Encontro de Representantes do GT Proposta 2006 (1 servidor); Reunião com o Procurador-Geral da União e com o Diretor-Geral do TSE (1 servidor); Reunião com o Ministro Marco Aurélio Mello (2 servidores); Reunião no TSE (1 servidor); Testes do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária – SIGO (1 servidor); Reunião GT Proposta 2006 (1 servidor); Sistema Integrado de Gestão Orçamentária – SIGO – Orçamento (2 servidores); Curso para Uniformizar a

Elaboração de Projetos Básicos e Executivos (2 servidores); Sistema Integrado de Gestão Orçamentária – SIGO – Informática (1 servidor); Reunião do Grupo de Trabalho dos Sistemas de Candidatura e de Propaganda Eleitoral - GESCAPE (1 servidor); SIASG com Enfoque no Pregão Eletrônico (3 servidores); XXX Reunião do Colégio de Presidentes (3 servidores); Reunião dos Secretários de Orçamento e Finanças da Justiça Eleitoral para Apresentação do SIGO (2 servidores); Reunião dos Grupos de Trabalho dos Sistemas de Urna Eletrônica e de Totalização (1 servidor); Testes de Homologação dos Sistemas de Outdoors e OutEx para o Referendo 2005 (1 servidor); Testes da 2ª Versão dos Sistemas de Urna Eletrônica e de Totalização (2 servidores); Encontro com Representantes das Corregedorias Regionais Eleitorais (1 servidor); Reunião com o Diretor-Geral do TSE (1 servidor); Encontro de Tecnologias de Planejamento de Eleições e Ensino a Distância (2 servidores); 2ª Reunião da Comissão de Programas do V SIJE (1 servidor); Eleições no Paraguai – acompanhamento como observadores (2 servidores); 7ª Reunião de Secretários de Orçamento e Finanças e de Administração da Justiça Eleitoral (2 servidores); Treinamento a Distância dos Sistemas OutEx e de Outdoors (5 servidores); Testes em Campo – Referendo 2005 (1 servidor); XII Reunião do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral (1 servidor); Reunião de Diretores-Gerais e Secretários de Informática (2 servidores); Sistemas das Urnas Eletrônicas – Treinamento à distância (2 servidores); Treinamento à distância dos Sistemas de Totalização para o Referendo (5 servidores); Reunião de Planejamento Estratégico das Secretarias de Recursos Humanos da Justiça Eleitoral (3 servidores); Reunião das Comissões de Suporte Técnico à Urna Eletrônica (2 servidores); Sistemas das Urnas Eletrônicas – Etapa presencial (2 servidores); Apresentação da Campanha de Esclarecimento ao Eleitor do Referendo 2005 (1 servidor); Encontro de Controle Interno da Justiça Eleitoral (1 servidor); Encontro das Áreas de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Justiça Eleitoral (3 servidores); Reunião GT Sistemas de Candidaturas e de Propaganda Eleitoral – GESCAPE (3 servidores); Reunião com Diretor-Geral do TSE (2 servidores); Instrução de Mesários para o Referendo 2005 – Treinamento de Multiplicadores (3 servidores); Reunião com a Diretoria Comercial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (1 servidor); Reunião do GT dos Sistemas de Candidaturas e de Propaganda Eleitoral – GESCAPE (1 servidor); Reunião com a Diretoria Comercial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (1 servidor); Reunião com a Corregedoria-Geral Eleitoral (1 servidor); Reuniões dos grupos SIGO e GT – Eleições 2006 (1 servidor); Aposentadorias e Pensões no Serviço Público – Principais Inovações – EMC 47/2005 / PEC Paralela (2 servidores); Reunião GT Proposta 2006 e GT – Eleições 2006 (2 servidores); II Seminário da Justiça Eleitoral (6 servidores); Reunião dos Diretores-Gerais da Justiça Eleitoral (1 servidor); 8ª Reunião de Secretários de Orçamento e Finanças e de Administração da Justiça Eleitoral (2 servidores); V Seminário de Informática da Justiça Eleitoral (7 servidores); Reunião dos Diretores-Gerais dos Tribunais Regionais Eleitorais de SC, PA, MA e GO (4 servidores); XIII Reunião do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral (3 servidores); II Reunião das Comissões de Conservação das Urnas Eletrônicas (2 servidores).

Merecem citação, ainda, os seguintes eventos: Reunião de Secretários de Orçamento e Finanças e de Administração da Justiça Eleitoral (28 e 29 de abril) e o Treinamento Básico para Servidores dos Cartórios Eleitorais (21 a 25 de novembro), dirigidos aos servidores que tomaram posse no dia 21 de novembro, com o objetivo de prepará-los para o desempenho das suas atribuições nos Cartórios Eleitorais.

4 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

À Secretaria de Administração e Orçamento compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades referentes à aquisição, guarda e distribuição de materiais, a comunicações, aos serviços gerais e à organização orçamentária e financeira, elaborando os respectivos planos de trabalho.

Dentre as relevantes realizações que se verificaram no ano de 2005, destacam-se:

- a. preparação da infra-estrutura de serviços e materiais com vistas à realização do Referendo.
- b. empenho de recursos orçamentários para a aquisição de imóveis para abrigar os cartórios de 11 zonas eleitorais, sediadas nos municípios de:
 - Joinville (19ª ZE, 76ª ZE, 95ª ZE e 96ª ZE);
 - Lages (21ª ZE, 93ª ZE e 104ª ZE);
 - Brusque (5ª ZE e 86ª ZE); e
 - Rio do Sul (26ª ZE e 102ª ZE).
- c. empenho de recursos orçamentários para a aquisição de edifício anexo ao Tribunal.

A demanda por espaço físico para as zonas eleitorais do Estado tem sido a tônica da questão imobiliária na Justiça Eleitoral catarinense.

Considerando a gravidade da questão – e sensível à situação em que se encontram as zonas eleitorais do Estado no que concerne à sua alocação –, este Tribunal desde o exercício de 2004 já gestiona, junto ao Tribunal

Superior Eleitoral, para que aquela egrégia Corte aprove política uniformizada de infra-estrutura imobiliária para todas as zonas eleitorais do País.

Concomitante ao encaminhamento da solução em nível nacional, iniciou este Tribunal a política de aquisição, a médio e longo prazo, de imóveis próprios para alocar todas as zonas eleitorais do Estado, tudo no intuito de antecipar-se ao prognóstico que dia a dia vem se confirmando de retomada dos imóveis cedidos para essa finalidade.

Assim, já desde 2004, este Tribunal definiu, como política administrativa para o enfrentamento da questão, o encaminhamento de pleitos orçamentários ao Tribunal Superior Eleitoral para suprir todas as zonas eleitorais com sede própria, iniciando seus pedidos por aquelas de pequeno porte, uma vez que o custo de aquisição ou construção é menor, o que indica maior probabilidade de êxito na obtenção dos créditos.

No exercício de 2005, este Tribunal desenvolveu intensos esforços para suprir as demandas emergenciais de instalações imobiliárias, estando já reconhecida a dispensa de licitação para a aquisição de imóveis para as zonas eleitorais de Joinville, Lages, Brusque e Rio do Sul e assegurados os recursos para a aquisição de sede própria para as zonas eleitorais de Concórdia, Joaçaba e Santo Amaro da Imperatriz, cujos procedimentos de aquisição e escolha de imóvel estão em tramitação.

Sublinhe-se que parte dos recursos que asseguraram a aquisição dos imóveis em comento originou-se do oferecimento, como fonte de recursos para obtenção de crédito especial, do montante de R\$ 2.146.000,00 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil reais), inicialmente disponibilizado a este Tribunal para edificação do depósito de urnas e do almoxarifado central em São José.

Tais recursos foram redirecionados em razão da inércia da Prefeitura Municipal de São José na instituição do plano diretor da área, impossibilitando a obtenção de aprovação dos projetos de construção.

A esse respeito, tem-se a convicção de que não poderia ser imputada a este Tribunal qualquer responsabilidade pela perda dos recursos, se assim ocorresse, visto que este órgão sofreu os reflexos de fatos alheios à sua vontade.

Contudo, notória a grande dificuldade que permeia a obtenção dessa natureza de recursos orçamentários, quer pelo Tribunal Superior Eleitoral junto à Secretaria de Orçamento e Finanças do Poder Executivo, quer pelo TRE junto ao Tribunal Superior, puderam os recursos – com a aquiescência da Corte Superior – viabilizar o suprimento de demandas emergenciais da Justiça Eleitoral, também de natureza imobiliária, bem como da ampliação do edifício sede desta Corte.

Ressalte-se, aqui, que foram destinados a este Tribunal recursos em montante muito superior àqueles inicialmente destinados para São José, totalizando os recursos obtidos para suprir demandas imobiliárias o valor de R\$ 4.760.000,00 (quatro milhões, setecentos e sessenta mil reais), implicando a medida, ao final, no incremento de 121,8% da dotação orçamentária inicialmente destinada.

As aquisições dos imóveis para zonas eleitorais, em fase de conclusão na Gerência Regional do Patrimônio da União, recaíram sobre aqueles indicados pelos Juízes Eleitorais.

No que se refere à ampliação da sede deste Tribunal, é de ressaltar-se que o edifício sobre o qual recaiu a escolha da administração se localiza exatamente ao lado desta Corte, na Rua Esteves Júnior, n. 80. A proximidade facilitará a instalação das unidades cujo espaço físico hoje é restrito, situação agravada pela previsão concreta de – em futuro muito próximo – ver-se ampliado o número de servidores, haja vista a criação de novos cargos efetivos, cujo provimento evidenciará ainda mais a necessidade de ampliação da capacidade atualmente existente.

Trata-se de imóvel de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, com área de 1.990,89m², dividida em seis pavimentos, avaliado pela Caixa Econômica Federal em R\$ 2.149.800,00 (dois milhões, cento e quarenta e nove mil e oitocentos reais).

Em razão da necessidade de adequação do citado imóvel às necessidades específicas desta Corte, foram processadas licitações com vistas à contratação de projetos arquitetônicos e complementares, bem como fiscalização da sua execução; aquisição de piso vinílico; compra de portas e ferragens; compra de louças e metais e, ainda, aquisição de pastilhas para revestimento do edifício.

- d. conclusão da adequação estrutural e mobiliária da sala de sessões deste Tribunal, reformulada com a implantação de modernos mecanismos de automação, que permite a comunicação eletrônica simultânea entre os membros do Colegiado, assim como destes com sua Assessoria, bem como a consulta *on-line* de todo o aparato jurídico necessário ao julgamento de processos (legislação, doutrina e jurisprudência), otimizando a prestação jurisdicional;
- e. atendendo às necessidades, há muito existentes, da Justiça Eleitoral de primeiro grau, foi realizada a entrega de mobiliário a todas as zonas eleitorais do Estado, dotando-as de melhores condições para o atendimento aos eleitores e de ambiente de infra-estrutura mais propício às próximas eleições;
- f. foi implementado o Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre este Tribunal e os Tribunais Regionais Eleitorais do Paraná e do Rio Grande do

Sul, com vistas ao gerenciamento de contratações comuns, resultando no planejamento e na padronização das contratações, de forma a otimizar os seus resultados, reduzir os custos operacionais e ampliar a economia de escala, sempre por meio de pregões processados eletronicamente;

g. de maior impacto interno, podem ser destacadas as seguintes contratações:

- execução de obra de adequação do ático do edifício-sede, de forma a ampliar os espaços úteis para viabilizar a prestação futura de serviços de alimentação aos servidores;
- execução de obra de adequação dos setores de protocolo, expedição, transporte e manutenção, de forma a otimizar a execução de tais serviços;
- atualização do projeto de detecção de incêndio e alarme, cuja execução está prevista para o exercício de 2006;
- aquisição de equipamentos e sistemas com vistas à segurança do edifício-sede, viabilizando a implementação de controle de acesso, inclusive de detecção de metais;
- substituição de todo o piso dos andares de garagem S1 e S2 e das escadas internas por outro de maior durabilidade e fácil manutenção.

4.2 COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (COF)

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades desenvolvidas pelas Seções de Programação e Execução Orçamentária e Financeira, elaborando os respectivos planos de trabalho.

Aliada à atividade rotineira desta Coordenadoria, realizou-se:

- registro de 4.310 ordens bancárias;
- registro de 1.588 notas de empenho;
- registro de 804 notas de lançamento;
- registro de 1.393 DARFs (Documento de Arrecadação Financeira);
- registro de 351 GPSs (Guias de Recolhimento da Previdência Social);
- registro de 102 notas de programação financeira;
- registro de 72 listas de credores;

- registro de 168 pré-empenhos;
- registro de 163 notas de dotação;
- registro de 4.304 notas de sistema;
- registro da conformidade diária e documental;
- registro de contratos no SIAFI;
- formalização de 1.767 procedimentos de pagamento;
- retenção de Imposto sobre Serviços (ISS) da PMF;
- informações de disponibilidade orçamentária nos processos licitatórios e nas aquisições diretas;
- elaboração de planilhas das despesas mensalmente executadas;
- encaminhamento de selos postais às zonas eleitorais;
- alterações do QDD (Quadro de Detalhamento de Despesa);
- registro no SIPES da despesa mensal com pessoal;
- registro no sistema SIDOR da proposta orçamentária anual;
- retenção dos impostos contemplados na Lei n. 9.430/1996 e o respectivo recolhimento à União;
- informação a cada trimestre do valor da retenção do ISS e do respectivo recolhimento às prefeituras;
- conferência de todos os lançamentos efetuados no SIAFI do dia anterior, para posterior registro da conformidade diária e documental;
- verificação da validade da documentação dos fornecedores a cada pagamento, conforme a Decisão TCU n. 705/1994;
- controle do saldo financeiro por fonte de recursos;
- acompanhamento da execução orçamentária dos respectivos programas de trabalho;
- classificação contábil das despesas;
- classificação dos gastos nos respectivos elementos de despesa de cada programa de trabalho;
- levantamento das necessidades financeiras para o registro mensal da programação financeira;

- registro, controle e prestação de contas de convênios; e
- cobrança de inúmeras multas (atraso na execução de objeto contratual ou inexecução parcial) de fornecedores de bens e de serviços, referentes aos contratos celebrados pela Secretaria de Administração e Orçamento.

a. Da execução orçamentária e recursos financeiros

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União (1º.1.2005 até 31.12.2005), suas suplementações e provisões constituíram o montante de R\$ 69.442.009,74 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, nove reais e setenta e quatro centavos). Por conta desses créditos foram empenhadas e realizadas despesas no montante de R\$ 65.701.560,41 (sessenta e cinco milhões, setecentos e um mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e um centavos).

Foram recebidas, durante o exercício de 2005, provisões no valor de R\$ 4.028.510,74 (quatro milhões, vinte e oito mil, quinhentos e dez reais e setenta e quatro centavos) e concedidas provisões no valor de R\$ 11.621,86 (onze mil, seiscentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos), sendo que R\$ 7.267,86 (sete mil, duzentos e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos) foram concedidos ao TSE para o pagamento de serviços telefônicos contratados para este Tribunal e R\$ 4.354,00 (quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais) descentralizados ao TER-PR para atender ao pagamento de material adquirido para o TRESA.

Ficou inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 5.912.873,89 (cinco milhões, novecentos e doze mil, oitocentos e setenta e três reais e oitenta e nove centavos).

Os recursos financeiros colocados à disposição da unidade, para atender aos pagamentos das despesas programadas foram movimentados por meio da Conta Única do Tesouro Nacional, de acordo com a legislação vigente. As operações ocorridas foram as seguintes: ingressos = saldo do exercício anterior, sub-repasses recebidos; dispêndios = despesas realizadas e saldo existente na unidade gestora.

b. Da proposta orçamentária

Procedeu-se à elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2006, solicitando-se as importâncias para suprir as despesas a seguir arroladas:

- pessoal e encargos sociais (pagamento de vencimentos, vantagens fixas e gratificações em geral; despesas com concessão de melhorias funcionais; despesas com concessão de gratificações adicionais; despesas com

preenchimento de cargos vagos em virtude de aposentadoria; encargos com inativos e pensionistas; substituições; despesas de exercícios anteriores, etc.);

- outras despesas correntes de capital, tais como:
 - diárias: atendimento de despesas com diárias a servidores para deslocamento ao interior do Estado de Santa Catarina e no Território Nacional;
 - material de consumo: reposição de estoques para manutenção do TRESA e das zonas eleitorais do Estado, além de combustíveis/lubrificantes e suprimentos em geral;
 - passagens e despesas com locomoção: atendimento de despesas com deslocamento e participação de servidores em congressos e eventos relacionados com informática e dos chefes de cartório das zonas eleitorais do Interior, para participação em treinamentos no TRESA;
 - outros serviços de terceiros: despesas contratuais de manutenção, tais como, contratos de limpeza e vigilância do prédio sede do TRESA e das zonas eleitorais da Capital; aluguel de máquinas fotocopiadoras; serviços de energia elétrica, telefone, água e esgoto; aluguel de imóvel para acomodação de zona eleitoral; contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para fornecimento de selos postais e prestação de serviços (Sedex); serviços de transporte de encomendas e cargas; manutenção dos equipamentos de informática; aquisição de *softwares* e demais serviços necessários à manutenção das atividades desenvolvidas por este Tribunal;
 - benefícios: auxílio pré-escolar; auxílio-refeição/alimentação; auxílio concessão vale-transporte; ressarcimento de despesas médicas e odontológicas;
 - despesas eventuais: assinaturas de periódicos e anuidades; serviços gráficos, cópia e encadernação de folhetos e revistas, despesas miúdas e de pronto pagamento, taxas municipais (IPTU), reparo e conservação de bens imóveis; serviços de divulgação de processamento de dados;
 - equipamentos e materiais permanentes: aquisição de mobiliário em geral; aquisição de periódicos, *modems*, microcomputadores, *winchesters*, impressoras, estabilizadores, veículos utilitários e aparelhos de ar condicionado;
 - projetos de construção e aquisição: aquisição de imóveis para os cartórios eleitorais de Araranguá, Laguna, Tangará, Urubici, Imaruí, Gaspar, São Domingos, Quilombo, Anchieta e Cunha Porã e a elaboração de projeto básico e executivo dos cartórios eleitorais de São José;
- foi elaborada, também, a proposta orçamentária para as Eleições 2006, e solicitado valores necessários ao custeio do referido pleito, decorrentes do pagamento de diárias, passagens, adicionais de deslocamento, serviços extraordinários, prestação de serviços e aquisição de materiais de consumo.

c. Dos créditos adicionais

Este Tribunal solicitou e recebeu suplementação orçamentária, para o pagamento de pessoal, no valor de R\$ 3.087.644,00 (três milhões, oitenta e sete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), sendo R\$ 2.387.644,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais) destinados ao pagamento de Pessoal Ativo, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o recolhimento de Obrigações Patronais decorrente do pagamento de Pessoal Ativo e R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para o pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas Cíveis.

Da suplementação recebida para o pagamento de Pessoal Ativo, o valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) foi utilizado para o pagamento da URV devida aos chefes de cartório.

Este Tribunal recebeu provisão adicional, na Ação de Pleitos Eleitorais, no valor de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), para o pagamento dos valores decorrentes da mudança do cálculo do serviço extraordinário, referente ao período de setembro de 1999 a julho de 2004.

Foi obtido, ainda, crédito adicional especial para a aquisição do imóvel anexo à sede deste Tribunal e de imóveis para a instalação de cartórios eleitorais, conforme abaixo se verifica, em montante bastante expressivo, que totaliza R\$ 4.760.000,00 (quatro milhões, setecentos e sessenta mil reais):

- Anexo do Edifício sede do TRESC, no valor de R\$ 2.500.000,00;
- Cartórios Eleitorais de Concórdia, no valor de R\$ 400.000,00;
- Cartórios Eleitorais de Joaçaba, no valor de R\$ 210.000,00;
- Cartórios Eleitorais de Joinville, no valor de R\$ 660.000,00;
- Cartórios Eleitorais de Lages, no valor de R\$ 250.000,00;
- Cartórios Eleitorais de Rio do Sul, no valor de R\$ 300.000,00;
- Cartório Eleitoral de Santo Amaro da Imperatriz, no valor de R\$ 175.000,00 e
- Cartórios Eleitorais de Brusque, no valor de R\$ 265.000,00.

4.3 COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (CMP)

A Coordenadoria de Material e Patrimônio compete a contratação de serviços, a aquisição, a guarda, a distribuição e o controle dos bens permanentes e de consumo utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral e pelas zonas eleitorais.

No exercício de 2005 foram autuados, na CMP, 461 procedimentos, tendo sido instauradas 76 licitações (74 na modalidade pregão e 2 na de tomada de preços).

Foram celebrados 129 contratos, 153 termos aditivos e 15 convênios.

Destaque-se a instauração, sob o gerenciamento deste Tribunal, de quatro licitações conjuntas com os demais Tribunais Eleitorais da Região Sul, em decorrência de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre os Regionais do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em junho de 2005, dois para a aquisição de materiais para utilização no Referendo realizado no mês de outubro, e dois para registro de preços (de suprimentos de informática e de cadeiras).

A Coordenadoria promoveu a aquisição, entre outros produtos, de: equipamentos e suprimentos de informática, mobiliários diversos, materiais de expediente, materiais elétricos, *softwares*, materiais de copa e higienização, aparelhos eletro-eletrônicos e de telecomunicações, livros e periódicos, equipamentos de áudio e vídeo, materiais médicos e odontológicos, desumidificadores, sistema de monitoramento de imagens, condicionadores de ar do tipo split e equipamentos, bem como licenças para controle de acesso.

Contratou-se a execução de inúmeros serviços, dentre os quais: confecção da Resenha Eleitoral e do Ementário de Jurisprudência; fornecimento de combustíveis; seguro dos veículos de propriedade do TRESC; prestação de serviços terceirizados (para o edifício-sede, cartórios eleitorais da Capital, almoxarifado e depósito de urnas), tais como, limpeza, higienização e conservação, copeiragem, ascensorista, telefonista, recepcionista, motorista, operador de som, operador de máquinas reprográficas e supervisão; elaboração de projeto executivo para a fixação de pedras em granito e execução do referido serviço; movimentação, embalagem e desembalagem de urnas eletrônicas; construção de dois sanitários no primeiro subsolo do edifício-sede; reforma do ático do edifício-sede; serviços de preparação e pintura de piso com revestimento de alto desempenho nas escadas enclausuradas e nas garagens dos Subsolos 1 e 2 do edifício-sede; manutenção de veículos; manutenção de máquinas reprográficas; manutenção de aparelhos condicionadores de ar; seguro para o prédio-sede e para as zonas eleitorais da Capital; manutenção do software ASI (controle de patrimônio e

almoxarifado); transporte terrestre de materiais; conservação e assistência técnica em elevadores; veiculação de publicações legais; treinamentos diversos; geoprocessamento para a elaboração de Sistema de Informações Geográficas Eleitoral (SIG).

Considerando a aquisição do imóvel localizado ao lado do edifício-sede deste Tribunal, cujos trâmites encontram-se em fase de conclusão, foram instaurados processos licitatórios para: elaboração de projetos arquitetônicos e complementares, fiscalização da sua execução, aquisição de piso vinílico, compra de portas e ferragens, compra de louças e metais e aquisição de pastilhas para revestimento do edifício.

Foram adquiridos, também, todos os materiais, assim como contratados todos os serviços necessários à realização do Referendo efetuado no mês de outubro, dentre os quais mencionam-se: impressos, suprimentos de informática, contratação de técnicos para manutenção das urnas eletrônicas, entrega das convocações eleitorais, distribuição e coleta de urnas eletrônicas e materiais para a votação, locação de linhas telefônicas fixas e de aparelhos telefônicos e locação de aparelhos celulares.

Registre-se, ainda, a remessa de 1.715 volumes às zonas eleitorais, incluindo todo o material utilizado no Referendo e o tombamento de 3.649 bens patrimoniais, bem como a execução da conferência física dos bens patrimoniais de propriedade do TRESA, distribuídos em todas as unidades do Tribunal e nos cartórios eleitorais.

4.4 COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO (CAA)

A Coordenadoria de Apoio Administrativo buscou, no ano de 2005, oferecer o suporte para que as demais unidades, cartórios eleitorais e o público externo pudessem ter a logística e conforto suficientes para a satisfação de suas necessidades.

Foi a unidade responsável pela manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis da Justiça Eleitoral catarinense.

Na realização do Referendo, destaca-se a adequação de todos os locais utilizados pelos servidores e eleitores durante o pleito (locais de votação, armazenamento de urnas, centrais de suporte, locais de transmissão e totalização, serviço 148, etc.), além de todo o apoio administrativo necessário para satisfazer as necessidades das unidades do TRESA (telefonia móvel e fixa, locação de carros, serviços de expedição e de reprografia, fornecimento de alimentação, etc.).

É importante registrar, também, que foram realizadas diversas alterações na estrutura física do prédio-sede. Salienta-se a alteração e a modernização da Sala de Sessões, obra que visou propiciar um *lay-out* com o devido conforto e praticidade, tendo como seu grande diferencial a instalação da Sessão Virtual, com equipamentos de informática e projetores de multimídia de última geração. Destaca-se, também, a contratação do controle de acesso e ponto e os projetos de detecção de incêndio e alarme, bem como a instalação de uma porta detectora de metais na Sala de Sessões e a contratação de uma ampla reforma no ático do prédio-sede.

No exercício de 2005, este Tribunal desenvolveu intensos esforços para suprir as demandas emergenciais por instalações imobiliárias, estando já reconhecida a dispensa de licitação para aquisição de um anexo para este prédio-sede (edifício situado à Rua Esteves Junior, n. 80, no Centro desta Capital). Nesse sentido, considerando a necessidade de realizar reformas para adequação do imóvel às unidades que lá serão alocadas, a Coordenadoria de Apoio Administrativo elaborou e encaminhou diversos projetos visando a execução das benfeitorias necessárias.

A Seção de Administração do Edifício, com o apoio da Supervisão de Projetos Especiais, da Supervisão de Manutenção Predial e de Equipamento e Móveis e da Supervisão de Suporte Administrativo, desenvolveu trabalhos e projetos objetivando modernizar e dar melhor conforto aos operadores da Justiça Eleitoral, controlando a execução dos serviços de manutenção predial, de equipamentos e de móveis, de projetos especiais, de acompanhamento e fiscalização de serviços terceirizados, de suporte administrativo, de transporte e expedição, de manutenção de veículos, de reprografia e encadernação, de limpeza e conservação e de segurança.

À Seção de Administração do Edifício cabe, também, controlar diversas outras atribuições, que visam harmonizar e maximizar esforços entre várias áreas para um perfeito atendimento logístico ao público interno e externo, tais como:

- acompanhamento e fiscalização, em conjunto com o serviço de vigilância e com o apoio do sistema de monitoramento, de todos os acessos efetuados às dependências do prédio-sede do TRESA, bem como a chegada e retirada de volumes, adotando, para tanto, todas as medidas de segurança necessárias;
- acompanhamento e fiscalização da execução de serviços contratados por este Tribunal, tais como: limpeza e conservação, vigilância, motoristas, copa, telefonia, recepcionistas, sonoplastia, manutenções preventivas e corretivas (predial, móveis e equipamentos), ascensoristas, jardinagem e reprografia;
- expedição e distribuição de correspondência – aproximadamente 17.000 itens no ano de 2005;

- manutenção de veículos – a Seção, visando a segurança dos servidores e a eficiência dos trabalhos, buscou oferecer um serviço de qualidade no atendimento às diversas unidades, estudando os itinerários para os traslados, sejam eles locais ou no Interior, em viagens aos diversos pontos do Estado, bem como a perfeita manutenção preventiva e corretiva dos veículos. Fez, também, controle de consumo de combustíveis, óleo lubrificante, pneus e outros suprimentos necessários para a manutenção da frota. Vale ainda ressaltar o auxílio técnico na elaboração dos projetos de aquisição de veículos da frota do TRESA e no gerenciamento de locação de veículos para atender às necessidades. Foram, aproximadamente, 240.000 km percorridos no ano de 2005 (veículos próprios e locados);
- execução de fotocópias, encadernações e plastificações de documentos, incluindo boa parte dos impressos do Referendo; e
- realização de despesa miúdas e de pronto pagamento por meio de suprimento de fundos.

Reforçando as iniciativas acima mencionadas, a Supervisão de Manutenção Predial e de Equipamentos e Móveis destacou-se por dar, com diversas atividades, o amparo técnico necessário a todas as unidades, desde soluções simples (troca de lâmpadas, aperto de maçanetas, instalação de aparelhos telefônicos, limpeza das caixas de água e cisternas, manutenção do sistema de extinção de incêndio, acompanhamento e fiscalização de todos os contratos que visam dar maior conforto ao público interno, tais como sistema de ar condicionado, serviços de elevadores, etc.) até operações que puderam resultar em um grande diferencial de qualidade e segurança para as rotinas e para a realização do Referendo.

Destacam-se, entre outros, alguns trabalhos realizados para melhoria permanente:

- elaboração de projeto para a aquisição de materiais para a finalização da modernização do sistema elétrico do prédio-sede, incluindo a troca do quadro-geral de disjuntores instalado no Subsolo 1 e a reestruturação elétrica das tomadas e quadro de distribuição da sala RISC;
- manutenção preventiva do transformador geral;
- reforma de diversos ambientes no edifício-sede e nos cartórios eleitorais;
- pintura do piso do pátio externo do edifício-sede, entre outros.

Com relação aos trabalhos para o Referendo, foram realizados:

- preparação e adequação de ambientes do edifício-sede (Laboratórios da SIE, suporte da SIE-QG, Serviço de Atendimento ao Eleitor – 148, Central de Divulgação e Central de Armazenamento de Urnas Eletrônicas –

CONAB). A preparação e a adequação passaram por operações como instalações elétricas, telefonia, pintura, alteração de *lay-out*, climatização e outros;

- acompanhamento das adequações dos mais de 4.000 locais de votação, além dos depósitos provisórios de urnas, locais de apuração e os postos de suporte;
- gerenciamento das instalações dos sistemas de telefonia (mais de 500 linhas telefônicas instaladas e, aproximadamente, 200 aparelhos celulares locados, além dos serviços 0800, 148 e do enlace digital instalado no edifício-sede);
- locação de um Grupo Gerador (equipamento que deu margem de segurança absoluta para que, se necessário fosse, se restabelecesse a condição normal de energia no prédio-sede no final de semana do Referendo).

A Supervisão de Projetos Especiais, dentro de suas atribuições específicas, desenvolveu estudos e projetos objetivando modernizar e dar maior conforto aos operadores da Justiça Eleitoral. O trabalho consistiu em elaborar projetos especiais (arquitetura, mobiliário, iluminação, paisagismo, etc.), projetos básicos para contratação de empresas especializadas, assim como fiscalizar as compras de móveis e outros materiais e a execução de obras e serviços contratados na área de atuação da Coordenadoria de Apoio Administrativo, tais como:

- fiscalização da obra de reforma do pavimento térreo, compreendendo a execução de projetos de obra civil (arquitetônico e hidrossanitário), elétrica e de iluminação – projetos que foram elaborados em 2004 e executados em 2005 –, incluindo a fiscalização do contrato de aquisição de cortinas, com acompanhamento da instalação, do contrato de restauro da obra de arte do pintor florianopolitano Hassis e acompanhamento dos trabalhos de instalação do novo sistema de vídeo;
- elaboração de projetos e fiscalização de contratos de aquisição de mobiliário para o edifício-sede e cartórios eleitorais, incluindo móveis para a portaria, Sala de Sessões, Sala do Conselho, Centro de Memória e saguão do térreo, entre outros;
- fiscalização do contrato e da execução da instalação da comunicação visual interna e externa do edifício-sede;
- fiscalização do contrato e da obra para conclusão da execução dos projetos de adequação dos *halls* do edifício-sede;
- fiscalização do contrato e coordenação dos projetos relativos ao Complexo da Justiça Eleitoral a ser construído na Angra de São José. Trabalho realizado com a empresa Bragália Arquitetos Ltda. e na Prefeitura/Câmara

- dos Vereadores daquele Município, com o acompanhamento do Projeto de Lei n. 74/2005 – Plano Diretor para a área onde está localizado o terreno;
- elaboração de novos *lay-outs* para diversos espaços do edifício-sede e dos cartórios eleitorais, bem como o acompanhamento da instalação do respectivo mobiliário;
 - elaboração de projeto básico para aquisição de adesivos de comunicação visual;
 - elaboração de *lay-out* e acompanhamento da instalação de mobiliário no salão de eventos do Hotel Majestic – Florianópolis, para o Encontro dos Secretários de Administração e Orçamento da Justiça Eleitoral;
 - elaboração de projeto básico e fiscalização do contrato de aquisição de rodapés para os andares-tipo do Tribunal;
 - fiscalização das garantias dos produtos, móveis e serviços solicitados pela Supervisão de Projetos Especiais, como, por exemplo, a troca dos pisos de fabricação FADEMAC, que apresentaram descoloração junto às janelas;
 - elaboração de projeto de adequação do Subsolo 1 para abrigar a Supervisão de Manutenção do Edifício e os Setores de Expedição e de Transporte, bem como o depósito de bens em desuso e sanitários;
 - elaboração de projeto de adequação do 4º pavimento para melhor atender a Seção de Protocolo;
 - elaboração de projeto básico para aquisição de produto antiderrapante para aplicação nos pisos de granito do térreo do edifício-sede, assim como a fiscalização do contrato;
 - elaboração de projeto e fiscalização de contrato para fabricação e instalação de porta de correr em vidro temperado para o 1º pavimento – CJD, para atender às necessidades de servidora portadora de necessidades especiais;
 - elaboração de estudos e de projeto básico para a contratação de empresa especializada para fabricar e instalar tablados removíveis na Sala de Sessões, para utilização em ocasiões solenes;
 - elaboração de projeto básico para contratação de laudo técnico sobre a fixação das pedras de granito da fachada do edifício-sede;
 - elaboração de projeto básico para contratação de empresa especializada para elaborar projeto e executar a obra de fixação das pedras de granito na fachada do edifício-sede;

- elaboração de projeto de troca de piso para as escadarias e subsolos de garagens do edifício-sede e de projeto básico para contratação de empresa especializada para executar obra de preparação do contrapiso e pintura dos pisos com tintas de alta resistência;
- elaboração de projeto arquitetônico, lumínico e de mobiliário para reformar o ático do edifício-sede, visando a ampliação definitiva do refeitório e, com a aplicação de pisos apropriados, facilitar a manutenção e limpeza daquela área;
- elaboração de projeto básico para contratação de empresa especializada para elaborar projetos de estrutura, de impermeabilização, hidráulico e elétrico, assim como executar a obra de reforma do ático do edifício-sede;
- elaboração de projeto básico e fiscalização dos serviços de empresa especializada para executar isolamento acústico entre os andares, nos locais próximos às janelas da frente e fundos do edifício-sede;
- elaboração de projeto básico e fiscalização de contrato com escritório de engenharia para atualização do projeto de alarme e detecção de incêndio para o edifício-sede;
- elaboração de projetos para aquisição de materiais a serem utilizados na reforma do edifício-anexo ao TRESA, bem como projeto básico para contratação de todos os projetos necessários para adequação do referido prédio; e
- elaboração de projeto para instalação de sanitários no depósito de urnas eletrônicas.

A Seção de Protocolo, por solicitação dos diversos setores deste Tribunal e do público externo, teve um importante papel no recebimento e na tramitação de documentos, principalmente no período do Referendo, bem como na guarda e indexação de documentos internos deste Tribunal (2.243 ofícios, 1.442 portarias e 30 ofícios-circulares). Além da movimentação física dos referidos documentos, estes ainda passaram pela delicada e técnica tarefa de registro no sistema SADP, possibilitando a qualquer usuário a pesquisa. Foram protocolizados 15.046 documentos, dos quais 7.499 foram inseridos no SADP e 7.547 registrados em sistema próprio (Access).

A Supervisão de Suporte Administrativo atuou no ano de 2005 nas seguintes atividades: reservas e emissões de passagens aéreas; controle e fiscalização do uso das linhas telefônicas instaladas nos cartórios eleitorais e no edifício-sede; elaboração de projetos básicos referentes às contratações de serviços e compras relacionadas à área de atuação da Coordenadoria; análise das propostas apresentadas nos processos de compra e contratação, bem como das minutas de editais e contratos; emissão de senhas para uso da central telefônica; recebimento e conferência das notas fiscais apresentadas para pagamento; acompanhamento das solicitações de contratação de serviços

e compras e controle da vigência dos contratos firmados por este Tribunal, relacionados à área de atuação da Coordenadoria.

O Setor de Suporte Administrativo às Zonas Eleitorais recebeu e encaminhou todas as solicitações dos cartórios eleitorais relativas aos serviços prestados pela Coordenadoria de Apoio Administrativo (utilização das linhas telefônicas e dos serviços da ECT segundo as disposições contratuais; habilitações, transferências e desligamentos de linhas telefônicas; solicitações de aquisição, instalação e consertos de móveis e equipamentos, exceto os de informática; solicitação de aquisição de materiais ou contratação de serviços por meio de suprimento de fundos; elaboração de projetos básicos referentes a contratação de serviços em geral; procedimentos relativos aos reparos necessários nos imóveis ocupados pelas zonas eleitorais; etc.), além de outros esclarecimentos necessários. Com o ingresso dos novos servidores nos cartórios e a locação de imóveis para abrigar algumas zonas eleitorais, observou-se um aumento considerável no serviço prestado pelo setor, como a manutenção e conservação desses prédios.

5 SECRETARIA DE INFORMÁTICA E ELEIÇÕES

No ano de 2005, a Secretaria de Informática e Eleições concentrou grande parte dos seus esforços no planejamento e na execução das atividades preparatórias ao Referendo 2005. Além disso, deu-se continuidade às atividades ordinárias, de manutenção dos serviços e de funcionamento da infra-estrutura de informática do TRESC.

Ainda, foram desenvolvidas diversas atividades visando ao aperfeiçoamento do parque computacional, tais como aquisição de novos equipamentos ou ampliação de suas capacidades, por meio do aumento de recursos de memória, discos rígidos, entre outros. Da mesma maneira, foram implementadas diversas melhorias nos serviços de suporte e de redes, além do desenvolvimento de novos sistemas e da ampliação dos serviços WEB, com a publicação de milhares de novas páginas.

Apresentam-se, a seguir, as diversas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Informática e Eleições durante o período, com destaque para as mais significativas e que envolveram parcela considerável dos recursos humanos da Secretaria.

5.1 SEÇÃO DE CONTROLE DO CADASTRO ELEITORAL

Essa Seção gerencia o processamento dos dados do cadastro eleitoral do Estado, fazendo a ligação entre zonas eleitorais, TRE e TSE nas questões técnicas relativas à alimentação do Sistema de Alistamento Eleitoral (SAE). Além disso, controla a qualidade dos trabalhos fazendo o levantamento das necessidades operacionais dos cartórios eleitorais, ministrando treinamentos, propondo ritos e sugerindo novas ferramentas para aprimoramento dos trabalhos.

Cabe, ainda, à Seção gerenciar os eventos sazonais ou excepcionais que envolvam o SAE, providenciando rotinas especiais, instruções para os cartórios e controles específicos.

Em 2005, além das atividades de praxe, merecem destaque as tarefas relacionadas abaixo.

a. Emissão de multas no Sistema Elo

A partir de janeiro, os cartórios começaram a emitir multas eleitorais e a registrar o seu pagamento com a Guia de Recolhimento da União (GRU), por meio de funcionalidade implementada no Sistema Elo. Foi a Seção de Controle do Cadastro Eleitoral que transmitiu aos cartórios as orientações sobre os procedimentos técnicos de emissão dessas guias e o registro de pagamento, assumindo conseqüentemente o suporte nessas questões.

b. Recepção das listas de filiados

Anualmente, na segunda semana de abril e de outubro, os partidos políticos entregam a listagem com seus filiados nos cartórios eleitorais para processamento e registro no TSE (Lei n. 9.096, de 19.9.1995, art. 19).

À Seção, nos períodos mencionados, coube fornecer suporte aos cartórios quanto aos procedimentos técnicos envolvendo as operações concernentes a esses registros (fornecimento de listagens, recepção das listagens no sistema, acompanhamento do processamento).

Importante destacar que, a partir de outubro último, essas listas passaram a ser obrigatoriamente entregues em meio magnético, por meio de *software* colocado à disposição dos partidos pelo TSE (Resolução n. TSE 22.086/2005). Por conta dessa inovação, a Seção prestou também suporte técnico às agremiações que ainda não conheciam o referido aplicativo e tiveram dificuldades de adaptação.

c. Treinamento à distância do Sistema Elo

Desde 2003, quando as Centrais de Atendimento ao Eleitor foram implantadas (Resolução TRESC n. 7.353/2003), Santa Catarina realiza as principais operações no cadastro dos eleitores – inscrição, transferência, alteração da situação – pelo Sistema Título *On-line*.

Salvo algumas poucas exceções, no resto do Brasil tais operações são realizadas pelo Sistema Elo, desenvolvido pelo TSE. Desde sua implantação, o Elo vem, progressivamente, abarcando as mais diversas funcionalidades (registro das filiações partidárias, emissão de multas) e se impondo como ferramenta indispensável aos cartórios.

Tendo em vista essa política – adotada pelo TSE – de unificação das operações no cadastro eleitoral pelo “Elo”, a Seção iniciou a apresentação do sistema aos cartórios.

Não obstante fosse iminente a entrada de novos Servidores nas zonas eleitorais, em razão do último Concurso Público do TRESC, entendeu-se necessária a antecipação de tal iniciativa, dada a imprevisibilidade tanto da mudança no quadro funcional quanto da possibilidade de manutenção do Sistema Título *On-line*.

Assim, com a colaboração da Seção de Suporte em Informática, instalou-se módulo de treinamento do Sistema Elo em todas as zonas eleitorais e iniciou-se o desenvolvimento de exercícios práticos – produzidos, disponibilizados e supervisionados por aquela Seção – pelos servidores dos cartórios.

d. Data limite para inscrições e transferências de eleitores para o Referendo: implicações e planejamento

Em virtude do Referendo, foi estabelecido o dia 23 de julho como limite para as inscrições e transferências de eleitores que pretendessem exercer seu direito de voto (Resolução TSE n. 22.030/2005).

Nesse período, assim como nos anos em que o cadastro é fechado para essas operações, foi previsto grande fluxo de pessoas tendo em vista o encerramento do prazo para alistamentos e transferências, principalmente nos últimos dias, exigindo do setor acompanhamento especial às zonas eleitorais. Tal acompanhamento abrangeu:

- planejamento especial da preparação e envio de formulários de títulos, adequado à demanda excepcional;
- realização ordinária dos procedimentos de movimentação e junção de seções (DE-PARA), tendo em vista as transferências e mesmo os alistamentos;
- tratamento do Banco de Erros em todo o Estado, em conjunto com os cartórios, supervisionando-os e prestando-lhes suporte direto, e verificando, com o TSE, o processamento das novas inscrições até sua conclusão.

e. Referendo 2005

Para o Referendo, então, a equipe do cadastro envolveu-se diretamente com as gerências regionais, gerências operacionais e forças-tarefa, além de manter as atividades rotineiras, notadamente:

- o processamento ordinário de inscrições e transferências, já que os cartórios permaneceram atendendo essa demanda, não obstante tais operações fossem entrar no cadastro nacional somente após o Referendo, bem como o processamento das

segundas-vias de títulos, até 10 dias antes das eleições (art. 52 do Código Eleitoral);

recepção, conferência e envio às zonas eleitorais dos cadernos de votação, assim como a posterior supervisão do trabalho de conferência minuciosa realizada por cada cartório (eleitor por eleitor). Para essa atividade foi desenvolvido, em conjunto com a Seção de Intranet um formulário eletrônico para racionalização dos trabalhos.

- f. Atualização nas tabelas de municípios, de zonas eleitorais e de locais de votação

Logo após o Referendo, o TSE promoveu adaptação na tabela de municípios permitindo a acentuação de seus nomes. Conforme solicitação da Secretaria de Informática daquele órgão, a Seção de Controle do Cadastro Eleitoral produziu listagem dos municípios catarinenses com acentuação, realizando as consultas necessárias junto aos órgãos competentes para tanto. Agora, na correspondente tabela do cadastro nacional, os municípios estão com os nomes devidamente acentuados.

Outra atualização que se impôs foi a dos números de telefone das zonas eleitorais e dos locais de votação, por conta da inclusão do "3" nos números ordenada pela ANATEL. Dada a atual estrutura das tabelas de zonas eleitorais e locais de votação do cadastro nacional, a Seção teve que operar manualmente todas as alterações dos números.

- g. Arquivos de eleitores faltosos, arquivos de justificativas e arquivos de convocados: processamento

Totalizada a votação do Referendo, coube a essa Seção acompanhar o processamento dos arquivos, provenientes das urnas eletrônicas, relativos aos eleitores que faltaram ou justificaram o voto no dia 23 de outubro.

Em relação às seções eleitorais das quais não foi possível a obtenção desses dados a Seção de Controle do Cadastro Eleitoral emitiu orientação quanto aos procedimentos a adotar a fim de que o cadastro dos eleitores fosse devidamente atualizado (lançamento manual de FASEs 94 e 167), e supervisionou a atuação dos cartórios nesta tarefa. Após, restou o acompanhamento do processamento eletrônico desses arquivos pelo TSE.

Aqueles que são convocados pela Justiça Eleitoral para atuar como auxiliares têm essa informação assinalada em seu cadastro. Também a essa Seção coube supervisionar o processamento eletrônico desses dados, introduzidos pelos cartórios em sistema próprio desenvolvido pelo TRES (Sistema CONVOC).

- h. Apresentação da Seção de Controle de Cadastro Eleitoral aos novos Servidores

Em novembro de 2005 entraram em exercício nos cartórios eleitorais os novos Servidores. Para a apresentação da Justiça Eleitoral feita na ocasião, a Seção preparou e expôs, na medida do tempo disponível, os aspectos técnicos que envolvem o cadastro de eleitores e os sistemas que o operam.

5.2 SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DO PATRIMÔNIO DE INFORMÁTICA

A Seção de Administração e Controle do Patrimônio de Informática mantém atualizado o registro patrimonial dos equipamentos de informática, gerenciando seu armazenamento e sua distribuição, além de propor ampliações e atualizações do parque de informática do TRES.

Atualmente a Seção possui a seguinte estrutura funcional: 2 servidores efetivos e 8 técnicos contratados.

O parque de informática do TRES possui atualmente 22.679 equipamentos (incluindo as urnas eletrônicas). A tabela abaixo mostra a evolução da quantidade dos principais equipamentos nos últimos 5 anos.

Equipamentos	Dezembro 2000	Novembro 2005	Aumento
Urnas eletrônicas	14.342	17.321	2.979
Microcomputador 486	66	66	0
Microcomputador Pentium 100/200*	317	317	0
Microcomputador Pentium III/IV*	0	557	557
Microcomputador Notebook	11	27	16
Impressora Laser	26	311	285
Estabilizador de voltagem	319	790	471

* Considerando como um conjunto composto por: CPU, monitor, teclado e mouse

Cabe ainda ressaltar que com o crescente aumento no número de equipamentos também cresceu a sua variedade no âmbito da Secretaria. Com isso, o Serviço de Manutenção de Equipamentos tem tido um considerável aumento no volume de suas atividades, pois, devido ao acréscimo da demanda

de instalações de equipamentos, com eles ocorre um maior número de problemas, os quais demandam intervenção direta, tanto no que tange à solicitação de garantia quanto ao conserto dentro da seção.

A nominada Seção tem centralizado os pedidos de aquisição de equipamentos, assim como emite análises técnicas relativo a estas aquisições.

As principais atividades desenvolvidas pela Seção de Administração e Controle do Patrimônio de Informática podem ser divididas conforme os temas abaixo. Cabe ainda ressaltar que se repetem ao longo dos anos com algumas variantes:

a. Atividades específicas da Seção:

- abertura de 85 chamados e seu acompanhamento, para diversos equipamentos com garantia;
- remessa de aproximadamente 1.000 equipamentos às zonas eleitorais;
- recebimento de aproximadamente 700 equipamentos oriundos das zonas eleitorais;
- avaliação e catalogação dos equipamentos ociosos ou irrecuperáveis, e sua separação para futura doação. Entre os equipamentos relacionados encontram-se: microcomputadores, monitores, estabilizadores, impressoras *laser*, equipamentos tipo *no-break*, unidades gravadora de *superdisk*, teclados, etc.;
- conserto, no laboratório da Seção, de diversos equipamentos não cobertos por garantia, como: impressoras *laser*, microcomputadores e estabilizadores;
- instalação de laboratório específico para configuração dos microcomputadores remetidos às zonas eleitorais e aos setores do TRESA;
- pesquisa, análise e avaliação de propostas técnicas em processos licitatórios para aquisição de novos equipamentos, peças e materiais, necessários para o aperfeiçoamento do parque de informática da sede do TRE e dos cartórios eleitorais de Santa Catarina; e
- organização periódica do estoque de *hardware* e arquivamento dos documentos utilizados no setor.

b. Atividades conjuntas com a Seção de Suporte em Informática e com a Coordenadoria de Informática

Podem ser descritas as seguintes atividades realizadas no ano de 2005:

- atendimento direto de 1.153 chamados referentes a problemas de *hardware* dos equipamentos da sede do TRESA e 301 dos das zonas eleitorais, os quais, subdivididos em diversas áreas, ficaram assim distribuídos:

- microcomputadores: 436;
- impressoras: 256;
- alteração de *lay-out*: 392;
- modem: 20;
- outros periféricos: 264;
- auxílio nas atividades de configuração de equipamentos encaminhados às zonas eleitorais (exemplo preparação dos sistemas dos microcomputadores) e atendimento de chamados específicos da Seção de Suporte em Informática;
- levantamento, atualização e organização dos pontos de rede do edifício-sede do TRESA, utilizando o Sistema de Controle de Ponto de Rede;
- elaboração do projeto básico para a reforma do cabeamento do Subsolo 1, do 4º andar e do ático;
- acompanhamento da instalação do cabeamento no Subsolo 1, no 4º andar e ático do edifício-sede do TRESA;
- homologação de sistemas nos microcomputadores adquiridos.

c. Elaboração de pedidos de conserto e de aquisição de equipamentos e materiais:

Para cada aquisição ou solicitação de conserto faz-se necessária pesquisa de mercado para verificação dos modelos disponíveis e da existência de peças, bem como a avaliação do custo, levando em consideração a sua utilização por parte do TRESA.

Os itens já adquiridos estão listados abaixo:

- 8 *notebooks*, marca HP;
- 164 microcomputadores, marca IBM;
- 52 monitores LCD;
- aquisição 30 *hubs*;
- aquisição 50 modem externos de comunicação;
- 16 *no-break*;
- 1 *scanner* de alta resolução;
- 30 estabilizadores;
- 30 transformadores para impressora *laser*;
- 20 placas-mãe para microcomputador;
- 5 câmeras digitais;
- 150 desumificadores de papel;
- 2 switches.

Encontram-se ainda em fase de aquisição os itens relacionados a seguir:

- 8 microcomputadores notebook;
- 6 web cam;

- 8 switches;
- 1 servidor de rede;
- 30 no-breaks;
- 4 *scanner* de mesa;
- 3 impressoras tipo jato de tinta para impressão em mídias CD;
- 5 *Palmtops* tipo coletor de dados;
- 1 impressora para código de barras;
- 100 memórias do tipo SDRAM;
- 150 *driver* Combo CD/DVD;
- 1 equipamento para mapeamento de cabos UTP;
- 150 memórias tipo DDR SDRAM;
- 5 *Palmtop* do tipo agenda;
- 8 discos rígido Serial Ata;
- 2 unidades de fita DAT;
- 8 pentes de memória 1 GB DDR SDRAM;
- 9 impressoras *laser* multifuncional;
- 2 switches.

d. Outras atividades

Além das atividades acima, o setor esteve diretamente envolvido nas tarefas que seguem:

- foram recebidos, testados, conferidos, patrimonializados e armazenados 893 equipamentos oriundos de licitações do TSE;
- montagem e desmontagem da sala para divulgação dos resultados das eleições no TRESA, com a instalação de microcomputadores, projetores, impressoras, *hubs* e outros;
- montagem do laboratório de testes de *flash-cards*;
- montagem e desmontagem do laboratório para configuração dos microcomputadores remetidos às zonas eleitorais e aos setores do TRESA para uso nas eleições;
- auxílio nas atividades de cópia dos dados (*backup*) dos microcomputadores vindos das zonas eleitorais após a eleição;
- substituição/troca de equipamentos no TRESA e nas zonas eleitorais;
- preparação dos ambientes para treinamentos, reuniões, etc.;
- atuação de quatro técnicos como gerentes regionais nos pólos para o Referendo 2005;
- apoio ao setor de manutenção de urnas com relação às realocações e cessão de técnicos para auxílio nos testes e nas atividades relacionadas a esses equipamentos;
- planejamento e realização de viagem para manutenção preventiva de micros e impressoras de todas as zonas eleitorais do Estado.

5.3 COORDENADORIA DE INFORMÁTICA (CI)

a. Novos Sistemas e Manutenção Evolutiva:

- implantação da nova versão do Convoc, sistema de Convocação de Auxiliares da Justiça Eleitoral, atendendo às especificidades do Referendo;
- implantação do Módulo de Controle de Frequências das zonas eleitorais do Sistema Incorp2, que permite o controle de frequência de todos servidores dos cartórios via Intranet;
- implantação do Sistema de Controle de Estagiários (Allievo) para uso na CDRH;
- implantação de aplicativo Gerador de Arquivos para Declaração de Imposto e Contribuição Não Retenção (DICNR), utilizado pela COF e também por outros regionais;
- desenvolvimento do Breve – Sistema de Fluxo de Formulários, solução de Workflow genérica para automação de formulários eletrônicos, reduzindo, no prédio do Tribunal, o fluxo de documentos impressos (em avaliação);
- desenvolvimento de Módulo Web para o Falcon HelpDesk (em desenvolvimento);
- especificação preliminar de um Sistema de Acompanhamento Orçamentário;
- desenvolvimento de um Sistema de Gerenciamento de FAQ – base de conhecimento – para a Central de Suporte ao Referendo;
- análise e desenvolvimento do sistema Controle de Rotas de Urnas e Disquetes nas zonas eleitorais para o Referendo;
- projeto, análise e desenvolvimento do sistema Modernização do Cadastro Eleitoral;
- suporte a sistemas desenvolvidos por outros TRES em uso neste Tribunal: Sistemas de Condenados e Falecidos, Título *On-line*;
- manutenções evolutivas das aplicações web: Consulta Férias, Contracheque Eletrônico, Consulta ao Cadastro de Servidores;
- manutenção e suporte técnico dos sistemas corporativos SADP, SJUR, ITAR, SGRH, SAB–Biblioteca, Incorp, Almoxarifado e Patrimônio, Título *On-line*, Condenados e Falecidos, E-JUS;
- desenvolvimento dos seguintes Sistemas Web para auxílio na totalização dos resultados do Referendo:
 - acompanhamento do resumo da totalização;
 - acompanhamento do processamento do recebimento das seções;
 - acompanhamento do processamento do log de faltosos e justificativas;
 - acompanhamento do recebimento da tabela de correspondência para conferência nas zonas eleitorais;

- desenvolvimento do Gerador de Relatórios Web, permitindo a emissão padronizada de relatórios estatísticos e gerenciais dos novos sistemas *on-line*, com controle de acesso.
- b. Consultas, relatórios, web e portais de informação:
- consultas aos bancos de dados: geração de relatórios para uso interno do Tribunal e para usuários externos (partidos políticos, deputados, prefeituras, etc.), tais como: listagens de eleitores para execução de revisões e eleições na comunidade, listagens e estatísticas de filiados, listagens e estatísticas de transferências e alistamentos nos municípios e relatórios complementares aos sistemas de recursos humanos, almoxarifado e patrimônio;
 - estimativas de crescimento do eleitorado e processamento de RAE: incluindo a geração de gráficos produzidos próximo ao fechamento do cadastro para auxílio no acompanhamento da digitação nas zonas eleitorais;
 - concurso público n. 1/2005: site específico com *lay-out* diferenciado, oferecendo aos candidatos orientações, documentações, comunicados, compilação das perguntas mais frequentes, inteiro teor de documentos e outros materiais;
 - reunião de Secretários de Orçamento e Finanças e de Administração: portal com material da reunião, guia turístico e de hospedagem, agenda cultural, programação do evento e área para *download* de materiais (apresentações, software, projetos, etc.);
 - 60 anos da Justiça Eleitoral: portal temático para o referido evento, consolidando principalmente informações sobre o histórico da instituição, os agraciados e os prêmios;
 - índice temático das normas administrativas: em parceria com a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação da Secretaria Judiciária, foi criado um índice temático das normas administrativas deste Tribunal, também em estilo de portal, com conteúdo e *design* próprios;
 - notícias TRES: em conjunto com a Seção de Comunicação Social, foi idealizado o serviço Notícias TRES, com o objetivo de manter os servidores da Casa informados sobre as atividades de âmbito eleitoral e prover acesso *on-line* a jornais e associações de imprensa;
 - referendo: portal específico, na Intranet, que abrigou todas as notícias, instruções e materiais divididos em grupos de interesse, ajudando a filtrar o excesso de informação àqueles que não necessitavam de todo o conteúdo do portal. Além disso, foram disponibilizados diversos sistemas de apoio *on-line*, incluindo: controle da habilitação e instalação das linhas telefônicas fixas, atualização dos endereços dos locais de suporte e armazenamento de urnas, seleção dos técnicos de urna, avaliação dos recursos humanos, mesário voluntário, acompanhamento dos chamados abertos no suporte, ocorrências com as urnas eletrônicas, encerramento dos CPDs;

- central 148: dois sistemas distintos: portal informativo na Intranet suprimindo os atendentes com informações padronizadas visando a esclarecer as dúvidas dos eleitores que ligam para a Central, e sistema de registro de chamadas que gera uma estatística numérica *on-line* e gráficos da situação dos atendimentos classificados por assunto;
 - site da Intranet: reorganização do seu conteúdo para remover o excesso de links, principalmente das páginas Serviços, Eleições, Zonas Eleitorais e Legislação e Jurisprudência;
 - publicações *on-line*: em média, são realizados cinco atendimentos/dia perfazendo aproximadamente 100 atendimentos/mês. Os assuntos mais solicitados são: cronograma das sessões; pregões e publicações TRES no Diário da Justiça de Santa Catarina. Existem também as publicações programadas, onde se enquadram o inteiro teor dos Acórdãos e Resoluções e as estatísticas do eleitorado;
 - contato com o público externo: ocorrem de 7 a 10 atendimentos diários. O ano foi atípico devido ao concurso público e ao Referendo, o que provocou uma demanda quase que dobrada no volume de publicações e atendimentos no período de março a novembro. Dentre os pedidos destacam-se os seguintes temas: concurso público; dúvidas sobre o título de eleitor; justificativa eleitoral; filiação partidária e histórico de eleições.
- c. Atividades de suporte e manutenção da infra-estrutura:
- atendimento dos 5.530 chamados registrados, distribuídos entre sistemas corporativos, aplicativos, de zonas eleitorais e de *hardware*;
 - implantação de métodos alternativos de comunicação de dados, inclusive link paralelo de acesso à Internet em banda larga, conexão de computadores portáteis à Internet via serviço 1xRTT CDMA (Vivo ZAP) e ativação de conexões internas sem fio em eventos específicos;
 - atualização tecnológica dos equipamentos responsáveis pela autenticação de usuários e pelo armazenamento de arquivos corporativos;
 - suporte contínuo à infra-estrutura de rede, comunicação e bancos de dados;
 - instalação do antivírus Trend nas zonas eleitorais;
 - instalação do sistema de conexão nos equipamentos IBM nas zonas eleitorais com acesso discado;
 - pesquisa e desenvolvimento de soluções para implantação de ambiente Windows XP;
 - conversão dos dados e ativação de oitenta novos computadores Positivo na sede do TRES;
 - distribuição de guias rápidos sobre assuntos diversos (perfis de usuário, cópias de segurança, correio eletrônico, etc.);
 - intensificação dos métodos de prevenção e controle de vírus e spam;

- pesquisa e desenvolvimento de soluções, seguidos de apoio técnico e suporte para ativação de computadores HP e Procomp nas zonas eleitorais;
 - preparação e suporte ao início das atividades dos novos servidores lotados nas zonas eleitorais, incluindo criação de contas de acesso e configuração inicial dos diversos ambientes;
 - modernização dos sistemas de cópias de segurança e respectiva recuperação.
- d. Atividades de suporte ao Referendo e eleições suplementares:
- preparação e manutenção do laboratório estadual de sistemas eleitorais;
 - confecção, divulgação e suporte dos roteiros de instalação e atualização de sistemas eleitorais;
 - preparação do conteúdo e da duplicação de CDs de software e da documentação para os Gerentes Regionais e para os Gerentes Operacionais;
 - acompanhamento e suporte dos simulados e das atividades de CPD;
 - elaboração do material de apoio publicado na Intranet;
 - preparação de máquinas de reserva;
 - suporte técnico às atividades dos gerentes regionais e operacionais e à estrutura orgânica;
 - atividades relacionadas à força-tarefa de divulgação de resultados, incluindo divulgação local *on-line* e por relatórios, publicação via Intranet e Internet;
 - atividades de apoio técnico à força-tarefa de totalização, com a revisão de manuais, instalação e testes dos sistemas eleitorais do Referendo, preparação de materiais para simulado, bem como suporte especialista;
 - suporte às atividades de totalização nas eleições suplementares.
- e. Editoração:
- Relatório de Atividades da Direção-Geral de 2004;
 - Relatório de Gestão da Presidência de 2004;
 - preparação de apresentações de diversos setores para treinamento de novos servidores;
 - organograma do TRESC;
 - sessenta anos da Justiça Eleitoral: vinte e cinco banners 1,80m x 90cm contando a história da Justiça Eleitoral desde 1932 até os tempos atuais.
- f. Participação em Grupos Técnicos:
- participação no Grupo Técnico de Divulgação de Resultados do TSE;
 - análise de usabilidade da interface do módulo Divulga;
 - colaboração nas soluções de projeto para o modelo de divulgação simplificado;
 - participação na Avaliação Nacional do Referendo – Grupo

Divulgação.

g. Participação em eventos:

- participação no V SIJE (Seminário de Informática da Justiça Eleitoral), realizado em Curitiba/PR. Foram demonstrados dois projetos catarinenses:
- GIP – Gerenciador de Informações Partidárias;
- Falcon – Inventariante de Hardware e Software. Esse trabalho obteve o primeiro lugar entre os mais de oitenta trabalhos inscritos pelos TRES, sendo agraciado com a medalha “Mauro Hashioka” de Mérito Eleitoral;
- demonstração do projeto Urna Eletrônica do Futuro, na reunião do Colégio de Presidentes realizada em Macapá.

5.4 COORDENADORIA DE ELEIÇÕES (CEL)

a. Planejamento e acompanhamento do Referendo 2005

Foi produzido pela Seção de Planejamento e Acompanhamento das Eleições o planejamento das atividades para o Referendo 2005. Tal documento contempla a relação das atividades e as datas para sua execução, bem como as relações (predecessoras e sucessoras) entre elas, com o objetivo de guiar a execução, no tempo certo, de todas as atividades necessárias ao evento.

Foram cadastradas, destinadas à realização do Referendo, cerca de trezentas atividades (não incluídas as tarefas) das diversas áreas do Tribunal, consideradas, também, as atividades dos cartórios eleitorais.

Esse trabalho inicialmente passou por uma revisão das atividades anteriormente levantadas. Depois, procedeu-se ao acompanhamento da execução do planejado, tendo sido feitas atualizações semanais, subsidiadas por informações prestadas pelas diversas unidades da Secretaria deste Tribunal, até a conclusão do Projeto Referendo 2005.

b. Materiais para o Referendo 2005

Realizou-se o levantamento dos documentos, formulários e materiais necessários ao desempenho das atividades durante o processo eleitoral, destacadamente aquelas relacionadas aos cartórios eleitorais. Esses dados serviram de subsídio à instrução dos procedimentos licitatórios de aquisição dos referidos materiais.

Para tanto, elaborou-se relatório com, entre outras informações, a descrição dos documentos, formulários e materiais, a justificativa, a unidade de medida, a base de cálculo específica e o respectivo quantitativo final.

Ainda, produziram-se diretamente na Coordenadoria de Eleições diversos materiais eleitorais, como atas das mesas receptoras de votos e de justificativas, cartaz indicativo de seção, recibo de entrega de material do mesário, recibo de devolução de material, formulário de impugnação da identidade de eleitor, guias rápidos, etc.

No total, para o Referendo 2005, foram levantados 134 materiais – entre impressos, materiais de expediente e de informática – necessários à realização do evento.

c. Serviços para o Referendo 2005

Foi procedido ao levantamento dos serviços necessários à realização do Referendo 2005, dentre os quais destacaram-se:

- distribuição e coleta das urnas eletrônicas, disquetes e pastas de mesários;
- fornecimento de alimentação (na forma de kit refeição e kit lanche) aos mesários, escrutinadores e demais auxiliares da Justiça Eleitoral;
- locação de linhas telefônicas fixas para os locais onde foram instalados as centrais e os postos de suporte aos mesários.

d. Estudos elaborados na Coordenadoria

- Quantitativos de técnicos de urnas

Elaborados estudos, alterou-se a quantidade de técnicos de urna eletrônica por cartório eleitoral, levando-se em consideração, principalmente, a quantidade de seções eleitorais e de municípios integrantes da zona eleitoral, obtendo-se o número final de 427 técnicos de urna eletrônica.

- Quantitativo de mesas receptoras de justificativas (MRJ)

Foram realizados estudos tomando por base a quantidade de justificativas recebidas nas Eleições Municipais 2004, a fim de verificar o correto dimensionamento do número de mesas receptoras de justificativas, bem como da quantidade de urnas em cada uma delas, obtendo-se o número final de 119 MRJs e 209 urnas para o Referendo 2005.

e. Gerências regionais – Referendo 2005

Elaboração da logística de distribuição e alocação das dezoito macrorregiões que integram as Gerências Regionais, com sede em zonas eleitorais-pólo, tendo como modelo a estratégia utilizada para as Eleições Municipais 2004.

Nesse estudo foram atualizados os dados estatísticos (eleitores, seções e locais de votação), bem como os recursos humanos especializados (técnicos de urnas e turmas eleitorais).

f. Compilação dos dados relativos aos locais necessários ao Referendo, no âmbito das zonas eleitorais

Informados pelas zonas eleitorais, foram compilados os dados e elaborados os relatórios referentes aos locais que funcionaram em 2004, necessários à organização das eleições, destacando-se os relatórios referentes a:

- centrais e postos de suporte;
- locais de armazenamento de urnas eletrônicas; e
- locais de funcionamento das mesas receptoras de justificativas.

g. Logística de urnas eletrônicas

Considerando a necessidade de padronizar e organizar as várias etapas do processo eleitoral, a Coordenadoria de Eleições produziu os formulários de controle de geração de mídias, configuração de urnas, assim como etiquetas para disquetes, *flash-cards*, embalagens das urnas, pastas de mesários, entre outras.

Foram, ainda, idealizados – em conjunto com as zonas eleitorais e com a empresa Reunidas, contratada para prestar os serviços – os roteiros de distribuição das urnas eletrônicas para os locais de votação, bem como sua coleta para os locais de apuração, disponibilizando-se os diversos documentos correlatos para impressão nos cartórios eleitorais, por meio do sistema de rotas.

Registra-se a ampliação da bem sucedida operação de coleta de disquetes e do material dos mesários realizada nos municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Blumenau, Bombinhas, Cocal do Sul, Corupá, Criciúma, Florianópolis, Forquilha, Garuva, Governador Celso Ramos, Içara, Itajaí, Itapema, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Morro da Fumaça, Navegantes, Nova Veneza, Palhoça, Paulo Lopes, Porto Belo, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, São Pedro de Alcântara, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

Sistema de rotas

Nas Eleições Municipais 2004, a atividade de criação de rotas para a distribuição de urnas e posterior coleta de urnas e disquetes foi desempenhada de forma quase manual pela Coordenadoria de Eleições. Percebeu-se a necessidade de ser desenvolvido um sistema informatizado para realizar tal

tarefa, para ser utilizado pelas zonas eleitorais por meio de navegador web e com base de dados centralizada em servidor do Tribunal.

No início de 2005, foi elaborado e submetido à Secretaria de Informática e Eleições projeto traçando as diretrizes do sistema, sendo em seguida encaminhado à Coordenadoria de Informática, para desenvolvimento. O sistema contém as opções de criação de rotas de urnas ou disquetes para cada zona eleitoral, inclusão/alteração ou exclusão dos locais de votação das rotas, relatórios de controle a ser utilizados pelos cartórios eleitorais com a empresa contratada, além do controle de distribuição aos locais de votação na véspera, e entrega das urnas nos locais de apuração no dia do evento.

Cabe ressaltar que o sistema foi inscrito para ser apresentado no V SIJE (Seminário de Informática da Justiça Eleitoral), realizado no período de 9 a 11 de novembro, na cidade de Curitiba, ficando entre os 40 pré-classificados em um total de 86.

Com o seu uso, foi otimizada a atividade de elaboração dos roteiros, cuja inserção no banco de dados ficou a cargo das zonas eleitorais, cabendo à Coordenadoria de Eleições o seu gerenciamento.

Por meio do referido sistema foram cadastradas aproximadamente 800 rotas para atender aos mais de 4.000 locais de votação do Estado, cuja execução foi acompanhada em tempo real pela Coordenadoria de Eleições, mediante alimentação *on-line* pelas zonas eleitorais.

Quantificação e definição dos modelos das urnas eletrônicas por gerência regional/zona eleitoral

Considerando a quantidade de urnas eletrônicas disponíveis, decidiu-se pela utilização de apenas um modelo de urna eletrônica por gerência regional, o que facilitou as atividades de treinamento dos técnicos responsáveis pela sua manutenção, os quais foram capacitados na respectiva sede. A única exceção a essa regra ocorreu nas gerências regionais que utilizaram urnas modelo 1998, uma vez que estas não comportam o dispositivo de áudio para eleitores deficientes visuais. Nesses casos, foram remetidas urnas modelo 2000 ou 2004, pela sua semelhança com as modelo 1998 em razão de serem produzidas pelo mesmo fabricante.

Dessa forma, foram encaminhadas 14.546 urnas eletrônicas para as zonas eleitorais a fim de atender a 11.290 seções eleitorais, e 209 urnas destinadas ao recebimento de justificativas eleitorais, assegurando-se um percentual médio de 21% de urnas de contingência.

h. Relatório dos eleitores portadores de necessidades especiais

Foi elaborado relatório dos eleitores portadores de necessidades especiais constantes no cadastro eleitoral (FASE 396), separados por tipo de deficiência. A fim de mapear as respectivas seções e configurar as urnas eletrônicas com software especial equipado com áudio, foi dado destaque aos eleitores com deficiência visual.

O referido relatório foi complementado ainda com informações dos cartórios eleitorais dando conta da existência de outros eleitores com deficiência visual, cuja ocorrência não fora registrada no cadastro eleitoral, o que permitiu fossem ampliadas as facilidades.

i. Teste de flash-cards

Como medida preventiva, foram testados 16.128 *flash-cards* para uso no Referendo, nas próprias urnas eletrônicas. Detectaram-se 150 unidades com defeito. Tal procedimento foi executado pela Coordenadoria de Eleições, tendo sido determinante para minimizar os problemas com as referidas mídias durante o processo eleitoral.

Cabe destacar que o controle da movimentação dos *flash-cards*, do TRESA para os cartórios eleitorais e vice-versa, é feito pela Coordenadoria de Eleições.

j. Testes dos sistemas do Referendo 2005

Coube à Coordenadoria de Eleições dirigir as atividades de testes dos sistemas oficiais utilizados no Referendo 2005. Para tanto, foram constituídas duas forças-tarefas, uma responsável pelos sistemas de preparação e totalização e a outra pelos sistemas de urnas. Além da verificação de todas as rotinas, para operação de capacitação dos envolvidos, foram encaminhadas ao TSE as respectivas sugestões de melhorias, visando ao aprimoramento dos sistemas.

k. Totalização do Referendo 2005

Procedeu-se ao acompanhamento, na Central Totalizadora (que funcionou junto à Coordenadoria de Eleições), das transmissões dos boletins de urna encaminhados pelas zonas eleitorais, bem como das gerações de pendências e rejeições, além da totalização, no Estado, do resultado do Referendo 2005.

l. Gerentes operacionais

Foram realizados a seleção, a convocação e o treinamento de 85 gerentes operacionais, os quais foram alocados nas 82 sedes de zonas

eleitorais, tendo como funções preponderantes a coordenação e a supervisão das atividades de montagem do ambiente de apuração, de prestação de informações técnicas aos interessados, de atendimento das centrais de suporte aos mesários, de adequação e funcionamento das Centrais de Contingências e a transmissão dos boletins de urna provenientes das urnas eletrônicas.

m. Manutenção do cadastro de locais de votação do Estado

Esse cadastro soma hoje 4.061 locais de votação, com 13.711 seções eleitorais nos 293 municípios.

Trata-se de um cadastro com atualizações semanais, que comportam: inclusão, exclusão e alteração de dados cadastrais, além de remanejamento de seções, entre locais de votação, municípios ou zonas eleitorais. Tais procedimentos, solicitados pelos Juízes eleitorais, são finalizados por meio de processamento informatizado na Seção de Controle do Cadastro Eleitoral, após registro e minuciosa conferência naquela Coordenadoria, tendo sido realizadas mais de trezentas movimentações.

Ainda, foi realizado o trabalho de agregação de seções eleitorais, limitado a 600 eleitores por seção, com o intuito de reduzir o quantitativo de recursos humanos e de equipamentos envolvidos no processo eleitoral, obtendo-se uma diminuição de 2.379 seções eleitorais no Estado.

Como produto dessa manutenção foram gerados diversos relatórios estatísticos que são usados em muitas outras atividades da Secretaria do Tribunal e trazem significativa economia de recursos humanos (mesários), bem como dos custos com alimentação e transporte de urnas.

n. Novas eleições – Mafra/Ouro Verde

Em cumprimento a decisões do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, a Coordenadoria de Eleições organizou/atuou em novas eleições, nos municípios abaixo:

Mafra: realizada conforme a Resolução TRESA n. 7.436, de 7.12.2004, em cumprimento ao Acórdão TRESA n. 19.784, de 1º.12.2004. A totalização ocorreu na sede do cartório eleitoral, no Fórum do município de Mafra/SC, contando com aproximadamente 38.000 eleitores aptos distribuídos em 113 seções eleitorais, e quatro candidatos ao cargo de prefeito e quatro ao de vice-prefeito.

Ouro Verde: realizada conforme a Resolução TRESA n. 7.440, de 28.12.2004, em cumprimento à deliberação tomada na sessão extraordinária de 22.12.2004 (Ata n. 8.339). A totalização ocorreu no Colégio Estadual Celestino José do Nascimento, no município de Ouro Verde, pertencente à circunscrição da 71ª Zona Eleitoral, sediada no município de Abelardo Luz. A eleição contou com aproximadamente 1.700 eleitores aptos, distribuídos em

quatro seções eleitorais, tendo concorrido dois candidatos a prefeito e dois ao cargo de vice-prefeito.

o. Eleições da comunidade (não-oficiais)

A Resolução TRESA n. 7.010/1996 e a Resolução TSE n. 19.877/1997 proporcionam a entidades organizadas que prestem serviços à comunidade a cessão, assistida pela Justiça Eleitoral, de urnas eletrônicas e programas para utilização em eleições que visem à constituição de suas estruturas administrativas.

Ainda, para melhor instruir o correspondente pedido, esta Coordenadoria disponibilizou aos interessados o procedimento a ser adotado (www.tre-sc.gov.br/Eleicoes/urna_eletronica/eventos_da_comunidade), detalhando-o, desde o contato prévio com a Comissão Eleitoral da entidade, protocolização do pedido ao TRESA, recepção dos arquivos de eleitores e candidatos/chapas concorrentes, preparação dos dados e alimentação do sistema de configuração, geração de mídias, configuração das urnas eletrônicas, contatos com os cartórios eleitorais envolvidos, até a preparação e utilização do banco totalizador.

No ano de 2005 foram realizados dezesseis eventos dessa natureza, envolvendo 143.817 eleitores, conforme discriminação a seguir:

- 19.3.2005 – eleição dos membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados, Membros do Ministério Público e Profissionais do Direito Catarinenses (COOMARCA), gestão 2005/2006, realizada nas dependências da Associação dos Magistrados Catarinenses, sita na Rua dos Bambus, 116, Bairro Itacorubi, no município de Florianópolis/SC. O eleitorado apto era de aproximadamente 470 cooperados, tendo concorrido 6 candidatos;
- 31.3.2005 – eleição dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (CIPATR), gestão 2005/2007, da Divisão Florestal da RIGESA – Celulose, Papel e Embalagens Ltda., situada na Av. Rigesa, 2.929, Bairro João Paulo II, no Município de Três Barras, pertencente à circunscrição da 8ª Zona Eleitoral – Canoinhas/SC. Votaram aproximadamente 180 eleitores, de um total de 207, sendo que todos podiam ser votados;
- 27.4.2005 – eleição da diretoria do Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF) gestão 2005/2006 – entidade representativa dos estudantes do Curso de Graduação em Direito, do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC, realizada nas dependências da Universidade no campus do Bairro Trindade, município de Florianópolis/SC. Estavam aptos a votar cerca de 800 estudantes, dos quais compareceram mais de 400, tendo concorrido ao pleito duas chapas;

- 29.4.2005 – Eleição do Prefeito Mirim e dos Vereadores Mirins de Caçador para o período 2005/2007, dentre os alunos de 17 escolas municipais, estaduais e particulares sediadas no município. A totalização ocorreu no Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Médio Irmão Léo, situado na Rua Conselheiro Mafra, s/no, Centro, no Município de Caçador/SC. O eleitorado apto era de cerca de 8.000 estudantes, distribuídos em 27 seções, tendo comparecido quase 6.500. Concorreram ao pleito seis candidatos a prefeito e 113 a vereador;
- 10.6.2005 – eleição do diretor-presidente e do vice-diretor-presidente da Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), cargos acumulados, respectivamente, com os de reitor e de vice-reitor da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), para a gestão 2005/2009, realizada em seis locais situados em três municípios distintos, onde se localizam os campi da Unesc, em Criciúma, o Hospital Regional e o Magister, em Araranguá, e a FEBAVE de Orleans. A totalização ocorreu na sala 7 do bloco P, no *campus* da Unesc, no município de Criciúma/SC. Cerca de 11.100 eleitores foram distribuídos em 32 seções, tendo comparecido mais de 7.500 para votar nas duas chapas concorrentes;
- 17.6.2005 – eleição dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Cooperativa de Trabalho Médico (Unimed) de Florianópolis, gestão 2005/2006, realizada nas dependências da sede da Unimed, situada na Rua Dom Jaime Câmara, 94, e na loja de vendas da entidade cooperativa, na Av. Osmar Cunha, 508, ambas no município de Florianópolis/SC. Compareceram mais de 230 eleitores, distribuídos em duas seções eleitorais, tendo concorrido nove candidatos;
- 6.7.2005 – eleição dos vereadores mirins de São Francisco do Sul para o ano de 2005, dentre os alunos de 17 escolas, municipais, estaduais e particulares, sediadas no município. A totalização ocorreu no plenário da Câmara, situada na Alameda Ipiranga, 179, no Município de São Francisco do Sul/SC. Aproximadamente 2.300 estudantes estavam aptos a votar, os quais foram distribuídos em dezessete seções, dos quais compareceram mais de 2.000. Concorreram ao pleito 49 candidatos;
- 13.7.2005 – eleição dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Jotur – Auto Ônibus e Turismo Josefense Ltda., gestão 2005/2006, realizada no Auditório Germano Sprícigo, na sede da empresa, situada na Av. Elza Luchi, 50, no Município de Palhoça/SC. Compareceram mais de trezentos eleitores, de um total de aproximadamente 500, tendo concorrido ao pleito quinze candidatos em quatro segmentos;

- 1º.8.2005 – eleição da diretoria e do conselho fiscal da Associação dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Astresc), gestão 2005/2007, realizada no edifício-sede do TRES na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, no município de Florianópolis/SC. Cerca de noventa associados estavam aptos a votar, dos quais compareceram mais de setenta, tendo sido inscrita uma chapa concorrente à diretoria e cinco candidatos ao conselho fiscal;
- 14.8.2005 – eleição dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Associação dos Moradores de Canasvieiras (Amocan), gestão 2005/2008, realizada nas dependências da Escola Básica Municipal Osmar Cunha, na Rodovia Tertuliano de Brito Xavier, 661, distrito de Canasvieiras, no município de Florianópolis/SC. Dos quase 5.200 eleitores aptos, distribuídos em quatro seções, compareceram cerca de setecentos, sendo que duas chapas concorreram ao pleito;
- 9.11.2005 – eleição dos presidentes do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA/SC) e do Confea – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia para a gestão 2005/2007, realizada em trinta diferentes locais, situados em 28 municípios do Estado. A totalização ocorreu na sede do CREA/SC, situada na Rodovia Admar Gonzaga, 2125, Itacorubi, no município de Florianópolis/SC. Estavam aptos mais de 21.000 eleitores, dos quais cerca de 750 votaram em urnas eletrônicas. Concorreram ao pleito quatro candidatos para o CONFEA e cinco para o CREA/SC;
- 17.11.2005 – eleição para a renovação de 2/3 (dois terços) do quadro de conselheiros, efetivos e suplentes, do Conselho Regional de Contabilidade (CRC/SC), para cumprimento de mandato no período de 2006/2009. A eleição com urnas eletrônicas e a totalização ocorreram na sede do Conselho, na Avenida Osvaldo Rodrigues Cabral, 1900, Centro, no município de Florianópolis/SC. Mais de 2.000 profissionais estavam aptos a votar, distribuídos em cinco seções eleitorais, dos quais compareceram aproximadamente 1.430 eleitores. Foram inscritas duas chapas para concorrer ao pleito;
- 23.11.2005 – eleição para escolha dos vereadores mirins da Câmara de Vereadores de Joinville, sessão legislativa de 2006, dentre os alunos de quarenta escolas sediadas no município. A totalização ocorreu na Sociedade Desportiva e Recreativa Alvorada, na Rua Iririú, 1073, Bairro Saguacu, no município de Joinville/SC. A eleição contou com quase 19.000 estudantes aptos, distribuídos em 62 seções, tendo mais de 17.000 votado. Concorreram ao pleito mais de 170 candidatos;

- 24.11.2005 – eleição de cinco conselheiros titulares e 10 suplentes do Conselho Tutelar do município de Brusque, vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). A eleição e a totalização ocorreram no Pavilhão de Eventos Maria Celina Vidotto Imhof – pavilhão da Fenarreco – no município de Brusque/SC. Quase 61.000 eleitores estavam aptos a votar, os quais foram distribuídos em vinte seções, tendo concorrido ao pleito dezoito candidatos;
- 30.11.2005 – eleição para escolha dos vereadores mirins da Câmara de Vereadores de Blumenau, sessão legislativa 2006, dentre os alunos de 38 escolas municipais, estaduais e particulares sediadas no município. A totalização ocorreu na sede da Câmara Municipal, na Praça Victor Konder, 2, Centro, no município de Blumenau/SC. Mais de 11.000 estudantes estavam aptos, os quais foram distribuídos em 45 seções, tendo comparecido mais de 9.500 eleitores. Participaram da eleição quase duzentos candidatos;
- 30.11.2005 – eleição para escolha dos vereadores mirins da Câmara de Vereadores de São Cristóvão do Sul, sessão legislativa 2006, dentre os alunos de quatro escolas municipais e estaduais sediadas no município. A totalização ocorreu na sede da Câmara Municipal, na Rua Maximino Antônio de Moraes, 159, no município de São Cristóvão do Sul/SC. Aproximadamente 850 estudantes constavam no cadastro, os quais foram distribuídos em cinco seções, tendo comparecido quase 750 eleitores. Concorreram ao pleito 36 candidatos.

p. Sistema de Histórico de Eleições (HistEleI)

A partir de 1998, a atualização do HistEleI está automatizada (transferência direta a partir do sistema de totalização). Entretanto, para as eleições anteriores é necessário o levantamento dos dados históricos das eleições e, após a sua digitação e conferência, a inserção no referido aplicativo para posterior publicação na Intranet e Internet. O sistema encontra-se com os dados das eleições de 1982 a 2004 atualizados, constituindo ferramenta de enorme utilidade pública, comprovada pelo quantitativo de consultas à Internet/Intranet.

No ano de 2005, o banco do HistEleI recebeu os dados das eleições de 1982 e 1986 da seguinte forma:

- 1982 – Eleição Municipal – Resultado por município;
- 1982 – Eleição Estadual/Federal – Resultado final no Estado; e
- 1986 – Eleição Estadual/Federal – Resultado por município.

Registra-se que os resultados do último pleito estão disponíveis na página principal do TRESA na Internet e serão incorporados ao HistEleI futuramente.

q. Certidões

A Coordenadoria de Eleições, em atendimento a solicitação da parte interessada ou de órgão judicial, com o objetivo de atestar situações de regularidade eleitoral, de aptidão ao exercício de mandato eletivo e para instrução de processos/procedimentos administrativos, emitiu, no exercício de 2005, 140 certidões de quitação eleitoral/processual.

r. Consultas de eleitores e pedidos estatísticos via mensagem eletrônica

A Coordenadoria de Eleições recebe, diariamente, diversas mensagens eletrônicas de eleitores com dúvidas em relação à situação de seu título, justificativas, inscrição, transferência, número do título, situação de eleitor no Exterior, certidão de quitação eleitoral, eleitor enfermo, resultados de eleições, mesários, legislação eleitoral, etc.

Também há o atendimento às diversas solicitações de dados estatísticos eleitorais, tais como resultados de eleições, quantitativos de eleitores e seções por município/zona, bem como dados estatísticos específicos, para fins acadêmicos, planejamento partidário, instrução processual, entre outros.

Nas consultas, os mais variados temas são abordados, e procura-se dar um atendimento célere e individualizado a cada caso. Muitas vezes isso implica consultar o cadastro para obter mais informações sobre a situação de determinado eleitor, encaminhar mensagens aos cartórios eleitorais, consultar a legislação e triar os bancos de dados a fim de selecionar o que foi solicitado. No ano de 2005, foram respondidas aproximadamente 700 mensagens enviadas por meio da página do Tribunal.

s. Revisão de resoluções

A Coordenadoria de Eleições elaborou um trabalho de revisão e consolidação das minutas das resoluções que trataram dos atos preparatórios, apuração e totalização do Referendo 2005, submetendo uma minuta consolidada à apreciação do Tribunal Superior Eleitoral.

t. Exposições de motivos

Durante o ano de 2005, a Coordenadoria de Eleições colaborou na elaboração de exposições de motivos de propostas feitas ao Tribunal Superior Eleitoral sobre a transmissão dos boletins de urna, a retirada dos lacres das urnas eletrônicas, cadernos de votação, os modelos de lacres utilizados, a

eliminação dos comprovantes de votação e a data do referendo. As propostas visaram à melhoria do processo eleitoral.